



André Rodrigues  
Elizabete Albernaz  
Raquel Willadino  
Andrés del Río  
Daniel Octaviano  
Leandro Marinho  
Thais Gomes

# VIOLÊNCIA E POLÍTICA NA BAIXADA FLUMINENSE

André Rodrigues  
Elizabeth Albernaz  
Raquel Willadino  
Andrés del Río  
Daniel Octaviano  
Leandro Marinho  
Thais Gomes

# VIOLÊNCIA E POLÍTICA NA BAIXADA FLUMINENSE

REALIZAÇÃO:



**LEPOV**  
LABORATÓRIO DE  
ESTUDOS SOBRE  
POLÍTICA E VIOLÊNCIA



APOIO:

 **HEINRICH BÖLL STIFTUNG**  
21 ANOS no BRASIL

**COORDENAÇÃO GERAL DA PESQUISA**

André Rodrigues

**COORDENAÇÃO EXECUTIVA**

André Rodrigues (UFF)

Elizabeth Albernaz (WITWATERSRAND)

Raquel Willadino Braga (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS)

**PESQUISADORES**

Andrés del Río

Daniel Octaviano

Leandro Marinho

Thais Gomes

**AUTORES DA PUBLICAÇÃO**

André Rodrigues

Elizabeth Albernaz

Raquel Willadino

Andrés del Río

Daniel Octaviano

Leandro Marinho

Thais Gomes

**REALIZAÇÃO**

Observatório de Favelas

Laboratório de Estudos sobre Política e Violência (DGP/IEAR/UFF)

Núcleo de Estudos sobre o Estado Instituições e Políticas Públicas (DGP/IEAR/UFF)

**PARCERIA**

Witwatersrand University

**APOIO**

Fundação Heinrich Böll

**REVISÃO**

Natalia von Korsch

**CAPA**

Arte sobre foto de Antonio Cruz / Agência Brasil

**PROJETO GRÁFICO**

Mórula\_Oficina de Ideias

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
DE ACORDO COM ISBD

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior – CRB 8/9949

---

V795

Violência e Política na Baixada Fluminense [recurso eletrônico] / André Rodrigues...  
[et al.]. – Rio de Janeiro : Observatório de Favelas, 2021.

141 p. ; PDF ; 12.8 MB

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-87016-09-2 (Ebook)

1. Segurança pública. 2. Violência. 3. Política. 4. Baixada Fluminense – RJ. I. Rodrigues, André. II. Albernaz, Elizabeth. III. Willadino, Raquel. IV. Rio, Andrés del. V. Octaviano, Daniel. VI. Marinho, Leandro. VII. Gomes, Thais. VIII. Título.

2021-4631

CDD: 353.40981

CDU: 351.75(81)

---

1ª EDIÇÃO

Rio de Janeiro\_Dezembro 2021

# AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA

ESTE ESTUDO FALA DE DOR. Não é fácil analisar casos de violência letal, escrever sobre estes casos, ler milhares de páginas de notícias sobre eles, ver fotos das vítimas e pesquisar sobre suas vidas. Sem uma equipe sensível e humana, seria impossível realizá-lo. Agradecemos, então, à Fundação Heinrich Böll pelos recursos que permitiram que mantivéssemos um grupo de excelentes pesquisadores ativo e dedicado a este trabalho.

Na fase de seleção de casos, agradecemos o trabalho generoso de Natalia Conceição Viana, pesquisadora que nos apoiou na realização das buscas por meio da ferramenta de clipping disponibilizada pelo Observatório de Favelas, dialogando com nossa equipe de pesquisa e nos entregando o material sobre o qual pudemos nos debruçar.

Aos colegas e amigos do Departamento de Geografia e Políticas Públicas do Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense agradecemos o ambiente de companheirismo, troca intelectual e reflexão coletiva que compartilhamos e que estimula as atividades do LEPOV e do NEEIPP.

Agradecemos, especialmente, a todas as pessoas que se disponibilizaram a conceder entrevistas para esta pesquisa e depositaram confiança em nosso trabalho.

Este trabalho é dedicado a todas as organizações da sociedade civil e movimentos sociais, artísticos, culturais e religiosos da Baixada Fluminense que tecem, a cada dia, a manhã. Dedicamos também as páginas a Preta, Tonho, Patrícia e Paulinho, por serem chão quando não havia terra, arrimo quando não havia nada além de nós mesmos.

# SUMÁRIO

6 INTRODUÇÃO

14 **POLÍTICA E VIOLÊNCIA: O PODER DE MATAR NO COTIDIANO DA POLÍTICA**

17 Perfil das vítimas

23 Atuação política

35 Dinâmicas das mortes

36 Quadros gerais dos casos

60 **OS POLÍTICOS APRESENTAM SUAS ARMAS**

61 Poder de matar e ideologia miliciana

70 Candidaturas de vereadores do campo da segurança na Baixada Fluminense

85 **O PODER E SUAS FONTES**

87 Elites políticas e poder local

90 Estratégias de hegemonia

108 **POLÍTICAS DA VIOLÊNCIA: AÇÃO POLÍTICA E PODER DE MATAR**

112 Zonas de fronteira

113 Operações políticas

118 CONSIDERAÇÕES FINAIS

121 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

138 ANEXO

# INTRODUÇÃO

*Tubiacanga era uma pequena cidade de três ou quatro mil habitantes, muito pacífica, em cuja estação, de onde em onde, os expressos davam a honra de parar. Há cinco anos não se registrava nela um furto ou roubo. As portas e janelas só eram usadas... porque o Rio as usava. O único crime notado em seu pobre cadastro fora um assassinato por ocasião das eleições municipais; mas, atendendo que o assassino era do partido do governo, e a vítima da oposição, o acontecimento em nada alterou os hábitos da cidade, continuando ela a exportar o seu café e a mirar as suas casas baixas e acanhadas nas escassas águas do pequeno rio que a batizara.*

[ “A NOVA CALIFÓRNIA”, **LIMA BARRETO** ]

UMA PESQUISA PUBLICADA EM 2020 pela Terra de Direitos e pela Justiça Global mapeou 125 assassinatos e atentados contra a vida de políticos no Brasil entre 2016 e 2020<sup>1</sup>. Somadas a estes casos, foram mapeadas agressões, ameaças, ofensas, invasões e criminalizações de caráter político, totalizando 327 casos de violência política no período, em todo o país. O ano de 2019, segundo esta pesquisa, foi o mais violento, com um caso de violência política a cada três dias. No mapeamento nacional, o Rio de Janeiro possui mais casos de assassinatos políticos (18) identificados pela pesquisa e a Baixada Fluminense é a região com maior concentração neste estado.

Levantamento feito pela plataforma Fogo Cruzado<sup>2</sup>, que produz informações georreferenciadas sobre a violência armada, mapeou 46 casos de políticos baleados na capital e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, também entre 2016 e 2020. Houve, segundo o levantamento, 38 mortes e uma média de nove políticos baleados por ano. Os municípios da Baixada Fluminense concentraram 76% do total de casos, número que corresponde a 35 ocorrências de políticos baleados, havendo, dentre estes, 29 vítimas fatais no período analisado.

Estes dados expõem um cenário de grande difusão da violência política no Brasil. A violência como instrumento das relações de poder talvez seja um dos principais fatores estruturais da permanência de elementos autoritários nos sistemas políticos latino-americanos. Aspecto central do domínio colonial<sup>3</sup>, a violência perdura como força estruturante das relações de poder. Por meios e contextos distintos, países como México e Colômbia também vivenciam experiências políticas nas quais a violência é um elemento estruturante<sup>4</sup>. Ao observarmos o contexto da Baixada Fluminense, temos um quadro no qual é possível observar com intensidade o modo pelo qual a violência é mobilizada como um operador político. Estudar este contexto não significa, assim, focar um problema que lhe seja particular, mas olhar para uma realidade que pode servir para aprofundar a reflexão sobre dilemas da política em múltiplos contextos latino-americanos.

O trabalho que aqui apresentamos foi realizado por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, do Observatório de Favelas e da Universidade Witwatersrand - WITS (África do Sul), e busca analisar casos de violência letal cometida contra lideranças, ativistas, representantes e gestores políticos na Baixada Fluminense entre 2015 e 2020. As vítimas com estes perfis serão chamadas, aqui, de “atores políticos”. Para os fins desta pesquisa, definimos violência política como atos violentos perpetrados contra atores que tenham atuação política (seja no Estado ou na sociedade civil) e que tenham sido efetuados em função dessa atuação. O objeto desta pesquisa é, portanto, analisar a violência letal contra atores políticos na Baixada Fluminense.

É preciso delimitar, desde já, que esta pesquisa não se dedica a uma análise do fenômeno da violência política em todas as suas dimensões, como ameaças, intimidações e operações de natureza psicológica, simbólica ou institucional<sup>5</sup>. A violência letal contra atores políticos na Baixada, enfoque da pesquisa, possui uma característica específica: tem como alvo, preferencialmente, políticos profissionais ou candidatos a cargos eletivos, membros de elites políticas ou que sejam forças emergentes ligadas a poderes econômicos (legais ou ilegais). Trata-se, assim, de uma letalidade violenta que se exerce intra e entre elites políticas.

Duas perguntas centrais orientam a pesquisa:

**1** *Em que medida a violência se torna um instrumento de operação das relações políticas na Baixada Fluminense?*

**2** *Como se estabelecem as carreiras das elites políticas da região e como a violência figura nessas trajetórias como instrumento de poder?*

A hipótese central da pesquisa considera que a violência letal é um instrumento recorrente de organização das relações de poder e da construção de carreiras políticas na Baixada. O poder de matar se torna, assim, parte do capital político mobilizado por políticos locais e, simultânea e consequentemente, é um instrumento de regulação das relações de poder utilizado para a eliminação de concorrentes e a delimitação de áreas de controle e influência política.

Uma hipótese correlata a esta avalia que os modos de utilização do poder de matar como instrumento da política também compreendem um aspecto explicativo das dinâmicas dos homicídios em geral nas regiões de interesse da pesquisa. O poder de matar é, assim, um meio de aquisição de mercados ilegais e de mercados políticos. Exercido contra adversários políticos, este poder é o topo de uma cadeia na qual as armas são um instrumento de dominação local.

A violência não é um elemento definidor da vida na Baixada Fluminense. A região, amplamente estigmatizada historicamente pelos retratos da violência, é muito mais que isso. A Baixada é um celeiro cultural e de resistência política, que se expressa hoje, por exemplo, na luta dos terreiros e nos movimentos culturais e comunitários da região. O que apresentaremos aqui não é um retrato da Baixada, mas de parte de suas elites políticas. Este trabalho é uma análise tanto da violência na região quanto da política baixadense a partir da atuação violenta de suas elites.

## NOTA METODOLÓGICA

Optamos por uma combinação de metodologias distintas, porém complementares. Recorremos tanto a recursos próprios de análises quantitativas quanto a metodologias qualitativas. Compreendemos que assim poderíamos ter um olhar panorâmico sobre a quantidade de casos e a sua distribuição ao longo dos últimos anos nos diferentes municípios que compõem a Baixada<sup>6</sup>, ao mesmo tempo que poderíamos analisar mais verticalmente as especificidades do fenômeno abordado.

O primeiro passo da pesquisa foi a realização de um levantamento para a identificação dos casos de violência letal e das vítimas no período de 2015 a 2020. Para tanto, investimos na coleta de dados e informações a partir de matérias e reportagens jornalísticas que fizeram registros de casos e tematizaram o fenômeno abordado. Foram acessadas as plataformas digitais de veículos de comunicação locais e de grande circulação e consultados sites e portais de notícia, além de acervos digitalizados de jornais. Foram consideradas somente notícias publicadas entre os anos de 2015 e 2020, recorte definido para a nossa série histórica. Este levantamento incluiu duas etapas.

Na primeira etapa, foram selecionados três veículos específicos, todos eles de grande circulação e com cadernos especiais dedicados a notícias sobre a Baixada: os jornais O Globo, Extra e Meia Hora. Nos acervos virtuais e digitalizados destes veículos realizamos buscas a partir de um conjunto de palavras-chaves específicas definidas pela equipe como sendo fundamentais para alcançar resultados mais amplos e mais consistentes. Após alguns testes, as palavras-chave que mais retornaram resultados foram as seguintes: “candidato(a)”; “vereador(a)”; “prefeito(a)”; “político(a)”; “ativista”; “assessor(a)”; “militante”; “tiro”; “homicídio”; “execução”; “executado(a)” e “assassinado(a)”; além dos nomes de cada uma das cidades pesquisadas.

No jornal O Globo, as buscas foram feitas manualmente por nossa equipe através do acervo digitalizado do diário. Para a pesquisa nos jornais Extra e Meia Hora, utilizamos a ferramenta online de clipping jornalístico Knewin, que monitora e exporta matérias reproduzidas em veículos jornalísticos de comunicação no formato impresso e digital. As buscas foram filtradas de acordo com o período de publicação e as fontes noticiosas selecionadas. Foram filtradas no monitoramento aproximadamente 1.260 reportagens, com a possibilidade de repetições de matérias a partir do resultado obtido por cada descritor de busca.

Em ambas as pesquisas foram utilizadas 16 (dezesseis) combinações entre os conjuntos de descritores de busca por ação e perfil a partir do local de ocorrência. Assim, a sintaxe utilizada nas buscas foi a seguinte:

**AÇÃO** “tiro” OR “tiros” OR “morto” OR “morta” OR “homicídio” OR “execução” OR “executada” OR “executado”

**PERFIL** “candidato” OR “candidata” OR “pré-candidata” OR “pré-candidato” OR “vereador” OR “vereadora” OR “prefeito” OR “prefeita” OR “político” OR “política” OR “ativista” OR “assessor” OR “assessora” OR “militante”

**LOCAL** “Mangaratiba” OR “Angra dos Reis” OR “Paraty” OR “Belford Roxo” OR “Duque de Caxias” OR “Guapimirim” v “Itaguaí” OR “Japeri” OR “Magé” OR “Mesquita” OR “Nilópolis” OR “Nova Iguaçu” OR “Paracambi” OR “Queimados” OR “Seropédica” OR “São João de Meriti”

Após este levantamento inicial feito nos veículos mencionados acima, numa segunda etapa ampliamos as buscas para outros canais midiáticos e passamos a considerar também os resultados de buscas feitas no Google. A opção pelo uso desta ferramenta teve o objetivo de minimizar possíveis perdas de notícias, informações e dados sobre vítimas e casos não encontrados em um primeiro momento. Assim, tivemos acesso a outros jornais, mídias alternativas, sites e portais de notícias locais e de grande alcance, redes sociais virtuais e endereços eletrônicos de instituições como prefeituras municipais e o Ministério Público, bem como o próprio site da Polícia Civil, onde encontramos informações importantes que complementaram os resultados das buscas iniciais.

Os resultados encontrados em todas as plataformas que acessamos foram sistematizados em uma base de dados. Para cada caso encontrado, sempre que possível, foram adicionadas informações sobre as vítimas, suas trajetórias política e profissional e redes nas quais estavam inseridas, bem como sobre a dinâmica das agressões por elas sofridas. Deste modo, nosso banco de dados privilegiou as seguintes variáveis: Nome da Vítima; Vulgo da Vítima; Idade da Vítima; Partido Político; Ocupação; Gênero; Cor/Raça; Cargo Político

que Ocupava; Se ocupou cargo político anteriormente, qual?; Relação Política da Vítima; Atuação política quando morreu; Cidade do Fato; Bairro do Fato; Local do Fato; Ano do Fato; Situação Política; Ano da Candidatura; Dinâmica do Fato; Meio Empregado na Agressão; e Link das Matérias.

Tudo somado, o tratamento dos dados nos possibilitou a construção de dossiês sobre as vítimas que nos permitiram compreender melhor o contexto no qual estas mortes ocorreram. As informações colhidas nos permitiram, por exemplo, quantificar os casos no período escolhido para a análise, o perfil sociológico das vítimas, a distribuição das mortes por cidade e por ano e a incidência da violência letal de acordo com a atuação política das vítimas.

Na reunião e na análise dos casos, destacamos que não priorizamos a apuração da autoria e das motivações dos crimes, o que, em nosso entendimento, é tarefa específica da investigação policial. Nossa preocupação é compreender os contextos de perpetração dessas violências e o modo pelo qual elas operam no cotidiano da política. Ao falarmos dos casos, dessa forma, nos limitaremos a apontar as circunstâncias, a existência de conflitos políticos prévios e a atuação política da vítima. Não nos cabe apurar suspeitos e indicar autoria dos crimes. Frisamos, assim, que quando mencionarmos políticos vivos em atuação na Baixada Fluminense, à exceção para os casos sobre os quais já recaem indiciamento ou condenações criminais, nos limitaremos a compreender a relação política desses personagens com as vítimas.

Uma decisão metodológica fundamental precisa ser assinalada. Na seleção dos casos, foi comum que houvesse pouca informação disponível sobre as motivações das mortes. Para evitar a elaboração de um quadro subestimado, optamos por incluir em nosso escopo todos os casos de execuções de atores políticos na Baixada Fluminense. Esta decisão se justifica pela recorrência desse modus operandi na letalidade violenta contra atores políticos na região. Os casos eram descartados quando nosso levantamento conseguia apurar outras motivações que não políticas, como crimes passionais e latrocínios. No material que reunimos, dado este critério, é comum que consideremos casos nos quais as autoridades policiais descartam a motivação política. O conjunto de casos que analisamos foi debatido exaustivamente em nossas reuniões de equipe para a tomada de decisão de incluir ou eliminar de nossa base.

Para aprofundar a compreensão da relação entre violência e política na Baixada, coletamos e sistematizamos dados sobre candidatos ao cargo de vereador no

estado do Rio de Janeiro disponíveis no Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral<sup>7</sup>. Nestes dados, analisamos o perfil dos candidatos às Câmaras Municipais, enfocando aqueles que se apresentaram aos pleitos a partir de suas trajetórias no campo da segurança pública.

Em um segundo eixo metodológico, este estudo lançou mão de entrevistas semiestruturadas com atores afetos ao tema, ou seja, que possuem algum nível de atuação política na Baixada. Para tanto, foi utilizado um roteiro<sup>8</sup> de questões concebido através das discussões realizadas durante as reuniões semanais da equipe de pesquisa. Ele foi construído levando em consideração não apenas as hipóteses da pesquisa, mas também a sensibilidade do tema tratado. Procurou-se compreender a trajetória e a atuação política de nossos entrevistados e explorar as suas percepções sobre violência, política e a relação entre estas na Baixada Fluminense.

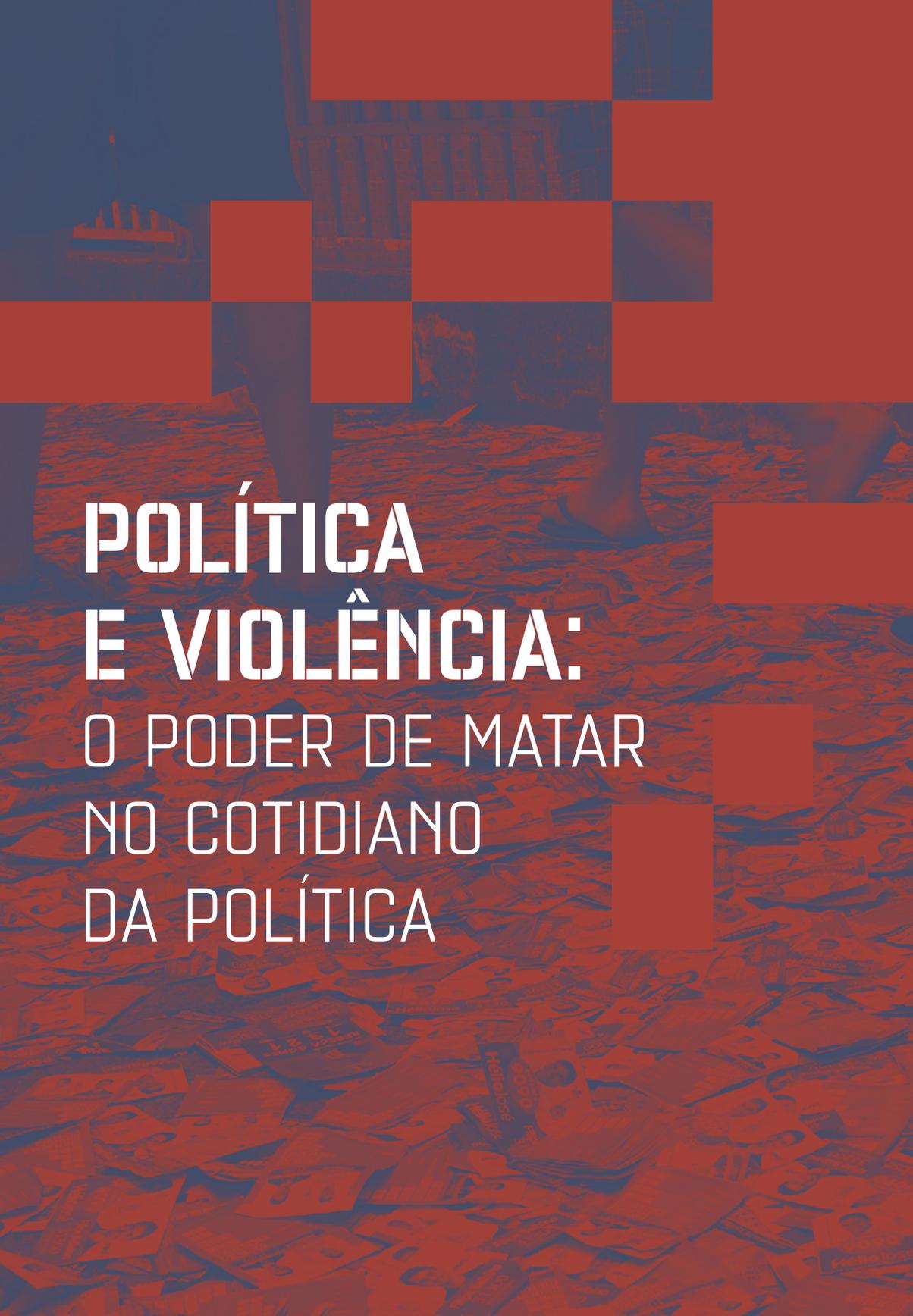
Tendo em vista os objetivos da pesquisa, definiu-se como condição básica que os atores escolhidos para serem nossos interlocutores deveriam ser moradores, ex-moradores e/ou pessoas que tivessem algum tipo de ligação com a região analisada, fossem estas relações de caráter profissional ou político. Desta forma, chegamos a atores de diferentes origens e ligações com os territórios: políticos e ex-políticos, ex-candidatos a cargos eletivos, ativistas, jornalistas, pesquisadores, ex-gestores etc.

Todas as entrevistas foram realizadas de maneira remota (*online*), através de plataforma de videoconferência. Ao todo, foram feitas 20 entrevistas, com mais de 30 horas de gravação. A todos os entrevistados foi garantido o anonimato. Assim, nenhum nome ou quaisquer das informações prestadas serão identificados.

Do ponto de vista qualitativo, é possível afirmar que as entrevistas contribuíram em muito para a compreensão do problema abordado. Não foram poucos os entrevistados que nos ofereceram informações preciosas sobre as dinâmicas e práticas políticas locais e sobre os próprios sentidos que a violência política possui nos territórios para os quais debruçamos nosso olhar. As interpretações e experiências que nos foram narradas por aqueles que, direta ou indiretamente, estão inseridos no contexto estudado nos permitiram qualificar e aprofundar aquilo que o levantamento quantitativo evidenciou de maneira panorâmica. Nesse sentido, o critério adotado para a definição dos entrevistados nos permitiu o acesso a visões e reflexões de atores que conhecem os territórios em seu cotidiano, fornecendo perspectivas privilegiadas sobre os problemas investigados.

## NOTAS

1. Lauris e Hashizume (2020).
2. ENTRE URNAS E BALAS: BAIXADA FLUMINENSE CONCENTRA 76% DOS POLÍTICOS BALEADOS EM QUASE 5 ANOS. Fogo Cruzado, 29 de novembro de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3EyWuUZ>. Acesso em: 5 de janeiro de 2021.
3. Ver, por exemplo, a abundância de atos violentos retratados por Paulo Prado em seu “Retrato do Brasil” (2001). É importante notar, entretanto, como o autor não compreende a violência, mas a luxúria, como aspecto central para que a colonialidade tenha gerado uma “Terra de todos os vícios e todos os crimes” (p. 23). O recálque da violência sob a forma da afetividade e da proximidade é uma fórmula, aliás, comum aos intérpretes do Brasil da primeira metade do século XX — com exceção de Lima Barreto (2010) e Victor Nunes Leal (1976). Estes retratos produziram a imagem do que Marilena Chauí chamou de “mito da não-violência brasileira” (2017, p. 29-53).
4. Román (2020).
5. Ibid., p. 10-14.
6. Nossa pesquisa observa as regiões da Baixada Fluminense e da Baía da Ilha Grande (Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty), mas neste trabalho apresentamos apenas as análises sobre a Baixada Fluminense. Todas as entrevistas se dirigiram para atores com inserção na Baixada Fluminense, com exceção de uma pessoa que atua na Baía da Ilha Grande, mas também abordou questões relativas à Baixada. Compreendemos a região da Baixada Fluminense como abrangendo os seguintes municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Seropédica e São João de Meriti. José Claudio Souza Alves (2003), ao debater os limites da região, mostra que há muitas outras possibilidades de descrever geograficamente onde começa e termina a Baixada. Consideraremos, por simplificação, o perímetro reconhecido nos padrões da administração pública.
7. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>.
8. Anexo.



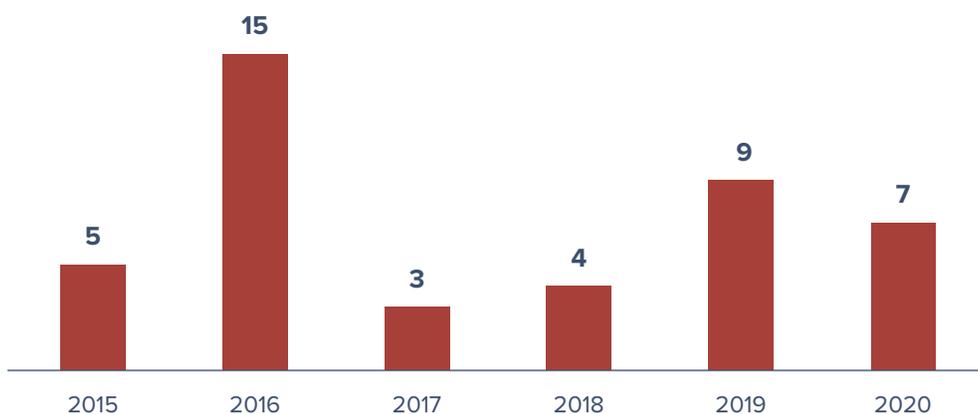
**POLÍTICA  
E VIOLÊNCIA:  
O PODER DE MATAR  
NO COTIDIANO  
DA POLÍTICA**

*(...) experimentaram o que era estar num purgatório, uma longa espera inerte, uma espera cuja coluna vertebral era o desamparo, coisa muito latino-americana, aliás, uma sensação familiar, uma coisa que se você pensasse bem experimentava todos os dias, mas sem angústia, sem a sombra da morte sobrevoando o bairro como um bando de urubus e espessando tudo, subvertendo a rotina de tudo, pondo todas as coisas de pernas para o ar.*

[ “2666”, **ROBERTO BOLAÑO** ]

DE ACORDO COM A DEFINIÇÃO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA com a qual trabalhamos e com os parâmetros de busca definidos para a pesquisa, nosso levantamento encontrou 43 casos de assassinatos de atores políticos<sup>9</sup> na Baixada Fluminense entre 2015 e 2020. Isto significa que na Baixada um ator político foi assassinado a cada 50 dias. Nesse contexto, chamam atenção os anos em que há eleições municipais e os anos imediatamente anteriores. Como o gráfico abaixo mostra, os anos de 2016 (ano eleitoral) e de 2019 (ano que antecede o ciclo eleitoral seguinte) foram os períodos em que houve mais mortes, concentrando mais da metade do total de casos de execuções de atores políticos.

**GRÁFICO 1 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR ANO NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)**



FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

Os municípios da Baixada com mais mortes de atores políticos foram Nova Iguaçu e Seropédica, com oito casos cada, seguidos por Duque de Caxias e Magé, com seis mortes cada. O quinto município com mais casos foi São João de Meriti, com quatro. Somente em Itaguaí e Mesquita não houve nenhuma morte no período (ver Quadro 1)

**QUADRO 1 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR MUNICÍPIO E ANO NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)**

CIDADE	ANO DO FATO						TOTAL
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
NOVA IGUAÇU		3			3	2	8
SEROPÉDICA	2	2	1	2	1		8
DUQUE DE CAXIAS		4	1		1		6
MAGÉ		2		1	1	2	6
SÃO JOÃO DE MERITI	1					3	4
NILÓPOLIS	1	1			1		3
GUAPIMIRIM		2					2
BELFORD ROXO		1			1		2
QUEIMADOS			1	1			2
JAPERI					1		1
PARACAMBI	1						1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>43</b>

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

É importante notar que nos anos de 2016 e 2019, que concentram mais da metade do total de casos, só não houve mortes em 6 municípios.

Uma particularidade que se observou em relação à totalidade dos casos analisados foi que apenas três vítimas foram executadas ou encontradas mortas em municípios distintos de onde mantinham suas atuações políticas. Trata-se dos casos de Ricardinho do Jardim Gramacho, Marcelo Ulrich, que era assessor de Ricardinho, e Aerton Santos; todos os três mantinham suas atividades em

Duque de Caxias. Os dois primeiros foram assassinados em Guapimirim. Já Aerton foi sequestrado em Duque de Caxias e encontrado morto em São João de Meriti. Se considerarmos, portanto, os municípios de atuação política das vítimas, Caxias passa a ser o que teve mais mortes, com 9 políticos assassinados.

## PERFIL DAS VÍTIMAS

Quanto ao perfil das vítimas, verifica-se que a grande maioria é composta por homens. Apenas quatro mulheres constam entre as 43 vítimas contabilizadas (ver Quadro 2). É possível presumir que um dos fatores que concorrem para o maior número de vítimas do gênero masculino pode ser o baixo acesso de mulheres à política institucional na Baixada. De acordo com dados que levantamos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do total de candidatos a vereador na região entre 2004 e 2020, apenas 27% eram mulheres. Em cinco pleitos municipais (2004, 2008, 2012, 2016 e 2020), somente 54 mulheres foram eleitas na Baixada, representando somente 7% do total de eleitos.

A pesquisa da Terra de Direitos e da Justiça Global à qual já nos referimos documenta, além disso, que as mulheres são vítimas de um repertório amplo de violências políticas. Segundo o estudo, elas são vítimas preferenciais de ofensas e violências perpetradas por seus pares ou terceiros, além de serem recorrentemente alvo de ameaças virtuais massivas. Nestes casos, todas as violências mapeadas pelo estudo foram praticadas por homens<sup>10</sup>.

O quadro de violência contra mulheres na política se aprofunda quando se trata de mulheres negras. Um estudo recente realizado pelo Instituto Marielle Franco entrevistou 142 políticas negras e mostrou um cenário de intensa violência política. Quase todas as entrevistadas (98,5%) relataram ter sofrido algum tipo de violência política. Violência virtual e violência psicológica ou moral foram as mais frequentes, 78% e 62%, respectivamente, seguidas de violência institucional e violência racial, 55% e 44%. Cabe destacar que 42% relataram ter sofrido violência física e 32% violência sexual<sup>11</sup>.

## QUADRO 2 | ATORES POLÍTICOS MORTOS DE ACORDO COM O GÊNERO DA VÍTIMA NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)

GÊNERO	QTD DE VÍTIMAS
FEMININO	4
MASCULINO	39
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

Cabe notar que dentre as quatro mulheres assassinadas na Baixada Fluminense entre 2015 e 2020, três delas atuavam e foram mortas em Magé. A quarta vítima mulher foi morta em Caxias, onde também desempenhava sua atuação política.

Cronologicamente, a primeira destas quatro vítimas foi a pré-candidata a vereadora Aga Lopes Pinheiro, presidente da Associação de Moradores do bairro da Barbuda, em Magé. Ela foi assassinada no dia 12 de julho de 2016, enquanto estava com o seu companheiro e um amigo em um bar próximo à região em que morava. Aga foi atingida por vários disparos (alguns deles no rosto) feitos por quatro homens que utilizaram três tipos de armas diferentes<sup>12</sup>. Aga era filiada ao DEM.

Também em 2016, foi morta Andrea Ornelas Claudino (sem partido), de 30 anos. Não há muitas informações sobre Andrea divulgadas na imprensa. Ela foi morta após ter sido baleada em um atentado que resultou na execução de seu marido, Denivaldo Meireles da Silva, conhecido como Denivaldo de Xerém, que era candidato a vereador. Eles foram atacados no estacionamento do Caxias Shopping. Levada para o hospital, ela faleceu quatro dias após o fato<sup>13</sup>.

Ao pesquisarmos notícias sobre Andrea Claudino, encontramos uma na qual é relatada a preocupação da Procuradoria Regional Eleitoral do Rio de que milicianos estariam ordenando as mortes de políticos na região. Na mesma notícia, um homem não identificado destaca que a pretensão das execuções seria a manutenção do poder eleitoral<sup>14</sup>.

O terceiro assassinato contra uma mulher no contexto político-institucional da Baixada teve como vítima Sandra da Silva Ferreira, conhecida como Tia Sandra, também pré-candidata a vereança em Magé.

O crime ocorreu na madrugada do dia 30 de agosto de 2020. Sandra foi encontrada, após denúncia de moradores da região, em um rio da cidade, o Rio Roncador. Seus algozes colocaram pedras em seu corpo antes de atirá-lo no rio para que o mesmo não boiasse. Envolveram-no com arame farpado e o arremessaram na água para que não fosse achado.

De acordo com investigações da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBF), o crime teria sido cometido por traficantes locais que suspeitavam que a pré-candidata fornecia informações sobre a movimentação do tráfico à polícia. Esta versão emergiu a partir da prisão de um dos autores do crime, que teria relatado detalhadamente o que foi feito em depoimento. A ação teria envolvido três traficantes e haveria aval do chefe do grupo<sup>15</sup>.

A última vítima mulher encontrada em nosso levantamento foi Renata Castro, que, assim como Aga Lopes e Sandra Silva, atuava politicamente no município de Magé. Ela foi morta com pelo menos 14 tiros no bairro Fragoso, no dia 31 de outubro de 2020, surpreendida por seus executores quando saía de casa. Os assassinos estavam em um carro que havia sido roubado um mês antes na Rodovia Washington Luiz, em Duque de Caxias. Pararam na porta da residência da vítima, desceram e efetuaram os disparos que causaram sua morte. Os assassinos tentaram incendiar o carro utilizado com uma garrafa de cachaça roubada de um comércio local, mas não tiveram sucesso. O veículo foi abandonado a sete quilômetros do local do crime, na localidade Ponte Preta, próximo das comunidades Parada Angélica e Santa Lúcia, em Duque de Caxias.

Renata Castro era ligada à família Cozzolino, sobretudo à matriarca, Núbia Cozzolino. No contexto das eleições de 2020, foi cabo eleitoral do candidato a vereador e policial militar Pablo Vasconcelos, também ligado aos Cozzolino e apoiador da candidatura à prefeitura de Renato Cozzolino, o único doador de sua campanha. Em suas redes sociais, Renata manifestava a proximidade e o apoio à família. Duas semanas antes de ser assassinada, chegou a publicar uma foto em seu perfil no Facebook em que exibia uma tatuagem em que se via o brasão da cidade de Magé e os dizeres “Cozzolino/Agora é a vez do povo”.

No dia anterior à sua morte, Renata esteve nas sedes da Polícia Federal, do Ministério Público estadual e da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO) para registrar uma denúncia contra diversas pessoas ligadas à prefeitura de Magé.

Enquanto aguardava para prestar depoimento na Polícia Federal, Renata chegou a fazer uma *live* em uma de suas redes sociais afirmando estar sendo ameaçada de morte. Em outro vídeo, divulgado também em suas redes sociais, na semana anterior, a cabo eleitoral já havia afirmado estar recebendo ameaças<sup>16</sup>.

Em relação à cor das vítimas, foram utilizadas as imagens que encontramos das vítimas para a classificação que estabelecemos. Trata-se, portanto, de uma classificação baseada no fenótipo. Quase metade dos atores políticos assassinados era branca (20), 14 eram pretos, e não obtivemos imagens de nove (ver Quadro 3). O perfil racial das vítimas se diferencia daquele encontrado nas vítimas de violência letal intencional em geral no estado do Rio de Janeiro, onde temos anualmente cerca de 70% de pretos e pardos<sup>17</sup>. Assim como ocorre com as mulheres, uma das hipóteses para esta diferença de perfis é o baixo acesso de pessoas negras à política institucional na Baixada. Neste caso, porém, infelizmente, os dados do TSE não nos permitem uma apuração precisa, já que para a maior parte dos candidatos não há informações quanto a sua cor/raça.

QUADRO 3 | **ATORES POLÍTICOS MORTOS POR COR NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)**

<b>COR</b>	<b>QTD DE VÍTIMAS</b>
BRANCO	20
PRETO	14
SEM INFORMAÇÃO	9
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

Todas as vítimas possuíam entre 26 e 58 anos quando foram mortas. Para sete casos, não conseguimos apurar as idades. Das 36 vítimas restantes, mais da metade possuía mais de 40 anos (23 casos). Dentre elas, 13 vítimas tinham entre 40 e 49 anos e 10 tinham entre 50 e 59 anos. Outras 6 vítimas compunham um grupo com idades entre 30 e 39 anos e, por fim, houve uma vítima com 26 anos e outra com 29 anos (ver Quadro 4).

**QUADRO 4 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR IDADE NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)**

<b>IDADE</b>	<b>QUANTIDADE DE VÍTIMAS</b>
26	1
29	1
30	1
33	1
35	1
37	2
38	5
39	1
41	3
42	2
43	1
44	2
45	1
46	2
47	1
49	1
51	1
52	4
54	1
56	1
57	2
58	1
SEM INFORMAÇÃO	7
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

Naquilo que se refere à atuação profissional das vítimas, os dados obtidos revelaram que seis delas eram policiais, ex-policiais ou atuavam na área de segurança privada. As categorias profissionais com mais casos foram comerciantes e empresários, com respectivamente cinco e quatro vítimas. Cinco atuavam na administração pública, sendo dois vereadores<sup>18</sup>, um funcionário da administração pública federal, um agente de trânsito e um secretário municipal. Três vítimas tinham como sua ocupação principal a atuação como líderes comunitários. Para 16 casos não foi possível apurar a ocupação que desempenhavam quando foram mortos para além da atuação política (ver Quadro 5).

**QUADRO 5 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR PROFISSÃO NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)**

PROFISSÃO	QTD DE VÍTIMAS
SEM INFORMAÇÃO	16
COMERCIANTE	5
EMPRESÁRIO	4
POLICIAL MILITAR	3
CABO ELEITORAL	2
VEREADOR	2
LÍDER COMUNITÁRIO	2
EX-POLICIAL	2
FUNCIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL	1
AGENTE DE TRÂNSITO	1
SEGURANÇA	1
ASSESSOR DE IMPRENSA	1
ADMINISTRADOR	1
DIRETOR ESCOLAR/LÍDER COMUNITÁRIO	1
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS	1
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

Em conclusão, os dados até aqui expostos nos permitem inferir que há uma correspondência entre os perfis das vítimas e o perfil das elites políticas baixadenses: homens, brancos, acima dos 40 anos, com grande participação do empresariado local, principalmente comerciantes, e de agentes do campo da segurança. *O perfil dos assassinatos de atores políticos da Baixada sugere uma violência que se exerce intra e entre elites políticas e faz parte dos processos de disputa de poder.*

## ATUAÇÃO POLÍTICA

Não há uma concentração de mortes em função dos partidos aos quais os atores políticos estavam vinculados. A distribuição é pulverizada entre várias legendas. Entretanto, há uma maior quantidade de vítimas com vinculação a partidos que podem ser identificados como sendo pertencentes à direita ou à centro-direita do espectro político (ver Quadro 6). Isto pode corresponder a uma hegemonia dos partidos do campo da direita e da centro-direita na Baixada. Segundo dados do TSE que sistematizamos, partidos de esquerda ou centro-esquerda elegeram apenas 180 (24%) dos 764 vereadores eleitos na região nos últimos quatro pleitos.

**QUADRO 6 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR PARTIDO NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)**

<b>PARTIDO</b>	<b>QTD DE VÍTIMAS</b>
SEM PARTIDO/SEM INFORMAÇÃO	19
DEM	2
PCDOB	2
PDT	2
PSB	2
PSDB	2
PTC	2
MDB	1
PMB	1
PMDB	1
PMN	1
PP	1
PRB	1
PRTB	1
PSL	1
PT DO B	1
PTB	1
PV	1
REDE	1
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

No que se refere à atuação política das vítimas, a maior parte das mortes se vincula ao cargo de vereador: 14 candidatos<sup>19</sup>, cinco assessores, cinco vereadores suplentes, quatro vereadores em exercício, três cabos eleitorais, dois ex-vereadores, um familiar de candidato a vereador e um ex-candidato a vereador, totalizando 35 dos 43 casos que levantamos (ver Quadro 7).

**QUADRO 7 | MORTOS POR ATUAÇÃO POLÍTICA NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)**

<b>ATUAÇÃO POLÍTICA QUANDO FOI MORTO</b>	<b>QTD DE VÍTIMAS</b>
CANDIDATO A VEREADOR	14
ASSESSOR	5
SUPLENTE DE VEREADOR	5
GESTOR PÚBLICO	4
VEREADOR	4
CABO ELEITORAL	3
EX-VEREADOR	2
FAMILIAR DE CANDIDATO A VEREADOR	1
ATIVISTA POLÍTICO	1
CAPANGA	1
EX-CANDIDATO A VEREADOR	1
EX-CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL	1
EX-CANDIDATO A PREFEITO	1
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

A familiar de candidato a vereador morta foi Andrea Ornelas Claudino, cujo caso já descrevemos acima. Os quatro vereadores em exercício mortos no período foram Luciano Nascimento Batista, o Luciano DJ (PC do B), de Seropédica; Wendel Andrei de Lima Coelho (PT do B), de Japeri; Geraldo Cardoso Gerpe, o Geraldão (PSB), de Magé; e Marco Aurélio Lopes (PP), de Paracambi. Cabe destaque para o caso de Geraldão, que foi morto no estacionamento da Câmara de Vereadores de Magé, sobre o qual falaremos mais à frente.

## Elites políticas, conflitos abertos, ameaças e execuções à luz do dia

Quando aprofundamos a compreensão dos casos de atores políticos mortos violentamente na Baixada, temos diversos enredos nos quais se articulam disputas pelo poder político (principalmente em torno dos cargos de vereador) e a atuação de grupos armados que operam mercados ilegais, com destaque para as milícias.

Existem casos nos quais não há nenhum histórico de ameaças ou conflitos políticos registrado nas notícias que levantamos e que envolvem políticos com trajetórias consolidadas. Um exemplo é o de Osvaldo da Costa Silva, conhecido como Ratinho (PDT), em Nilópolis. Ele tinha 54 anos e era secretário de Meio Ambiente na gestão do prefeito Alessandro Calazans (DEM). Ratinho foi executado na porta de sua casa, que fica no Centro de Nilópolis, em 2016.

A trajetória política de Ratinho é longa e associada a figuras predominantes no cenário político da cidade. Em 1996, foi eleito vereador pelo PSDB, exercendo seu mandato. Já no pleito de 2008, a vítima se elegeu vice-prefeito, numa chapa com Sérgio Sessim (PP), que foi prefeito de Nilópolis entre 2009 e 2012, quando se licenciou para tentar a reeleição. Nessa ocasião, Ratinho assumiu a prefeitura interinamente, nos meses que restavam em 2012. Já no último período em que exercia suas funções políticas, Ratinho era secretário de Meio Ambiente na gestão do prefeito Calazans, mas se licenciou do cargo para disputar o que poderia ser o seu retorno à Câmara dos Vereadores de Nilópolis, agora pelo PDT<sup>20</sup>.

A morte de Ratinho gerou comoção em figuras como o prefeito da cidade e o então secretário de Governo e Segurança Pública, Felipe Cavalcanti (PRP), que se manifestaram, destacando, inclusive, sua atuação na secretaria de Meio Ambiente e a grande possibilidade de Ratinho ser eleito vereador novamente para ocupar uma das cadeiras da Câmara. Calazans chegou a afirmar que, sem dúvida, ele seria um dos mais votados no pleito de 2016.

Há outros casos nos quais, ao aprofundarmos o levantamento de informações sobre as circunstâncias das mortes, chegamos a uma teia de relações na qual estão implicadas elites políticas muito consolidadas e conflitos políticos declarados. Nesses casos, há disputas e rachas internos aos grupos e concorrência entre elites políticas rivais. Temos exemplos desses contextos nas disputas

nas quais estavam implicadas algumas vítimas que identificamos em Magé, Seropédica e Nilópolis.

No caso de Magé, é comum que as vítimas sejam descritas nas notícias em função de sua proximidade ou distância em relação ao grupo da família Cozzolino, que ao longo das últimas décadas tem consolidado uma verdadeira dinastia na vida política de Magé, com vários de seus membros tendo ocupado cargos em diferentes níveis de gestão. Além dos casos de Sandra Silva, que apoiava um candidato de oposição aos Cozzolino, e de Renata Castro, cabo eleitoral da família, descritos anteriormente, chamam atenção as mortes de outros dois atores políticos da cidade: Paulo Henrique Dourado, conhecido como P9, e Geraldo Cardoso Gerpe, o Geraldão.

O primeiro deles, Paulo Henrique Dourado, foi assassinado no dia 21 de março de 2018. Seu carro foi interceptado por outro veículo e 15 disparos foram efetuados contra ele. O delegado responsável pelo caso declarou acreditar em motivação política. O crime teria sido praticado por um grupo de extermínio local.

Militante político da região, Paulo Henrique era suplente de vereador e tinha a pretensão de se candidatar novamente. Popularmente chamado de P9, ele era ligado ao clã Cozzolino e apoiava a candidatura de Renato Cozzolino à prefeitura de Magé. Assim como Renata Castro, Paulo Henrique mantinha denúncias nas redes sociais contra políticos locais.

Em 2019, uma operação da Polícia Civil, que recebeu o nome de “Operação P9”, foi deflagrada nos municípios de Magé, Guapimirim, São Pedro da Aldeia, Petrópolis e Rio de Janeiro em busca de provas sobre o caso. A ação contou com 20 mandados de busca e apreensão<sup>21</sup>.

O outro caso que merece destaque é o do vereador mageense Geraldão, eleito pelo PSB no pleito de 2012. Geraldão foi abordado e assassinado a tiros enquanto estava em seu carro, em pleno estacionamento da Câmara de Magé, no dia 13 de janeiro de 2016. Este é um dos casos em que as motivações políticas estão mais explícitas, inclusive pela escolha do local do crime.

De acordo com matéria do G1, testemunhas disseram à polícia que o vereador havia se deslocado do seu gabinete para o estacionamento para pegar um documento em seu carro. Neste momento, o assassino teria se aproximado e atirado. Geraldo foi atingido na cabeça e no ombro; o criminoso fugiu. A Polícia Militar (PM) chegou a fazer buscas na região, mas não encontrou ninguém. O

delegado responsável pelo caso, Giniton Lages, afirmou naquele ano: “Quem o matou ali dentro tinha privilégio de informação. Ele morreu abraçado com a pasta que tinha todos os documentos da CEI [Comissão Especial de Inquérito da Câmara de Vereadores]. A Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBF) não pode fechar os olhos para isso”.

Casos de Seropédica também apresentam um roteiro semelhante de disputas entre elites políticas em contextos nos quais pesam de lado a lado acusações de atividades ilícitas ligadas ou não diretamente à política.

Uma maneira de entrar no emaranhado de mortes de atores políticos em Seropédica é partirmos pelo caso de Miguel Ângelo Steffan de Souza, o Miguelzinho Seropédica, cuja viúva é a atual vice-prefeita do município e se apresenta, inclusive na urna eleitoral, como Vandrêa Miguelzinho (DEM). A morte de Miguelzinho está articulada com as execuções de outros três atores políticos: Rafael 39, David Camilo e Luciano DJ. Estes quatro personagens possuem tensões políticas ou aproximações comuns com um político local.

Miguelzinho (PMB), 51 anos, era empresário e já havia se candidatado a prefeito no pleito de 2016, mas não foi eleito, ficando em terceiro lugar na disputa. Ele usava as redes sociais para publicizar denúncias contra uma força política do município. A partir dessas denúncias, tornou-se uma importante força de oposição, muito ativo nas redes sociais.

Miguelzinho foi executado em uma padaria no bairro Boa Esperança, em 2018. Ele também denunciava crimes supostamente relacionados à milícia. Ainda em 2016, ele teve sua casa invadida. Precisou, então, mandar sua família para os Estados Unidos e só circulava com carro blindado. A interação de Miguelzinho com os meios de comunicação de massa era muito relevante, de modo que ele aparece em diversas matérias de jornal fazendo denúncias e, em geral, era destacado por um certo protagonismo político local. Numa das reportagens sobre a dinâmica política de Seropédica, produzida pelo SBT, denominada “Coronelismo”, os jornalistas enumeram uma série de denúncias feitas por ele. Essa série de reportagens detalhou alguns fatos e teve uma participação assídua de Miguelzinho e de David Camilo, outro personagem executado do qual falaremos mais adiante<sup>22</sup>.

A execução de Miguelzinho ocorreu menos de três semanas após a execução de Rafael 39, outro caso que descreveremos a seguir. Miguelzinho afirmava que Rafael 39 conhecia diversas irregularidades na política local e destacava recorrentemente em suas denúncias e comentários sobre a execução o seu descontentamento com quebras de acordos que mantinha com outros políticos<sup>23</sup>.

Uma matéria que noticia a execução de Miguelzinho destaca que ele já teria sofrido diversas ameaças e mostra uma foto em que ele parece estar apontando um carro preto que está atrás dele. Há, ainda, um vídeo em que Miguelzinho estava dirigindo, no qual afirma ter acabado de passar por uma perseguição. Ele narra no vídeo os detalhes da perseguição, os caminhos pelos quais fugiu e onde estava. Destaca, ainda, que estaria fazendo aquela transmissão ao vivo logo após o incidente porque, caso ele sumisse, saberiam o que teria acontecido. Este vídeo, agora, não está mais disponível e a mensagem que aparece é que a conta foi suspensa. Parte desse vídeo é exposta em uma matéria sobre a execução de David Camilo. Um destaque importante é que essa perseguição aconteceu dois dias depois da execução de Camilo<sup>24</sup>.

A composição desse grupo que realizava denúncias de modo recorrente também contava com políticos que foram executados ainda antes de Miguelzinho. Luciano Dj (PCdoB), que era vereador em 2015, também foi executado. Luciano seria vice de Miguelzinho na disputa pela prefeitura em 2016. Julio Cesar (PCdoB), outro pré-candidato executado, em agosto de 2017, tinha relações anteriores com Luciano Dj e foi assassinado na mesma padaria que Miguelzinho.

Rafael Siqueira Cardoso, conhecido como Rafael 39 (PDT), 37 anos, era empresário e primeiro suplente de vereador, tendo uma votação expressiva no pleito de 2016. Ele foi executado numa padaria no bairro Campo Lindo, em Seropédica, em 2018. Esse fato foi, como já assinalamos, amplamente divulgado por Miguelzinho. Entretanto, a trajetória política de Rafael não estava antes associada a Miguelzinho, mas, sim, a outro grupo político com o qual rompeu. Ele foi executado meses depois dessa ruptura. Rafael tinha esse vulgo em função de sua atuação no bairro do Km 39<sup>25</sup>.

Outro caso que participa dessas mesmas tensões políticas é o de David Camilo (sem partido), 57 anos, que era identificado nas matérias como líder comunitário. Ele foi executado em um bar no bairro Fazenda Caxias, em Seropédica, em 2017. Camilo ainda não tinha se candidatado em nenhum pleito anterior, mas vinha se destacando como liderança comunitária por seu ativismo político e por aglutinar informações e denúncias contra políticos locais.

Em uma das matérias encontradas sobre o caso, a família da vítima relata que ele já vinha sofrendo ameaças em função de tais denúncias. Em outra matéria, a família destacou que ele foi ameaçado na quarta-feira anterior ao fato, tendo sido ele executado na madrugada de sexta. Camilo também participou da série de reportagens do SBT intitulada “Coronelismo”. Outra matéria mais extensa do canal detalha a trajetória de denúncias de Camilo e registra que no dia de sua execução ele havia marcado um encontro em um bar com Miguelzinho. Na sequência, Miguelzinho diz em entrevista que eles tinham se associado para aglutinar informações e formalizar uma denúncia. Dois dias antes da execução, Camilo tinha dado uma entrevista a um jornal local em que fazia mais denúncias<sup>26</sup>.

Ainda em Seropédica, Julio César Fraga Reis (PCdoB), 38 anos, era candidato a vereador e mantinha uma relação política que o possibilitou ocupar o cargo de Diretor de Trânsito e Fiscalização na gestão do prefeito Martinazzo, em setembro de 2015. Julio César era policial militar e foi executado quando saía de uma festa no bairro Boa Esperança, em Seropédica, em 2016. Junto dele estavam sua esposa, que foi baleada, mas sobreviveu, e seu amigo Lenilson dos Santos Lourenço (sem partido), também atingido e morto na ocasião. Em matérias que relatam a execução de Julio César, a narrativa de disputa entre grupos milicianos é recorrente<sup>27</sup>.

Outra vítima de Seropédica, Luciano Nascimento Batista, o Luciano Dj (PCdoB), 38 anos, era vereador e havia sido eleito em 2012. Ele era empresário e foi executado, em 2015, no bairro Campo Lindo, em Seropédica, que fica a 300 metros da delegacia local. Luciano era conhecido por frequentar diversas festas e trabalhar como Dj, por isso o vulgo. Luciano Dj foi executado na saída de uma das festas que costumava frequentar e onde tocava aos finais de semana. É importante destacar que um assessor de Luciano que o acompanhava também foi vitimado, mas não teve seu nome nem nenhuma outra informação divulgados.

A execução de Luciano se deu apenas dois dias após ele ter faltado a uma votação importante na Câmara de Vereadores. O pai de Luciano registrou em entrevista que ele não tinha recebido nenhuma ameaça anterior ao fato. O velório aconteceu na Câmara de Seropédica e foi escoltado por policiais. O presidente da Câmara, Waguinho do Emiliano (PRB), decretou luto oficial de três dias e lamentou a morte de Luciano. O prefeito Martinazzo também lamentou a morte do vereador e destacou sua atuação nos bairros Km 39 e Campo Lindo.

## Carreiras políticas e carreiras criminais

Além desses casos de disputas internas e entre elites políticas, ao considerarmos a atuação política de algumas vítimas identificamos alguns personagens que conseguem conjugar carreiras políticas bem-sucedidas com históricos de acusações de envolvimento com atividades criminais. Vemos quadros deste tipo nas mortes de Domingos Barbosa Cabral, o Domingão, e Mauro Miranda da Rocha, ambos de Nova Iguaçu.

Domingão era candidato a vereador pelo DEM nas eleições de 2020, quando foi morto a tiros no bairro Cabuçu, em Nova Iguaçu. Ele estava em um bar quando criminosos vestindo toucas ninja e com armas de fogo efetuaram diversos disparos. De acordo com o portal de notícias Uol<sup>28</sup>, que ouviu policiais que atuam na investigação do caso, a morte de Domingão teria relação com disputas envolvendo dois grupos milicianos da região. Ao procurarmos notícias sobre sua morte, emergem relações políticas com atores citados no relatório da CPI das Milícias da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

Domingão havia sido preso em uma operação policial por posse ilegal de arma. Contra o político pesou o fato de estar em posse de uma pistola 9 milímetros e um carregador. Além disso, na ocasião, os policiais descobriram, em um cômodo de uma das propriedades de Domingos, material para instalação de TV a cabo clandestina, conhecida como “Gatonet”, atividade típica da atuação de grupos criminosos como as milícias, e um caderno de anotações referente ao serviço ilegal<sup>29</sup>.

Outro candidato a vereador de Nova Iguaçu morto em 2020, Mauro Miranda da Rocha já havia sido preso em 2015 por porte ilegal de arma. Há indícios claros de execução, embora a polícia à época tenha alegado não saber se o crime teve motivações políticas.

Mauro trabalhava como segurança há 10 anos no lugar onde foi assassinado, um pequeno mercado local. Em reportagem do SBT sobre o caso, dias depois do crime, há a informação de que os investigadores acreditam que Mauro foi vítima de uma emboscada e que os assassinos usavam pelo menos um fuzil e pistolas.

Matéria da Band News estabelece correlação entre operações contra a milícia visando “eleições mais seguras” e as mortes de Domingão e de Mauro. Reportagem da versão brasileira do jornal El País segue na mesma direção.

Após as mortes de Mauro e Domingão, a Polícia Civil criou uma força-tarefa para as eleições que levou à operação amplamente repercutida ocorrida em Itaguaí que vitimou 12 pessoas<sup>30</sup>.

## Mercados ilegais e conversão do poder armado em poder político

Quando olhamos para um conjunto de mortes ocorridas em Caxias, encontramos contextos que também envolvem disputas de grupos em torno de negócios criminosos. Temos, nesses casos, a atuação de figuras políticas que ainda não possuíam uma trajetória muito consolidada. A maior parte foi morta ainda quando era pré-candidata.

São os casos de Leandro da Silva Lopes, conhecido como Leandrinho Xerém; Sérgio da Conceição de Almeida Júnior, o Berém do Pilar; Denivaldo Meireles da Silva, o Denivaldo de Xerém; sua esposa, Andrea Ornelas Claudino (sobre a qual já falamos); e Alessandro Antônio da Costa (o Sandro Gordo).

Leandrinho Xerém (PSDB), 38 anos, era pré-candidato a vereador e articulava sua candidatura no pleito de 2016. Foi morto em 9 de junho de 2016, na Praça da Pedreira, em Caxias. Leandrinho era dono de um depósito de gás e água no mesmo bairro em que foi executado, em um bar enquanto jogava sinuca<sup>31</sup>.

A morte de Leandrinho Xerém se relaciona com outras três mortes ocorridas em Duque de Caxias num período de aproximadamente apenas um mês. Entre os dias 9 de junho e 11 de julho de 2016, quatro pessoas foram assassinadas. Os casos apontam para disputas pelo controle do furto de combustíveis nos dutos da Petrobras em Caxias. Dentre as vítimas estão Andrea Ornelas Claudino (sem partido) e Denivaldo de Xerém (sem partido). A quarta morte relacionada é a de Berém do Pilar (PSL), que também teria relações com o grupo miliciano que controlava o furto de combustíveis. Segundo as matérias encontradas, Denivaldo era segurança privado e mantinha vínculos com a milícia local, e Berém era conhecido como “o cara que cuidava da segurança” no bairro<sup>32</sup>.

Leandrinho, que acumulava duas suspeitas de homicídio, foi surpreendido por três homens armados com fuzil e pistolas enquanto pagava a conta no bar em que estava jogando sinuca. Em uma das matérias encontradas, a vítima é citada como coautora de um homicídio e uma tentativa de homicídio contra dois jovens em uma via pública de Xerém<sup>33</sup>.

Este conjunto de casos não é reconhecido pela polícia como sendo relacionado ao universo da política. Há um esforço considerável da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) em delimitar que os casos, inclusive o de Leandrino, não teriam sido motivados por disputas políticas. A perspectiva do delegado responsável pelo caso é de que essas mortes teriam ocorrido em função da disputa pelo controle do furto de combustíveis. Mas esse controle, ou melhor, o lucro obtido a partir desse monopólio, certamente influenciaria na aquisição de capital político. O fato é que as vítimas eram pré-candidatos; portanto, pretendiam fazer com que seus negócios efetivamente se convertessem em capacidade eleitoral. Outra negativa que parte da polícia é de que essas figuras não seriam candidatos ou pré-candidatos, mas em uma série de matérias em jornais locais elas são apontadas como candidatos ou pré-candidatos, e que também já estariam articulando suas candidaturas no pleito de 2016<sup>34</sup>. Os lucros obtidos ilegalmente seriam usados com pretensões políticas pelos grupos em disputa. O uso desses recursos, obtidos ilegalmente para campanhas políticas, foi reafirmado, inclusive, pelo Ministério Público<sup>35</sup>.

Além das pretensões eleitorais, ao pesquisarmos sobre os casos, encontramos relações entre as vítimas e forças políticas locais. Este bloco de casos é fundamental para demarcar que existe uma zona de relações de poder na qual há confluências entre redes lícitas e ilícitas, negócios criminosos e redes políticas. As tensões e disputas violentas que podem parecer pertencentes exclusivamente ao universo dos negócios criminosos possuem, na verdade, diversas linhas de articulações e disputas políticas.

Além desses quatro casos relacionados às disputas das “bicas”, temos ainda em Caxias um caso que se articula com disputas por roubo de combustível: o de Sandro Gordo (PSDB), 42 anos. Ele é identificado nas matérias encontradas como ex-vereador; entretanto, não encontramos o ano em que Sandro teria exercido o mandato. Sandro era comerciante e tinha um negócio de venda de gás de cozinha. Ele foi executado em Xerém, em 2017. Em 2012, Sandro já teria sofrido uma tentativa de homicídio em casa, em Saracuruna. Em 2004, disputou o pleito pelo PFL, mas não foi eleito<sup>36</sup>.

As investigações sobre a morte de Sandro levaram o Ministério Público a um grupo miliciano que atua na Vila Urussaí, que o teria executado por uma demonstração de força. Esse mesmo grupo também tem envolvimento no furto de combustíveis da Petrobras, nas “bicas”<sup>37</sup>.

Foi possível encontrar uma série de matérias que detalham vários crimes cometidos pelos integrantes desse grupo miliciano que controla a Vila Urussaí. Apesar da relação com as “bicas” e os postos de combustíveis, ainda não foi encontrada nenhuma ligação direta entre o grupo e os outros grupos citados em casos anteriores. Todos os conflitos encontrados sobre esse grupo se delimitaram a disputas internas.

## O mercado do poder de matar em alta: o capanga e o terceirizado

Um último caso que apresentamos nesta seção diz respeito a uma vítima que não era político, mas cuja morte teria decorrido do fato de ser contratado por um político para assassinar um rival, segundo as matérias analisadas<sup>38</sup>. Trata-se do caso de Fernando Boia de Faria.

Fernando teria sido contratado por um político para assassinar um vereador. O executor contratado teria terceirizado a execução e, então, o plano falhou. O terceirizado, não identificado, contratado por Fernando teria desistido da execução após descobrir que o alvo era uma figura muito conhecida no município. O terceirizado não só desistiu, como também vazou a informação do plano, o que impossibilitou a execução. A morte de Fernando, por fim, teria sido ordenada em retaliação a essa falha no planejamento da execução anterior<sup>39</sup>.

Este caso explicita a existência de um mercado no qual se negocia o próprio poder de matar como instrumento da política. A equação opera pela conversão do poder de matar em poder econômico e político. As matérias de jornal que consultamos indicam um valor alto do preço da morte sob encomenda. O capital financeiro compra as armas que entregam capital político, controle local e eliminação de adversários. Aquele que vende seu poder de matar acessa altas quantias financeiras e pode emergir como força econômica e política, uma vez que pode vir a utilizar este poder e este dinheiro a seu favor, caso isso se torne mais vantajoso do que vender seus serviços<sup>40</sup>.

## DINÂMICAS DAS MORTES

Em relação às agressões que acarretaram as mortes dos atores políticos levantadas na pesquisa, as armas de fogo são o meio universalmente empregado. Das 43 mortes, 42 foram cometidas por arma de fogo. Apenas uma foi registrada como meio não identificado (ver Quadro 8). Trata-se do caso de Tia Sandra, que foi encontrada em um rio e cujas notícias que saíram sobre seu caso não detalham quais meios foram utilizados.

QUADRO 8 | **ATORES POLÍTICOS MORTOS POR MEIO EMPREGADO NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)**

MEIO EMPREGADO NA AGRESSÃO	QTD DE VÍTIMAS
ARMA DE FOGO	42
SEM INFORMAÇÃO	1
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

Já no que se refere à dinâmica do fato, as execuções correspondem à quase totalidade dos casos. Registramos 38 casos de execuções: três cuja dinâmica foi descrita pelas reportagens como latrocínio, roubo seguido de morte; um sequestro seguido de execução; e um encontro de cadáver (ver Quadro 9).

QUADRO 9 | **ATORES POLÍTICOS MORTOS POR DINÂMICA DO FATO NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)**

DINÂMICA DO FATO	QTD DE VÍTIMAS
EXECUÇÃO	38
LATROCÍNIO <sup>41</sup>	3
SEQUESTRO E EXECUÇÃO	1
ENCONTRO DE CADÁVER	1
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

O caso de sequestro seguido de execução foi o de Aerton Santos de Araújo, 47 anos, pré-candidato a vereador em Caxias. Segundo as notícias, ele era empresário. Não foi localizado nas matérias o partido ao qual Aerton seria ligado e pelo qual concorreria. Ele foi sequestrado em Caxias, no Corte Oito, e foi encontrado morto em São João de Meriti, em 2020<sup>42</sup>.

Aerton, dono de um bar e de uma barbearia, foi levado pelos sequestradores na porta de sua casa, no dia do aniversário de sua mãe. Os amigos da vítima chegaram a fazer uma campanha nas redes sociais pedindo informações durante os dois dias que se passaram até que seu corpo fosse encontrado<sup>43</sup>. Em seu perfil nas redes sociais, Aerton criticava políticos locais, os quais ele dizia terem se vendido<sup>44</sup>.

## QUADROS GERAIS DOS CASOS

Até aqui detalhamos apenas algumas das 43 mortes que levantamos para oferecer um primeiro panorama das linhas gerais que organizam as relações entre poder de matar e poder político que operam nesses casos. Diversos aspectos serão aprofundados nos capítulos seguintes e outros detalhes das execuções serão apresentados. Mas, para que o leitor tenha uma medida mais precisa de nosso universo de dados, seguem abaixo os quadros de 10 a 15, que listam as principais informações de todos os casos.

**QUADRO 10 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR VULGO E IDADE DA VÍTIMA NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)**

<b>NOME DA VÍTIMA</b>	<b>VULGO DA VÍTIMA</b>	<b>IDADE DA VÍTIMA</b>
UILIAN EULALIO BARBOSA	UILIAN CHAVEIRO	35
ALAN BIANCARDI MOREIRA	ALAN MOREIRA	29
RAFAEL DE SIQUEIRA CARDOSO	RAFAEL DA 39	37
MIGUEL ANGELO STEFFAN DE SOUZA	MIGUELZINHO SEROPÉDICA	51
ALCENIR RAMOS DA SILVA		52
DAVID CAMILO DE OLIVEIRA		57
JULIO CÉSAR FRAGA REIS		38
LENILSON DOS SANTOS LOURENÇO		43
LUCIANO NASCIMENTO BATISTA	LUCIANO DJ	38
ASSESSOR DE LUCIANO DJ		S/I*
LEANDRO DA SILVA LOPES	LEANDRINHO XERÉM	38
SERGIO DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA JUNIOR	BERÉM DO PILAR	S/I
DENIVALDO MEIRELES DA SILVA	DENIVALDO DE XERÉM	41
ANDREA ORNELAS CLAUDINO		30
RICARDO JOSÉ DE SOUZA	RICARDINHO DO JARDIM GRAMACHO	46
MARCELO DA SILVA ULRICH		S/I
ALEXSANDRO ANTÔNIO DA COSTA	SANDRO GORDO	42
WILSON JOSÉ BANDEIRA	WILSINHO BAHIA	56
OSVALDO DA COSTA SILVA	RATINHO	54
FERNANDO BOIA DE FARIA		S/I
AERTON SANTOS DE ARAÚJO		47
ROBSON GOMES DE SOUZA		S/I
ALEX SANDER BARRETO DOS REIS	ALEX REIS	39
JULIO CESAR RAMIRES		37
WENDEL ANDREI DE LIMA COELHO	WENDEL COELHO	26
DARCI GOMES DO SANTOS FILHO	DARCIZINHO DA VILA NOVA	52

**QUADRO 10 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR VULGO E IDADE DA VÍTIMA NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020) | CONTINUAÇÃO**

<b>NOME DA VÍTIMA</b>	<b>VULGO DA VÍTIMA</b>	<b>IDADE DA VÍTIMA</b>
SANDRA SILVA DA FERREIRA	TIA SANDRA	45
PAULO HENRIQUE DOURADO TEIXEIRA	PAULINHO P9	33
GERALDO CARDOSO GERPE	GERALDÃO	41
AGA LOPES PINHEIRO		49
RENATA CASTRO		38
MARCO AURÉLIO LOPES		44
NELSON GOMES SOUZA	NELSON LILINHO	52
CÉSAR DE SOUZA		44
UBIRAJARA MORAES PEREIRA	BIRA DA SAÚDE	42
DOMINGOS BARBOSA CABRAL	DOMINGÃO	57
MAURO MIRANDA DA ROCHA		41
RUY DE OLIVEIRA WOOD	RUY DA PADARIA	58
ANDERSON GOMES VIEIRA	SORÓ	38
FERNANDO OLIVEIRA		52
FÁBIO BARBOSA BERNARDES	BINDA	S/I
PAULO ROBERTO PEREIRA	PAULO PQDT	S/I
JOSÉ HILDO DA SILVA MARQUES		46

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

(\*) S/I: SEM INFORMAÇÃO

**QUADRO 11 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR PARTIDO E OCUPAÇÃO DA VÍTIMA NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)**

<b>NOME DA VÍTIMA</b>	<b>PARTIDO POLÍTICO</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>
UILIAN EULALIO BARBOSA	PRTB	COMERCIANTE
ALAN BIANCARDI MOREIRA	S/I	AGENTE DE TRÂNSITO
RAFAEL DE SIQUEIRA CARDOSO	PDT	EMPRESÁRIO
MIGUEL ANGELO STEFFAN DE SOUZA	PMB	EMPRESÁRIO
ALCENIR RAMOS DA SILVA	REDE	POLICIAL MILITAR
DAVID CAMILO DE OLIVEIRA	S/I	LÍDER COMUNITÁRIO
JULIO CÉSAR FRAGA REIS	PCDOB	POLICIAL MILITAR
LENILSON DOS SANTOS LOURENÇO	S/I	S/I
LUCIANO NASCIMENTO BATISTA	PCDOB	EMPRESÁRIO
ASSESSOR DE LUCIANO DJ	S/I	S/I
LEANDRO DA SILVA LOPES	PSDB	COMERCIANTE
SERGIO DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA JUNIOR	PSL	S/I
DENIVALDO MEIRELES DA SILVA	S/I	SEGURANÇA
ANDREA ORNELAS CLAUDINO	S/I	S/I
RICARDO JOSÉ DE SOUZA	PV	COMERCIANTE
MARCELO DA SILVA ULRICH	S/I	S/I
ALEXSANDRO ANTÔNIO DA COSTA	PSDB	COMERCIANTE
WILSON JOSÉ BANDEIRA	PMDB	S/I
OSVALDO DA COSTA SILVA	PDT	S/I
FERNANDO BOIA DE FARIA	S/I	S/I
AERTON SANTOS DE ARAÚJO	S/I	EMPRESÁRIO
ROBSON GOMES DE SOUZA	S/I	EX-POLICIAL
ALEX SANDER BARRETO DOS REIS	S/I	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
JULIO CESAR RAMIRES	S/I	S/I
WENDEL ANDREI DE LIMA COELHO	PT DO B	VEREADOR

**QUADRO 11 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR PARTIDO E OCUPAÇÃO DA VÍTIMA NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020) | CONTINUAÇÃO**

<b>NOME DA VÍTIMA</b>	<b>PARTIDO POLÍTICO</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>
DARCI GOMES DO SANTOS FILHO	MDB	S/I
SANDRA SILVA DA FERREIRA	PSB	S/I
PAULO HENRIQUE DOURADO TEIXEIRA	PTB	S/I
GERALDO CARDOSO GERPE	PSB	VEREADOR
AGA LOPES PINHEIRO	DEM	LÍDER COMUNITÁRIO
RENATA CASTRO	S/I	CABO ELEITORAL
MARCO AURÉLIO LOPES	PP	POLICIAL MILITAR
NELSON GOMES SOUZA	PMN	S/I
CÉSAR DE SOUZA	S/I	CABO ELEITORAL
UBIRAJARA MORAES PEREIRA	S/I	FUNCIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL
DOMINGOS BARBOSA CABRAL	DEM	S/I
MAURO MIRANDA DA ROCHA	PTC	S/I
RUY DE OLIVEIRA WOOD	PTC	COMERCIANTE
ANDERSON GOMES VIEIRA	PRB	DIRETOR ESCOLAR/LÍDER COMUNITÁRIO
FERNANDO OLIVEIRA	S/I	ADMINISTRADOR
FÁBIO BARBOSA BERNARDES	S/I	EX-POLICIAL
PAULO ROBERTO PEREIRA	S/I	S/I
JOSÉ HILDO DA SILVA MARQUES	S/I	ASSESSOR DE IMPRENSA

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

**QUADRO 12 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR GÊNERO E COR DA VÍTIMA NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)**

NOME DA VÍTIMA	GÊNERO	COR
UILIAN EULALIO BARBOSA	M	BRANCO
ALAN BIANCARDI MOREIRA	M	BRANCO
RAFAEL DE SIQUEIRA CARDOSO	M	BRANCO
MIGUEL ANGELO STEFFAN DE SOUZA	M	BRANCO
ALCENIR RAMOS DA SILVA	M	BRANCO
DAVID CAMILO DE OLIVEIRA	M	PRETO
JULIO CÉSAR FRAGA REIS	M	BRANCO
LENILSON DOS SANTOS LOURENÇO	M	SEM INFORMAÇÃO
LUCIANO NASCIMENTO BATISTA	M	BRANCO
ASSESSOR DE LUCIANO DJ	M	SEM INFORMAÇÃO
LEANDRO DA SILVA LOPES	M	BRANCO
SERGIO DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA JUNIOR	M	BRANCO
DENIVALDO MEIRELES DA SILVA	M	BRANCO
ANDREA ORNELAS CLAUDINO	F	BRANCO
RICARDO JOSÉ DE SOUZA	M	PRETO
MARCELO DA SILVA ULRICH	M	SEM INFORMAÇÃO
ALEXSANDRO ANTÔNIO DA COSTA	M	BRANCO
WILSON JOSÉ BANDEIRA	M	PRETO
OSVALDO DA COSTA SILVA	M	BRANCO
FERNANDO BOIA DE FARIA	M	SEM INFORMAÇÃO
AERTON SANTOS DE ARAÚJO	M	PRETO
ROBSON GOMES DE SOUZA	M	PRETO
ALEX SANDER BARRETO DOS REIS	M	PRETO
JULIO CESAR RAMIRES	M	SEM INFORMAÇÃO
WENDEL ANDREI DE LIMA COELHO	M	BRANCO
DARCI GOMES DO SANTOS FILHO	M	PRETO

**QUADRO 12 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR GÊNERO E COR DA VÍTIMA NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020) | CONTINUAÇÃO**

NOME DA VÍTIMA	GÊNERO	COR
SANDRA SILVA DA FERREIRA	F	PRETO
PAULO HENRIQUE DOURADO TEIXEIRA	M	PRETO
GERALDO CARDOSO GERPE	M	BRANCO
AGA LOPES PINHEIRO	F	BRANCO
RENATA CASTRO	F	BRANCO
MARCO AURÉLIO LOPES	M	PRETO
NELSON GOMES SOUZA	M	BRANCO
CÉSAR DE SOUZA	M	SEM INFORMAÇÃO
UBIRAJARA MORAES PEREIRA	M	PRETO
DOMINGOS BARBOSA CABRAL	M	PRETO
MAURO MIRANDA DA ROCHA	M	BRANCO
RUY DE OLIVEIRA WOOD	M	SEM INFORMAÇÃO
ANDERSON GOMES VIEIRA	M	PRETO
FERNANDO OLIVEIRA	M	BRANCO
FÁBIO BARBOSA BERNARDES	M	PRETO
PAULO ROBERTO PEREIRA	M	SEM INFORMAÇÃO
JOSÉ HILDO DA SILVA MARQUES	M	SEM INFORMAÇÃO

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

**QUADRO 13 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR ATUAÇÃO POLÍTICA DA VÍTIMA NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)**

<b>NOME DA VÍTIMA</b>	<b>ATUAÇÃO POLÍTICA QUANDO MORREU</b>
UILIAN EULALIO BARBOSA	GESTOR PÚBLICO
ALAN BIANCARDI MOREIRA	CABO ELEITORAL
RAFAEL DE SIQUEIRA CARDOSO	SUPLENTE DE VEREADOR
MIGUEL ANGELO STEFFAN DE SOUZA	EX-CANDIDATO A PREFEITO
ALCENIR RAMOS DA SILVA	SUPLENTE DE VEREADOR
DAVID CAMILO DE OLIVEIRA	ATIVISTA POLÍTICO
JULIO CÉSAR FRAGA REIS	CANDIDATO A VEREADOR
LENILSON DOS SANTOS LOURENÇO	CANDIDATO A VEREADOR
LUCIANO NASCIMENTO BATISTA	VEREADOR
ASSESSOR DE LUCIANO DJ	ASSESSOR
LEANDRO DA SILVA LOPES	CANDIDATO A VEREADOR
SERGIO DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA JUNIOR	CANDIDATO A VEREADOR
DENIVALDO MEIRELES DA SILVA	CANDIDATO A VEREADOR
ANDREA ORNELAS CLAUDINO	FAMILIAR DE CANDIDATO A VEREADOR
RICARDO JOSÉ DE SOUZA	SUPLENTE DE VEREADOR
MARCELO DA SILVA ULRICH	ASSESSOR
ALEXSANDRO ANTÔNIO DA COSTA	EX-VEREADOR
WILSON JOSÉ BANDEIRA	SUPLENTE DE VEREADOR
OSVALDO DA COSTA SILVA	CANDIDATO A VEREADOR
FERNANDO BOIA DE FARIA	CAPANGA
AERTON SANTOS DE ARAÚJO	CANDIDATO A VEREADOR
ROBSON GOMES DE SOUZA	ASSESSOR
ALEX SANDER BARRETO DOS REIS	GESTOR PÚBLICO
JULIO CESAR RAMIRES	ASSESSOR
WENDEL ANDREI DE LIMA COELHO	VEREADOR

QUADRO 13 | **ATORES POLÍTICOS MORTOS POR ATUAÇÃO POLÍTICA DA VÍTIMA NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)** | CONTINUAÇÃO

NOME DA VÍTIMA	ATUAÇÃO POLÍTICA QUANDO MORREU
DARCI GOMES DO SANTOS FILHO	EX-VEREADOR
SANDRA SILVA DA FERREIRA	CANDIDATO A VEREADOR
PAULO HENRIQUE DOURADO TEIXEIRA	SUPLENTE DE VEREADOR
GERALDO CARDOSO GERPE	VEREADOR
AGA LOPES PINHEIRO	CANDIDATO A VEREADOR
RENATA CASTRO	CABO ELEITORAL
MARCOS AURÉLIO LOPES	VEREADOR
NELSON GOMES SOUZA	GESTOR PÚBLICO
CÉSAR DE SOUZA	CABO ELEITORAL
UBIRAJARA MORAES PEREIRA	EX-CANDIDATO A VEREADOR
DOMINGOS BARBOSA CABRAL	CANDIDATO A VEREADOR
MAURO MIRANDA DA ROCHA	CANDIDATO A VEREADOR
RUY DE OLIVEIRA WOOD	EX-CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL
ANDERSON GOMES VIEIRA	CANDIDATO A VEREADOR
FERNANDO OLIVEIRA	GESTOR PÚBLICO
FÁBIO BARBOSA BERNARDES	CANDIDATO A VEREADOR
PAULO ROBERTO PEREIRA	CANDIDATO A VEREADOR
JOSÉ HILDO DA SILVA MARQUES	ASSESSOR

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

**QUADRO 14 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR CIDADE, BAIRRO E ANO, NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)**

<b>NOME DA VÍTIMA</b>	<b>CIDADE DO FATO</b>	<b>BAIRRO DO FATO</b>	<b>ANO DO FATO</b>
UILIAN EULALIO BARBOSA	BELFORD ROXO	VILA HELIÓPOLIS	2019
ALAN BIANCARDI MOREIRA	BELFORD ROXO	PARQUE ESPERANÇA	2016
RAFAEL DE SIQUEIRA CARDOSO	SEROPÉDICA	CAMPO LINDO	2018
MIGUEL ANGELO STEFFAN DE SOUZA	SEROPÉDICA	BOA ESPERANÇA	2018
ALCENIR RAMOS DA SILVA	SEROPÉDICA	SANTA SOFIA	2019
DAVID CAMILO DE OLIVEIRA	SEROPÉDICA	FAZENDA CAXIAS	2017
JULIO CÉSAR FRAGA REIS	SEROPÉDICA	BOA ESPERANÇA	2016
LENILSON DOS SANTOS LOURENÇO	SEROPÉDICA	BOA ESPERANÇA	2016
LUCIANO NASCIMENTO BATISTA	SEROPÉDICA	CAMPO LINDO	2015
ASSESSOR DE LUCIANO DJ	SEROPÉDICA	CAMPO LINDO	2015
LEANDRO DA SILVA LOPES	DUQUE DE CAXIAS	PRAÇA DA PEDREIRA	2016
SERGIO DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA JUNIOR	DUQUE DE CAXIAS	BAIRRO PILAR	2016
DENIVALDO MEIRELES DA SILVA	DUQUE DE CAXIAS	CAXIAS SHOPPING	2016
ANDREA ORNELAS CLAUDINO	DUQUE DE CAXIAS	CAXIAS SHOPPING	2016
RICARDO JOSÉ DE SOUZA	GUAPIMIRIM	SEM INFORMAÇÃO	2016
MARCELO DA SILVA ULRICH	GUAPIMIRIM	SEM INFORMAÇÃO	2016
ALEXSANDRO ANTÔNIO DA COSTA	DUQUE DE CAXIAS	SEM INFORMAÇÃO	2017

QUADRO 14 | **ATORES POLÍTICOS MORTOS POR CIDADE, BAIRRO E ANO, NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)** | CONTINUAÇÃO

NOME DA VÍTIMA	CIDADE DO FATO	BAIRRO DO FATO	ANO DO FATO
WILSON JOSÉ BANDEIRA	NILÓPOLIS	N. SRA. DE FÁTIMA	2015
OSVALDO DA COSTA SILVA	NILÓPOLIS	CENTRO	2016
FERNANDO BOIA DE FARIA	NILÓPOLIS		2019
AERTON SANTOS DE ARAÚJO	SÃO JOÃO DE MERITI	JARDIM METRÓPOLIS	2020
ROBSON GOMES DE SOUZA	DUQUE DE CAXIAS	CENTENÁRIO	2019
ALEX SANDER BARRETO DOS REIS	QUEIMADOS	SÃO CRISTÓVÃO	2018
JULIO CESAR RAMIRES	QUEIMADOS	VILA AMERICANA	2017
WENDEL ANDREI DE LIMA COELHO	JAPERI	ENGENHEIRO PEDREIRA	2019
DARCI GOMES DO SANTOS FILHO	MAGÉ	CENTRO	2019
SANDRA SILVA DA FERREIRA	MAGÉ	BARBUDA	2020
PAULO HENRIQUE DOURADO TEIXEIRA	MAGÉ	PAU GRANDE	2018
GERALDO CARDOSO GERPE	MAGÉ	VILA VITÓRIA	2016
AGA LOPES PINHEIRO	MAGÉ	BARBUDA	2016
RENATA CASTRO	MAGÉ	FRAGOSO	2020
MARCO AURÉLIO LOPES	PARACAMBI	BAIRRO SABUGO	2015
NELSON GOMES SOUZA	SÃO JOÃO DE MERITI	ÉDEN	2015
CÉSAR DE SOUZA	SÃO JOÃO DE MERITI	CENTRO	2020
UBIRAJARA MORAES PEREIRA	SÃO JOÃO DE MERITI	VILA TIRADENTES	2020
DOMINGOS BARBOSA CABRAL	NOVA IGUAÇU	CABUÇU	2020

**QUADRO 14 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR CIDADE, BAIRRO E ANO, NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020) | CONTINUAÇÃO**

<b>NOME DA VÍTIMA</b>	<b>CIDADE DO FATO</b>	<b>BAIRRO DO FATO</b>	<b>ANO DO FATO</b>
MAURO MIRANDA DA ROCHA	NOVA IGUAÇU	RANCHO FUNDO	2020
RUY DE OLIVEIRA WOOD	NOVA IGUAÇU	JARDIM ALVORADA	2019
ANDERSON GOMES VIEIRA	NOVA IGUAÇU	CORUMBÁ	2016
FERNANDO OLIVEIRA	NOVA IGUAÇU	K-11	2016
FÁBIO BARBOSA BERNARDES	NOVA IGUAÇU	AUSTIN	2019
PAULO ROBERTO PEREIRA	NOVA IGUAÇU	JARDIM IGUAÇU	2019
JOSÉ HILDO DA SILVA MARQUES	NOVA IGUAÇU	COBREX	2016

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

**QUADRO 15 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR DINÂMICA DO FATO E MEIO EMPREGADO NA AGRESSÃO, NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020)**

NOME DA VÍTIMA	DINÂMICA DO FATO	MEIO EMPREGADO NA AGRESSÃO
UILIAN EULALIO BARBOSA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
ALAN BIANCARDI MOREIRA	SEQUESTRO E EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
RAFAEL DE SIQUEIRA CARDOSO	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
MIGUEL ANGELO STEFFAN DE SOUZA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
ALCENIR RAMOS DA SILVA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
DAVID CAMILO DE OLIVEIRA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
JULIO CÉSAR FRAGA REIS	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
LENILSON DOS SANTOS LOURENÇO	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
LUCIANO NASCIMENTO BATISTA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
ASSESSOR DE LUCIANO DJ	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
LEANDRO DA SILVA LOPES	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
SERGIO DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA JUNIOR	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
DENIVALDO MEIRELES DA SILVA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
ANDREA ORNELAS CLAUDINO	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
RICARDO JOSÉ DE SOUZA	LATROCÍNIO	ARMA DE FOGO
MARCELO DA SILVA ULRICH	LATROCÍNIO	ARMA DE FOGO
ALEXSANDRO ANTÔNIO DA COSTA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
WILSON JOSÉ BANDEIRA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
OSVALDO DA COSTA SILVA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
FERNANDO BOIA DE FARIA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
AERTON SANTOS DE ARAÚJO	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
ROBSON GOMES DE SOUZA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
ALEX SANDER BARRETO DOS REIS	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
JULIO CESAR RAMIRES	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
WENDEL ANDREI DE LIMA COELHO	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO

**QUADRO 15 | ATORES POLÍTICOS MORTOS POR DINÂMICA DO FATO E MEIO EMPREGADO NA AGRESSÃO, NA BAIXADA FLUMINENSE (2015 – 2020) | CONT.**

<b>NOME DA VÍTIMA</b>	<b>DINÂMICA DO FATO</b>	<b>MEIO EMPREGADO NA AGRESSÃO</b>
DARCI GOMES DO SANTOS FILHO	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
SANDRA SILVA DA FERREIRA	ENCONTRO DE CADÁVER	SEM INFORMAÇÃO
PAULO HENRIQUE DOURADO TEIXEIRA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
GERALDO CARDOSO GERPE	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
AGA LOPES PINHEIRO	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
RENATA CASTRO	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
MARCO AURÉLIO LOPES	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
NELSON GOMES SOUZA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
CÉSAR DE SOUZA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
UBIRAJARA MORAES PEREIRA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
DOMINGOS BARBOSA CABRAL	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
MAURO MIRANDA DA ROCHA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
RUY DE OLIVEIRA WOOD	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
ANDERSON GOMES VIEIRA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
FERNANDO OLIVEIRA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
FÁBIO BARBOSA BERNARDES	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
PAULO ROBERTO PEREIRA	EXECUÇÃO	ARMA DE FOGO
JOSÉ HILDO DA SILVA MARQUES	LATROCÍNIO	ARMA DE FOGO

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA

## NOTAS

9. Utilizaremos a categoria “atores políticos” para caracterizar os casos que incluímos em nosso escopo de pesquisa, vide a nota metodológica.
10. Lauris e Hashizume (2020, p. 49).
11. Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org/violencias>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.
12. BARREIRA, Gabriel. Morte de pré-candidata no Rio pode ter sido execução, diz polícia. G1, 13 de julho de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/morte-de-pre-candidata-do-rj-pode-ter-sido-execucao-diz-policia.html>. Acesso em: 6 de julho de 2021.  
GOULART, Gustavo. NASCIMENTO, Rafael. Execução de líder comunitária em Magé pode ter motivação política. O Globo, 13 de julho de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/execucao-de-lider-comunitaria-em-mage-pode-ter-motivacao-politica-19700096>. Acesso em: 6 de julho de 2021.
13. MORRE mulher de pré-candidato a vereador na Baixada Fluminense. Extra, 11 de julho de 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/morre-mulher-de-pre-candidato-vereador-na-baixada-fluminense-19685925.html>. Acesso em: 3 de junho de 2021.
14. MORRE mulher de segurança assassinado na saída de shopping em Caxias. R7, 11 de julho de 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-no-ar/videos/morre-mulher-de-seguranca-assassinado-na-saida-de-shopping-em-caxias-11072016>. Acesso em: 3 de junho de 2021.
15. LEMOS, Marcela. Polícia prende suspeito de matar pré-candidata a vereadora em Magé (RJ). Uol, 7 de outubro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/10/07/policia-prende-suspeito-de-matar-pre-candidata-a-vereadora-em-mage-rj.htm>. Acesso em: 6 de julho de 2021.  
POLÍCIA civil prende um dos envolvidos na morte de candidata a vereadora de Magé. O Dia, 6 de outubro de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/mage/2020/10/6002213-policia-civil-prende-um-dos-envolvidos-na-morte-de-candidata-a-vereadora-de-mage.html>. Acesso em: 6 de julho de 2021.  
PRÉ-candidata é encontrada morta em Magé. Facebook, Guapimirim ao vivo, 1º de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/Guapimirimaovivo/posts/3158233757621953>. Acesso em: 6 de julho de 2021.  
ELEIÇÕES 2020: Pré-candidata Sandra Silva “Tia Sandra” é encontrada morta no Rio Roncador. Facebook, Magé Mirim, 1º de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/140483583383491/posts/760371254728051?sfnsn=wiwspwa>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

COELHO, Henrique. Polícia prende homem que confessou assassinato de pré-candidata a vereadora em Magé, RJ. G1, 6 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/06/policia-prende-homem-que-confessou-assassinato-de-pre-candidata-a-vereadora-em-mage-rj.ghtml>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

POLÍCIA civil prende homem acusado de matar pré-candidata a vereadora na Baixada. O Globo, 6 de outubro de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/policia-civil-prende-homem-acusado-de-matar-pre-candidata-vereadora-na-baixada-24679748>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

- 16.** MILITANTE da família Cozzolino foi assassinada no dia do aniversário da filha. O Dia, 30 de outubro de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/mage/2020/10/6018210-militante-da-familia-cozzolino-foi-assassinada-no-dia-do-aniversario-da-filha.html>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

SOUSA, Rafael Nascimento de. GUERRA, Rayanderson. Crime político é a principal linha de investigação para execução de aliada dos Cozzolino em Magé. Extra, 30 de outubro de 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/crime-politico-a-principal-linha-de-investigacao-para-execucao-de-aliada-dos-cozzolino-em-mage-24720610.html>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

CARDOSO, Lucas. DOSSARES, Thuany. PF diz que esquema de desvios de na Saúde em Magé existia desde 2016. O Dia, 24 de setembro de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/09/5994680-pf-diz-que-esquema-de-desvios-no-sus-em-mage-existia-desde-2016.html>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

FIGUEIREDO, Pedro. Cabo eleitoral morta em Magé entregou à PF denúncia contra ex-secretária municipal de saúde Carine Tavares. G1, 30 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/30/cabo-eleitoral-morta-em-mage-entregou-a-pf-denuncia-contr-a-ex-secretaria-municipal-de-saude-carine-tavares.ghtml>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

COELHO, Henrique. Polícia investiga motivação política em morte de cabo eleitoral da família Cozzolino em 2020. G1, 27 de agosto de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/27/policia-faz-operacao-em-investigacao-sobre-morte-de-cabo-eleitoral-da-familia-cozzolino-em-2020.ghtml>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

- 17.** DADOS, INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Letalidade.html>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.
- 18.** Em nosso levantamento constam quatro vereadores em exercício assassinados. Para estes dois aos quais nos referimos aqui não foi possível identificar outra profissão além de vereador.
- 19.** No material de imprensa que compôs nosso levantamento, há referências a “candidato” e “pré-candidato”. Nesta categoria agrupamos os dois tipos.

- 20.** TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Página inicial. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/>. Acesso em: 8 de julho de 2021.
- CAMILO, Sarah. Ex-Prefeito é assassinado em Nilópolis. Nilópolis Online, 18 de agosto de 2016. Disponível em: <https://nilopolisonline.com.br/2016/08/18/ex-prefeito-e-assassinado-em-nilopolis/>. Acesso em: 9 de junho de 2021.
- ELEIÇÕES 2008: Nilópolis. SRzd, 31 de julho de 2008. Disponível em: <https://www.srzd.com/geral/eleicoes-2008-nilopolis/>. Acesso em: 9 de junho de 2021.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS. Página inicial. Disponível em: <http://nilopolis.rj.gov.br/site/>. Acesso em: 9 de junho de 2021.
- 21.** ASCOM. SEPOL realiza operação para desarticular quadrilha comandada por deputado estadual. Polícia Civil, 21 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.policiacivilrj.net.br/noticias.php?id=4216>. Acesso em: 14 de junho de 2021.
- BERNARDES, Luanna. Polícia faz operação contra deputado. Band News, 21 de maio de 2019. Disponível em: <https://bandnewsfmrio.com.br/editorias-detelhes/policia-faz-operacao-contradeputado>. Acesso em: 14 de junho de 2021.
- AQUINO, Rai. Quem matou Paulinho P-9?. Meia Hora, 21 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/amp/geral/policia/2019/05/5644920-quem-matou-paulinho-p-9.html>. Acesso em: 14 de junho de 2021.
- OPERAÇÃO da Polícia Civil mira suspeitos de assassinato; um dos alvos é deputado estadual. O Globo, 21 de maio de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/operacao-da-policia-civil-mira-suspeitos-de-assassinato-um-dos-alvos-deputado-estadual-23681161>. Acesso em: 14 de junho de 2021.
- DEPUTADO estadual é um dos alvos de operação que mira grupo de extermínio. O Dia, 22 de maio de 2019. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/05/5644667-deputado-estadual-e-um-dos-alvos-de-operacao-que-mira-grupo-de-extermínio.html>. Acesso em: 14 de junho de 2021.
- RAMALHO, Sérgio. Witzel defende investigar deputado de sua base suspeito de encomendar morte. BOL Notícias, 22 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/05/22/witzel-defende-investigar-deputado-de-sua-base-suspeito-de-encomendar-morte.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2021.
- 22.** EXCLUSIVO: A série “Coronelismo” continua em Seropédica. TWITTER, SBT-Rio, 28 de junho de 2017. Disponível em: <https://twitter.com/sbtrio/status/880089631240355840?lang=da%3E%20%3Chttps://web.facebook.com/watch/?v=2100170810023968>. Acesso em: 16 de junho de 2021.
- ARAÚJO, Vera. Candidato ameaçado de morte só anda de carro blindado em Seropédica. O Globo, 28 de outubro de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/candidato-ameacado-de-morte-so-anda-de-carro-blindado-em-seropedica-20191336>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

- 23.** LOBO, Thais. Dois políticos de Seropédica são assassinados em menos de três semanas. MAIS GOIÁS, 11 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.maisgoias.com.br/doi-politicos-de-seropedica-sao-assassinados-em-menos-de-tres-semanas/>. Acesso em: 16 de junho de 2021.
- 24.** TRANSMISSÃO ao vivo. Facebook, Miguelzinho Seropédica, 15 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/1162756963765362/videos/347022359371612>. Acesso em: 16 de junho de 2021.
- ATIVISTA político morto em Seropédica também denunciava milicianos. G1, 12 de novembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/12/ativista-politico-morto-em-seropedica-tambem-denunciava-milicianos.ghtml>. Acesso em: 16 de junho de 2021.
- 25.** DORNELLES, Camille. Suplente de vereador é morto a tiros no RJ. Milícia é suspeita. PLENOS NEWS, 26 de outubro de 2018. Disponível em: <https://pleno.news/brasil/cidades/suplente-de-vereador-e-morto-a-tiros-no-rj-milicia-e-suspeita.html>. Acesso em: 17 de junho de 2021.
- 26.** REPORTAGEM SBT Rio. Facebook, Fala Costa Verde, 16 de outubro de 2017. Disponível em: [https://www.facebook.com/watch/?v=1012138082271834&\\_rdc=2&\\_rdr](https://www.facebook.com/watch/?v=1012138082271834&_rdc=2&_rdr). Acesso em: 16 de junho de 2021.
- HOMEM é morto a tiros dentro de bar na Baixada Fluminense. Extra, 13 de outubro de 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/homem-morto-tiros-dentro-de-bar-na-baixada-fluminense-21943227.html>. Acesso em: 17 de junho de 2021.
- AREIAS, Karilayn. Homem é morto a tiros em bar em Seropédica. O Dia, 13 de outubro de 2017. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-10-13/homem-e-morto-a-tiros-em-bar-em-seropedica.html>. Acesso em: 17 de junho de 2021.
- 27.** POLICIAL candidato a vereador é morto na Baixada Fluminense. R7, 22 de agosto de 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-no-ar/videos/policial-candidato-a-vereador-e-morto-na-baixada-fluminense-22082016>. Acesso em: 18 de junho de 2021.
- VEREADOR de Seropédica é executado. Bom Dia Rio, 16 de novembro de 2015. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4610754/>. Acesso em: 19 de junho de 2021.
- MENDES, Marlos. Sargento PM candidato a vereador em Seropédica é assassinado a tiros. O Dia, 20 de agosto de 2016. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-08-20/sargento-pm-candidato-a-vereador-em-seropedica-e-assassinado.html>. Acesso em: 15 de junho de 2021.
- VASCONCELOS, Gabriel. Maior milícia do Rio se expande na Baixada e investe em política. Folha de S. Paulo, 6 de setembro de 2016. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1810689-maior-milicia-do-rio-se-expande-na-baixada-e-investe-em-politica.shtml?origin=folha>. Acesso em: 15 de junho de 2021.
- ESTADO do Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal de Seropédica. Diário Oficial. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/513021/estado-do-rio-de-janeiro-prefeitura-municipal-de-serop%C3%A9dica>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

28. LEMOS, Marcela. RJ: Operação da polícia busca relação da milícia com morte de candidato. Uol, 6 de novembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/06/rj-policia-faz-operacao-para-apurar-atuacao-das-milicias-na-eleicao.htm>. Acesso em: 15 de junho de 2021.
29. ARAÚJO, Vera; OTÁVIO, Chico. Rio tem 300 currais eleitorais do tráfico ou milícia. O Globo, 9 de setembro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/rio-tem-300-currais-eleitorais-do-trafico-ou-milicia-23052750>. Acesso em: 23 de junho de 2021.
- ROUVENAT, Fernanda; COELHO, Henrique; SCHMIDT, Larissa. Polícia mata 12 suspeitos em operação contra a milícia em Itaguaí. G1, 16 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/16/tiroteio-com-milicianos-deixa-12-mortos-na-regiao-de-itaguaui-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 15 de julho de 2021.
- COELHO, Henrique. Portal dos Procurados divulga cartaz pedindo informações sobre candidato a vereador morto a tiros no RJ. G1, 11 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/11/portal-dos-procurados-divulga-cartaz-pedindo-informacoes-sobre-morte-de-candidato-a-vereador-morto-a-tiros-no-rj.ghtml>. Acesso em: 1º de julho de 2021.
- DHBF faz operação para localizar provas sobre participação da milícia de Ecko na morte de candidato a vereador na Baixada. Hora H, 7 de novembro de 2020. Disponível em: <https://jornalhorah.com.br/dhbf-faz-operacao-para-localizar-provas-sobre-participacao-da-milicia-de-ecko-na-morte-de-candidato-a-vereador-na-baixada>. Acesso em: 1º de julho de 2021.
- CANDIDATO a vereador é morto a tiros em bar em Nova Iguaçu. Extra, 11 de outubro de 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/candidato-vereador-morto-tiros-em-bar-de-nova-iguacu-24687804.html>. Acesso em: 1º de julho de 2021.
- RIANELLI, Erick. Polícia faz operação contra a milícia e suspeitos do assassinato de vereador de Nova Iguaçu. G1, 6 de novembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/06/policia-civil-faz-operacao-contr-a-milicia.ghtml>. Acesso em: 1º de julho de 2021.
- POLÍCIA Civil cumpre 10 mandados de busca e apreensão contra milicianos de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu online, 6 de novembro de 2020. Disponível em: <https://novaiguassuonline.com.br/policia-civil-cumpr-e-10-mandados-de-busca-e-apreensao-contr-a-milicianos-que-estariam-envolvidos-na-morte-morte-do-candidato-a-vereador-de-nova-iguacu-domin-gos-barbosa-cabral/>. Acesso em: 1º de julho de 2021.
- FILHO, Herculano Barreto. RJ: MP apura se plano de poder de Bonde do Ecko motivou morte de candidato. Uol, 1º de novembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/01/rj-mp-investiga-se-plano-de-poder-de-milicia-motivou-morte-de-candidato.htm>. Acesso em: 1º de julho de 2021.
- NOVA Iguaçu tem segundo candidato a vereador morto em 11 dias. Facebook, Jornal de Brasília, 11 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/jornaldebrasilia/posts/361608865108743/>. Acesso em: 2 de julho de 2021.

FILHO, Herculano Barreto. RJ: aliado da Liga da Justiça, PM da ativa chefiava milícia na baixada. Uol, 2 de julho de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/02/rj-operacao-de-combate-a-milicia.htm>. Acesso em: 5 de julho de 2021.

PM preso no Rio é apontado como responsável pela expansão das milícias no estado. Jornal da Record, 3 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9K1ssJLpoA>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

DOSSARES, Thuany. Polícia Civil prende miliciano suspeito de homicídio na Baixada Fluminense. O Dia, 6 de abril de 2021. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/04/6120269-policia-civil-prende-miliciano-suspeito-de-homicidio-na-baixada-fluminense.html>. Acesso em: 2 de julho de 2021.

POLÍCIA prende suspeito de integrar milícia em Nova Iguaçu; homem é filho de candidato morto em 2020. G1, 6 de abril de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/06/policia-prende-suspeito-de-integrar-milicia-em-nova-iguacu-homem-e-filho-de-candidato-morto-em-2020.ghtml>. Acesso em: 2 de julho de 2021.

POLÍCIA faz operação contra milícia e suspeitos do assassinato de candidato a vereador em Nova Iguaçu. Meia Hora, 6 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/geral/2020/11/6022709-policia-faz-operacao-contramilicia-e-suspeitos-do-assassinato-de-candidato-a-vereador-em-nova-iguacu.html>. Acesso em: 2 de junho de 2021.

DE injustiçado a inocentado. Hora H, 17 de agosto de 2017. Disponível em: <https://jornalhorah.com.br/de-injustificado-a-inocentado>. Acesso em: 7 de julho de 2021.

NOVE meses depois justiça libera arma e dinheiro apreendidos na residência de suplente de vereador em Nova Iguaçu. elizeupires.com, 27 de junho de 2017. Disponível em: <https://elizeupires.com/artigos/geral/3628-justica-libera-arma-e-dinheiro-apreendidos-na-residencia-de-suplente-de-vereador-em-nova-iguacu/>. Acesso em: 7 de julho de 2021.

MILICIANO da Baixada e Zona Oeste é procurado. Jornal de Hoje, 23 de setembro de 2016. Disponível em: <https://jornalhoje.inf.br/wp/?p=32333>. Acesso em: 2 de julho de 2021.

PM que comanda milícia da Baixada já foi acusado de fazer parte de grupo de extermínio. Extra, 20 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/pm-que-comanda-milicia-da-baixada-ja-foi-acusado-de-fazer-parte-de-grupo-de-exterminio-24805209.html>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

SOARES, Rafael. Prefeitura de Belford Roxo deu cargo a miliciano condenado a 26 anos de prisão. EXTRA, 7 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/prefeitura-de-belford-roxo-deu-cargo-miliciano-condenado-26-anos-de-prisao-rv1-1-24174828.html>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

SOARES, Rafael. Justiça proíbe chefe de milícia preso de voltar a trabalhar por suspeita de fraude em folhas de ponto. EXTRA, 17 de setembro de 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/justica-proibe-chefe-de-milicia-presode-voltar-trabalhar-por-suspeita-de-fraude-em-folhas-de-ponto-24644269.html>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

PELO menos quatro pessoas morreram em chacina no Rio de Janeiro. DC, 25 de outubro de 2010. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/pelo-menos-quatro-pessoas-morreram-em-chacina-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 24 de junho de 2021.

CHEFE de milícia alugou mansão para se refugiar da polícia. Terra, 29 de agosto de 2009. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/chefe-de-milicia-alugou-mansao-para-se-refugiar-da-policia,b05e6ce675e4b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 24 de junho de 2021.

RELATÓRIO, CPI. ALERJ, Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milicianos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2008. Disponível em: [http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio\\_milicia.pdf](http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio_milicia.pdf). Acesso em: 24 de junho de 2021.

DOSSARES, Thuany. Lucro de extorsão ‘financiou’ fazenda de miliciano na Baixada. O Dia, 22 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/02/6083965-lucro-de-extorsao-financiou-fazenda-de-miliciano-na-baixada.html>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

CRIMINOSOS procurados 2020. CNJ, Disponível em: [https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/operacoes-integradas/procurados/paginas/danilo\\_lima.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/operacoes-integradas/procurados/paginas/danilo_lima.pdf). Acesso em: 22 de julho de 2021.

“BONDE do Tãndera” aterroriza moradores da Baixada Fluminense. R7, 5 de julho de 2019. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/cidade-alerta-rj/videos/bonde-do-tãndera-ateroriza-moradores-da-baixada-fluminense-18022020>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

POLÍCIA encontra mansão de miliciano em Seropédica. R7, 26 de junho de 2018. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/cidade-alerta-rj/videos/policia-encontra-mansao-de-miliciano-em-seropedica-18022020>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

- 30.** NUNES, Marcos. Candidato a vereador assassinado em Nova Iguaçu já havia sido preso por porte ilegal de arma. Extra, 1º de outubro de 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/candidato-vereador-assassinado-em-nova-iguacu-ja-havia-sido-preso-por-porte-ilegal-de-arma-24671370.html>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

GRELLET, Fábio. Candidato a vereador é assassinado em Nova Iguaçu. ESTADÃO, 1º de outubro de 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,candidato-a-vereador-e-assassinado-em-nova-iguacu,70003460053>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

CANDIDATO a vereador é assassinado na Baixada Fluminense. R7, 2 de outubro de 2020. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/balanco-geral-manha-rj/videos/candidato-a-vereador-e-assassinado-na-baixada-fluminense-02102020>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

RJ: candidato a vereador é executado a tiros em Nova Iguaçu. SBT News, 5 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/primeiro-impacto/150770-rj-candidato-a-vereador-e-executado-a-tiros-em-nova-iguacu>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

SADOK, Marcus. Operação para combater crimes políticos termina com confronto e morte de cinco suspeitos. Band News, 15 de outubro de 2020. Disponível em: <https://bandnews-fmrio.com.br/editorias-detalhes/operacao-para-combater-crimes-politicos-termi>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Operação policial mata 12 supostos milicianos no Rio de Janeiro. El País, 16 de outubro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-16/operacao-policial-mata-12-supostos-milicianos-no-rio.html>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

CANDIDATO a vereador é morto a tiros na Baixada Fluminense. Facebook, Uol, 1º de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/UOL/posts/10157455781078239/>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

ROUVENAT, Fernanda; COELHO, Henrique; SCHMIDT, Larissa. Polícia mata 12 suspeitos em operação contra a milícia em Itaguaí. G1, 16 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/16/tiroteio-com-milicianos-deixa-12-mortos-na-regiao-de-itaguaui-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

- 31.** COMERCIANTE é assassinado em Xerém, na Baixada Fluminense. G1, 9 de junho de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/comerciante-e-assassinado-em-xerem-na-baixada-fluminense.html>. Acesso em: 15 de julho de 2021.
- 32.** EM eleição marcada pela violência, Washington Reis vence em Duque de Caxias. Uol, 30 de outubro de 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2016/noticias/2016/10/30/em-eleicao-marcada-pela-violencia-washington-reis-vence-em-duque-de-caxias.htm>. Acesso em: 29 de julho de 2021.
- MARTÍN, María. Os traficantes do ‘ouro’ da Petrobras. El País, 19 de setembro de 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/15/politica/1473968249\\_487430.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/15/politica/1473968249_487430.html). Acesso em: 29 de julho de 2021.
- 33.** RJ: polícia investiga milícia de Xerém responsável por morte de ex PM. R7, 27 de setembro de 2019. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/balanco-geral-rj/videos/rj-policia-investiga-milicia-de-xerem-responsavel-por-morte-de-ex-pm-18022020>. Acesso em: 30 de julho de 2021.
- MONKEN, Mario Hugo. Milícia que contaria com PMs atua há quase uma década em Xerém. EU, RIO, 27 de setembro de 2019. Disponível em: <https://eurio.com.br/noticia/9723/milicia-que-contaria-com-pms-atua-ha-quase-uma-decada-em-xerem.html>. Acesso em: 30 de julho de 2021.

- 34.** MARTÍN, María. Os traficantes do 'ouro' da Petrobras. El País, 19 de setembro de 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/15/politica/1473968249\\_487430.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/15/politica/1473968249_487430.html). Acesso em: 29 de julho de 2021.
- POLÍCIA diz que só duas das 13 mortes no Rio de Janeiro tiveram motivação política. Folha de S. Paulo, 8 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/09/1811328-policia-diz-que-so-duas-das-13-mortes-no-rio-de-janeiro-tiveram-motivacao-politica.shtml>. Acesso em: 29 de julho de 2021.
- PRÉ-candidato a vereador executado em Xerém. Jornal de Hoje, 10 de junho de 2016. Disponível em: <https://jornalhoje.inf.br/wp/?p=25976>. Acesso em: 29 de julho de 2021.
- 35.** MORTES de políticos da Baixada Fluminense têm ligação com máfia dos combustíveis. Diário do Grande ABC, 8 de setembro de 2016. Disponível em: [https://www.dgabc.com.br/\(X\(1\)S\(0lr2ook2qm4mymwhysnvdyn\)\)/Noticia/2284522/mortes-de-politicos-da-baixada-fluminense-tem-ligacao-com-mafia-dos-combustiveis](https://www.dgabc.com.br/(X(1)S(0lr2ook2qm4mymwhysnvdyn))/Noticia/2284522/mortes-de-politicos-da-baixada-fluminense-tem-ligacao-com-mafia-dos-combustiveis). Acesso em: 29 de julho de 2021.
- MPRJ participa de operação, que cumpre mandados de busca e apreensão em investigação do assassinato de candidato a vereador de Duque de Caxias. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/76803>. Acesso em: 29 de julho de 2021.
- PÁGINA INICIAL. Facebook, Claudio Thomaz. Disponível em: <https://www.facebook.com/claudiothomazoficial/>. Acesso em: 29 de julho de 2021.
- 36.** EX-vereador de Duque de Caxias é assassinado. 5 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://jornalhorah.com.br/ex-vereador-de-duque-de-caxias-e-assassinado>. Acesso em: 22 de julho de 2021.
- SANDRO Gordo, ex-vereador de Duque de Caxias, é assassinado no RJ. G1, 5 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/ex-vereador-de-duque-de-caxias-morre-no-rj.ghtml>. Acesso em: 22 de julho de 2021.
- APURAÇÃO – Duque de Caxias (RJ). Folha Online, 4 de outubro de 2004. Disponível em: <http://eleicoes.folha.uol.com.br/folha/especial/2004/eleicoes/58335v-2.html>. Acesso em: 22 de julho de 2021.
- 37.** MPRJ obtém decretação de prisão preventiva de milicianos de Caxias. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 24 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/58305>. Acesso em: 23 de julho de 2021.
- 38.** Idem.
- 39.** SUSPEITO de contratar matador por R\$200 mil contra vereador de Nilópolis é preso. O DIA, 21 de abril de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/04/5903311-suspeito-de-contratar-matador-por-r--200-mil-contr-a-vereador-de-nilopolis-e-pres-o.html>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

RIANELLI, Erick. Polícia procura suspeitos de mandar matar vereador de Nilópolis, RJ; presidente da câmara está preso. G1, 10 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/10/policia-procura-suspeitos-de-mandar-matar-vereador-de-nilopolis-rj-presidente-da-camara-esta-preso.ghtml>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

NASCIMENTO, Rafael. Política da bala. Meia Hora, 9 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/geral/policia/2019/05/5641019-politica-da-bala.html#foto=1>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

40. RODRIGUES et. al. (2018).
41. Apesar de termos descartado casos de latrocínio, conforme descrevemos na nota metodológica, consideramos estes três, cujas dinâmicas foram descritas pelos veículos de comunicação como roubos seguidos de morte, mas trazem muitos indícios de execuções. Interpretamos as dinâmicas destes casos como execuções nas quais os autores, provavelmente, procuraram despistar as motivações a partir da simulação dos latrocínios.
42. LOBO, Ryan. Envolvidos na morte de empresário são procurados na Baixada Fluminense. Band News, 27 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.bandnewsfmrio.com.br/editorias-detalhes/envolvidos-na-morte-de-empresario-sao-procura>. Acesso em: 28 de junho de 2021.
- EMPRESÁRIO é encontrado morto na Baixada Fluminense. R7, 25 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/cidade-alerta-rj/videos/empresario-e-encontrado-morto-na-baixada-fluminense-25022020>. Acesso em: 28 de junho de 2021.
43. POLÍCIA investiga morte de empresário em São João de Meriti. O Globo, 26 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/policia-investiga-morte-de-empresario-em-sao-joao-de-meriti-24272385>. Acesso em: 28 de junho de 2021.
- POLÍCIA investiga morte de empresário que estava desaparecido na Baixada. O Dia, 26 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/02/5873820-policia-investiga-morte-de-empresario-que-estava-desaparecido-na-baixada.html>. Acesso em: 28 de junho de 2021.
44. POLÍCIA investiga morte de empresário em São João de Meriti. Facebook, O Globo, 26 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/jornaloglobo/posts/3403597133013275/>. Acesso em: 28 de junho de 2021.



# OS POLÍTICOS APRESENTAM SUAS ARMAS

*O governo apresenta suas armas  
Discurso reticente, novidade inconsistente  
E a liberdade cai por terra*

(“SELVAGEM”, **BI RIBEIRO E HERBERT VIANNA**)

## PODER DE MATAR E IDEOLOGIA MILICIANA

EM UM COMÍCIO DE CAMPANHA, em 2018, na cidade de Rio Branco, capital do Acre, o atual presidente da República, Jair Bolsonaro, do alto de um palanque, gritou a seus apoiadores a seguinte frase: “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre!”. Em seguida, pegou um tripé para equipamento de filmagem e fez um gesto que simulava a empunhadura de uma arma, encenando o fuzilamento que convocava em seu discurso<sup>45</sup>. Meses antes, na mesma campanha, em Goiânia, ele havia protagonizado uma cena na qual, novamente no palanque, fez com que uma criança que estava em seu colo imitasse um gesto de arma com a mão<sup>46</sup> — gesto este que foi uma das marcas de sua estética de campanha e que está fortemente vinculado a sua imagem e sua retórica política.

Já no terceiro ano de seu mandato de presidente, Jair Bolsonaro voltou a promover a participação de crianças em cenas armamentistas. Dessa vez, em um evento oficial em Belo Horizonte, ele colocou sobre seus ombros uma criança vestida com uma farda da Polícia Militar de Minas Gerais que segurava uma arma de brinquedo que imitava um fuzil<sup>47</sup>. Este ato provocou uma reação do Comitê de Direitos das Crianças da Organização das Nações Unidas, que se manifestou reafirmando que a participação de crianças em hostilidades é expressamente proibida pela Convenção dos Direitos da Criança<sup>48</sup>, da qual o Brasil é signatário.

A estética da violência não é uma novidade na política brasileira. A segurança pública, o combate à criminalidade, a guerra às drogas e a militarização constituem, há muito, plataformas políticas que se convertem em capital eleitoral Brasil afora. O próprio Jair Bolsonaro tem longa trajetória parlamentar construída sob essas bandeiras. Nos anos 1990, estética e retórica da violência como elemento de construção da ordem foram amplamente mobilizadas por políticos que tiveram destaque e sucesso eleitoral.

No Rio de Janeiro, o então governador Marcello Alencar, através do Decreto Estadual nº 21.753 de 8 de novembro de 1995, instituiu uma premiação pecuniária para policiais civis, policiais e bombeiros militares que ficou conhecida como “gratificação faroeste” e vigorou da data de sua publicação até 30 de junho de 1998. A premiação recebeu este nome porque, na prática, pagava entre 50% e 150% a mais em relação aos vencimentos de agentes de segurança que matassem em serviço. O governo Marcello Alencar tinha como secretário de Segurança Pública o general da reserva e deputado federal Nilton Cerqueira Junior. Em sua gestão como secretário, 486 pessoas foram mortas pelas polícias<sup>49</sup>.

Ainda nos anos 1990, o então governador de São Paulo, Paulo Maluf, popularizou o bordão “Rota na rua”. As Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) são uma tropa da Polícia Militar do Estado de São Paulo conhecida pela truculência e pela alta letalidade em suas atuações. Em 2018, o candidato e futuro governador de São Paulo João Doria evocou o mesmo imaginário sobre violência e segurança pública corrente no slogan malufista ao afirmar, em um debate televisivo na campanha eleitoral, que sua proposta para a segurança pública passava por ampliar os Batalhões de Ações Especiais de Polícia (Baeps). Segundo ele, esta ampliação ocorreria “no padrão Rota. Todos sabem que com a Rota não se brinca”<sup>50</sup>.

Em sua campanha para a Presidência da República em 2018, Bolsonaro promoveu uma proposta similar, ao defender o “excludente de ilicitude” para policiais que matassem em serviço. Ele disse, em entrevista ao Jornal Nacional: “Nós temos que dar ao agente de segurança pública o excludente de ilicitude. Ele entra e resolve o problema. Se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada, ele tem que ser condecorado, e não processado”<sup>51</sup>. Já eleito, ele tentou — com seu ministro da Justiça à época, o ex-juiz Sergio Moro — emplacar, sem sucesso, o “excludente de ilicitude” no bojo da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, que estabeleceu mudanças na legislação e no processo penal brasileiros e ficou conhecida como “pacote anticrime”.

No mesmo ano eleitoral, na campanha para o governo do Rio de Janeiro, o então candidato e atual ex-governador Wilson Witzel emergiu nas intenções de voto, pegando carona na onda bolsonarista, e se elegeu tendo como principal plataforma a violência de Estado. Dentre os episódios e as imagens que marcaram a trajetória do ex-governador, estão: sua participação em um comício no qual outro candidato quebrou a placa em homenagem à vereadora

brutalmente assassinada em 2018, Marielle Franco; seus discursos sobre o “excludente de ilicitude”, declarando que a polícia seria instruída a “mirar na cabecinha” de criminosos que estivessem portando fuzis; e a cena na qual ele desembarcou de helicóptero em plena Ponte Rio-Niterói comemorando efusivamente a morte de um homem que havia sido morto pela polícia após sequestrar um ônibus com passageiros<sup>52</sup>.

O medo é uma paixão de base explorada pelas forças políticas autoritárias que dele se nutrem para ampliar sua influência e prolongar seu sucesso eleitoral ao longo do tempo. A retórica e a estética políticas mobilizadas em torno da plataforma da violência e da segurança pública são sempre marcadas pelo tempo da urgência e pelo prisma da calamidade. O contexto imediatamente posterior à redemocratização esteve constantemente pressionado por uma gramática política autoritária que descrevia os contextos urbanos brasileiros como *locus* da criminalidade e do perigo<sup>53</sup>. A resposta ao mesmo gira sempre em torno de fórmulas políticas autoritárias<sup>54</sup>, fortemente baseadas na violência.

A utilização da violência — ilegal ou estatal — como instrumento de construção da ordem é um elemento tradicional da política no Brasil. Lima Barreto já retratava em cores vivas a brutalidade das forças policiais na República Velha<sup>55</sup>. Especificamente no contexto da Baixada Fluminense, políticos fizeram carreira tendo como elemento central de sua atuação a violência. Israel Beloch afirma, nesse sentido, o seguinte sobre Tenório Cavalcanti: “A violência foi sem dúvida a mais notória marca distintiva de Tenório. Seu nome ainda hoje é imediatamente associado a tiros, pistolas e confrontos armados”. E prossegue, indicando a relação profunda deste político com a violência: “A familiaridade com a violência, pode-se dizer mesmo o culto da violência, incorpora-se a sua personalidade, como vimos, a partir do berço”<sup>56</sup>.

O culto da violência como ferramenta política se expressa, no contexto atual, pela fusão entre os personagens do matador local, do militar e do policial. A moralidade política da construção da ordem pela violência se apresenta na esfera pública pela ampliação da influência de políticos que fazem carreira a partir do uso do poder de matar e pela ampliação da participação de militares, policiais e agentes do campo da segurança na política. São porta-vozes do que chamamos de *ideologia* ou *mentalidade miliciana*, ou seja: a defesa do poder de matar como elemento privilegiado de construção e consolidação de uma ordem desigual e hierárquica<sup>57</sup>.

Obviamente, nem todo policial que ingressa na política possui um alinhamento com essa ideologia, mas a ampliação de quadros do campo da segurança pública na política nacional tem sido construída a partir desse escopo ideológico. Uma pesquisa recente do Instituto Sou da Paz mostrou que houve, entre 2010 e 2018, um salto de quatro para 42 deputados federais com origem profissional nas forças de segurança eleitos<sup>58</sup>. O grande salto ocorreu nas eleições de 2018, saindo de 19, em 2014, para 42. A mesma pesquisa analisa as candidaturas nas eleições municipais e demonstra uma ampliação das candidaturas a prefeitos e vereadores entre 2012 e 2020. As candidaturas se concentram em partidos de direita e, em 2020, a ampliação da participação de candidatos das forças de segurança nos municípios foi puxada pelo Partido Social Liberal (PSL)<sup>59</sup>, mesmo partido pelo qual Jair Bolsonaro foi candidato em 2018. A pesquisa mostra que as armas e a farda estiveram muito presentes na estética das candidaturas. No que diz respeito às candidaturas municipais, o armamento das Guardas foi um tema recorrente.

O salto de candidaturas de agentes das forças de segurança sob o espectro ideológico do bolsonarismo trouxe de modo mais ostensivo a vinculação entre as armas, instrumentos do poder de matar, e a ordem. O nexos entre o uso das armas e a defesa de uma moralidade conservadora se apresentou de modo mais intenso e direto. O gesto das armas com as mãos, que marcou as campanhas de 2018 para governos estaduais e para a Presidência da República, foi reproduzido por muitos candidatos nos municípios nas eleições de 2020.

Na Baixada Fluminense, não observamos uma ampliação de candidaturas de policiais e agentes das forças de segurança, que já apresentavam anteriormente patamares altos de participação, mas foi possível perceber maior ostensividade de retóricas e estéticas de violência por alguns candidatos. Uma das nossas entrevistadas, por exemplo, afirmou que percebeu essa diferença ao ver candidatos em campanha ostentando armas. Outra interlocutora que entrevistamos relatou ter sido intimidada por um candidato enquanto este fazia campanha na rua com uma camiseta com uma estampa de fuzil.

Na linha da ostensividade da estética da violência, acessamos materiais de campanhas e de divulgação do trabalho de alguns políticos da Baixada que ilustram bem o que se diz. Temos, primeiramente, a campanha de um candidato a vereador eleito. Em entrevista a um jornal local, ele afirmou sua convicção: “Vagabundo bom é vagabundo morto!”.

Este político nunca foi policial ou agente de segurança. Sua campanha ao longo do período eleitoral, no entanto, teve forte apelo entre estes setores, com declarações e propostas de valorização aos trabalhadores destas classes, o que segue sendo explorado em seu mandato vigente. Nas imagens que divulga em suas redes sociais, é comum vê-lo ao lado de policiais armados e guardas municipais fardados, sempre com expressões sérias, sem sorrisos. Não por acaso, o hoje vereador também faz questão de vincular sua imagem à de Jair Bolsonaro, ostentando algum nível de proximidade com o presidente e sua família.

Imagens publicadas nas redes sociais do candidato são expressivas quanto a uma estética da violência como plataforma política<sup>60</sup>. Em uma delas, o vemos ao lado de um policial militar portando um fuzil. Ambos estão à frente de uma viatura. A fotografia por si só representa apoio não apenas àquele policial em particular, que está no exercício de sua função, fardado, mas também à corporação. Trata-se de um momento que o político escolheu registrar e compartilhar com os seus seguidores nas redes sociais virtuais. A eles, o político sinaliza a valorização da figura policial, dialogando, sobretudo, com a parte do eleitorado que enxerga na Polícia Militar uma instituição de confiança.

Há, porém, outros significados que compõem esta imagem. A expressão corporal do político em questão, rígida, com a coluna ereta e os braços para o chão, ao lado do agente, nos indica a existência de outras camadas. Em primeiro lugar, ela demonstra a valorização de um *ethos* militar. Frente à câmera, projetam-se valores associados a uma concepção do corpo militar como sendo um corpo masculino que deve ser visto com uma arma de combate no campo de batalha e como uma expressão de virilidade<sup>61</sup>. Em segundo lugar, ela sugere uma postura que não somente se empenha em emular o comportamento militar, mas que busca mesmo confundir-se com o “ser militar”. Isto é, embora o político não seja oriundo dos quadros militares ou de outras forças de segurança, ele procura ser reconhecido dessa forma, como “um de nós”. Além disso, igualmente importante para a composição da imagem é a ilustração contida na camisa usada pelo ator político. Nela, vemos uma mão que empunha uma arma de fogo. A imagem se completa de maneira ambígua: ao mesmo tempo que as armas (o fuzil em posse do policial e a arma representada na camiseta) corroboram uma associação entre elas, enquanto objeto, e os ideais de masculinidade, força, heroísmo e poder, elas também reforçam uma identidade que se constrói tendo o recurso à violência armada como referencial.

Em outra imagem deste mesmo político veiculada em suas redes sociais, temos um incremento das ideias valorizadas na primeira foto. Mas há mais ingredientes. Nela, vemos o político vestindo uma camiseta preta com uma estampa que mostra o presidente Jair Bolsonaro, em alto contraste, na cor branca. O semblante do político expõe um sorriso e um olhar confiante e orgulhoso. Os braços erguidos sustentam as mãos que exibem o gesto da “arminha”, postura emblemática da estética bolsonarista. A fotografia a que se faz referência serviu como base para a montagem de outras várias imagens encontradas nas redes sociais do político da Baixada Fluminense. Embora seja possível que, à primeira vista, nela enxerguemos apenas mais uma imagem tornada absolutamente banal nos últimos anos, há elementos simbólicos importantes que nos dizem muito sobre a forma como a política na Baixada — e, é claro, também no Brasil — está permeada por uma estética da violência fundamental às relações de poder na região.

A retórica visual neste caso é explícita. Almejando atrair a confiança e os votos de determinada parcela do eleitorado, o então candidato a vereador busca reconhecimento e legitimidade através da figura de Jair Bolsonaro, que, apesar de não estar propriamente na fotografia, está representado duplamente nela, sendo ele e não o postulante a vereador a figura central na imagem. Como um ícone, seu rosto está estampado na camisa. Como um personagem protagonista da política nacional, o gesto por ele tornado popular está replicado em pose para a câmera. Poder simbólico e poder político se entrelaçam e cumprem o papel de passar a mensagem de que o candidato em tela partilha dos mesmos valores e ideias que Bolsonaro. Mais do que isso, estrategicamente — e nesse sentido não é à toa que se recorre à imagem —, a fotografia é capaz de despertar identificação, por sua capacidade de mexer com o afeto e com a ideia de pertencimento a um grupo específico, traço tão característico do bolsonarismo. O homem fotografado não está só: ele está acompanhado de Bolsonaro e todos aqueles que reconhecem nos signos mobilizados o poder que se evoca.

Em julho de 2018, no decorrer da corrida presidencial, Bolsonaro tornou-se centro das atenções midiáticas após um vídeo em que ele ensina uma criança a fazer o gesto de uma arma com as mãos circular na imprensa e nas redes sociais virtuais — expediente que se repetiria outras tantas vezes. Durante ato de campanha em Goiânia, enquanto discursava para simpatizantes, o então postulante ao Palácio do Planalto segurou uma menina que não aparentava

ter mais de dois anos de idade e a ensinou a simular que segurava uma arma de fogo em suas mãos. Com um largo sorriso no rosto, logo em seguida, Bolsonaro faria o mesmo gesto com suas próprias mãos. À época, ao jornal O Globo, o deputado federal Delegado Waldir (PSL-GO), que acompanhava o futuro presidente, afirmou que os próprios pais da criança a haviam entregado a Bolsonaro e que foram eles que pediram para que o símbolo fosse feito. O deputado também explicou o significado do gesto: “Tem que fazer a distinção. Para as pessoas de bem (o gesto) é coragem, honestidade, ser patriota. Mas para o bandido pode ser uma arma<sup>62</sup>”.

Evidentemente, não há outra interpretação possível para o gesto que não seja aquela que compreende que o que se faz é um sinal que indica que alguém, alegoricamente, faz uso de uma arma de fogo. Chama a atenção, entretanto, a distinção feita pelo deputado bolsonarista de que para as “as pessoas de bem” o gesto possui um significado distinto daquele que é possível ter para um “bandido”. Se para as primeiras trata-se de um aceno que remete a valores morais tidos como inerentemente positivos, para o “bandido”, isto é, para o que se entende por “bandido” — categoria que no léxico bolsonarista se aplica a um amplo espectro que pode ir de traficantes a políticos de esquerda —, o gestual soa como ameaça. Remete-se novamente ao poder de recorrer à violência, mesmo que simbolicamente. As pessoas de bem são aquelas para as quais as armas são um instrumento legítimo. O bandido, por sua vez, é aquele a quem se nega o uso deste instrumento, mas se legitima a possibilidade de ser vitimado pela violência armada sem que isso constitua um problema à ordem. Na verdade, desta perspectiva, a ordem só pode ser mantida diante dessa diferenciação. Demarca-se, portanto, uma linha entre o legítimo e o ilegítimo, o certo e o errado, o bem e o mal, entre aqueles que podem fazer uso da violência armada e aqueles que podem ser vítimas dela.

É no mesmo diapasão do uso abundante de uma estética da violência que encontramos a campanha e o material de divulgação de outro político da Baixada. O político em questão é policial e já havia sido vereador da cidade por um mandato. Em suas redes sociais virtuais, praticamente todas as postagens são de apoio a Jair Bolsonaro. Nelas, o próprio político se define como um “bolsonarista”. Dentre os vários conteúdos compartilhados em suas páginas, muitos procuram demonstrar uma relação estreita com a família do presidente, principalmente com seus filhos, havendo, inclusive, registros de sua participação em reuniões no Palácio do Planalto. À época de sua campanha, todo o seu

material de divulgação continha fotos de Jair e Flávio Bolsonaro ao seu lado. O senador, inclusive, chegou a fazer alguns vídeos de apoio à sua candidatura.

Uma das imagens veiculadas nas redes sociais desse político baixadense é um registro feito durante manifestação realizada por bolsonaristas em Copacabana contra as medidas restritivas e a possibilidade de determinação de lockdown no Rio de Janeiro. Vê-se o político vestindo uma camiseta preta, com dizeres escritos em letras brancas e amarelas. Perto do ombro esquerdo, há um adesivo com a foto de Jair Bolsonaro. O político segura uma bandeira do Brasil, estendendo-a em frente ao corpo, na linha da cintura. A postura do político é de orgulho, espinha ereta e peito estufado. No rosto um sorriso e um olhar confiante. Ao fundo, vemos uma grande bandeira que cobre o chão composta pelas cores verde, amarelo e azul. É possível perceber, ainda, a presença de outras pessoas ao lado e ao fundo, dando a impressão de multidão condizente com uma manifestação de rua. Em sua composição, a fotografia privilegia uma estética patriota, buscando valorizar, para além do seu personagem central, a simbologia nacionalista através do enquadramento da bandeira brasileira e de suas cores, encontradas em todos os espaços da imagem. Esta estética se complementa e é complementada pelo discurso sintetizado na camiseta, cujos dizeres, não por acaso alinhados com o lema positivista da bandeira nacional, em caixa alta, afirmam: FAMÍLIA, DEUS, BRASIL, ARMAMENTO (em destaque), LIBERDADE DE EXPRESSÃO e LIVRE MERCADO. Estas palavras em sequência condensam uma moralidade conservadora que orbita o bolsonarismo e se associa com a ideologia miliciana. Trata-se de um arranjo ideológico que conjuga fundamentalismo cristão, armamentismo, militarismo e neoliberalismo autoritário.

Este político também utilizou esta imagem como base para outras montagens e composições para a sua campanha. Não por qualquer aleatoriedade. As fotografias são ícones que simbolizam sob a forma imagética ideais sobre os quais se reivindica certa representação em uma “economia de reivindicações representativas<sup>63</sup>”. Isto é, ao se proporem como representantes legítimos da família, de deus, da pátria, do poder de matar, enfim, da moralidade bolsonarista, estes políticos estão também reivindicando o bolsonarismo para si e para os outros — e aqui a palavra reivindicar deve ser entendida em um duplo sentido, como o ato de demandar algo e como o ato de propor algo. Como postulantes à condição de representantes políticos oficiais, estes atores são, ao mesmo tempo, agentes reivindicadores e agentes propositores: se propõem

como e reivindicam para si o papel de representantes de outras pessoas, o estabelecimento de um vínculo entre representantes e representados e, por fim, o que deve ser representado, elegendo quais características, atributos e propriedades devem ser objeto de representação.

Dentro desta “economia de reivindicações representativas”, a estética constitui dimensão fundamental. A capacidade de produzir imagens e enquadramentos adequados e simbolizar sobre os representados tornam-se decisivos para os candidatos a representantes. Para que uma reivindicação se converta em representativa ela deve ser capaz, por meio de seu conteúdo e de sua estética, de estimular aqueles a quem se destina, de modo que sejam reconhecidos os parâmetros em que foram decodificados os significados da representação proposta, podendo haver aceitação de sua representatividade ou não. É precisamente neste sentido que devem ser entendidos o gesto que simboliza uma arma de fogo, o conjunto de palavras e a ordem do discurso acionada na estampa da camiseta, a valorização das cores da bandeira nacional e o recurso à imagem do próprio Bolsonaro, alçado à idolatria. Tudo somado, temos uma estética que cultua a violência, reproduzindo a ideologia miliciana.

Nesta gramática, é significativo notar que, quando expostos à contradição, os atores mais ferrenhamente vinculados à ideologia miliciana e ao bolsonarismo tendem a reforçar a ênfase no seu poder de recorrer à violência. Em geral, dobram a aposta, elevam o tom do discurso, exibem armas em postagens nas redes sociais e veiculam intimidações explícitas.

Mas se é possível falar em uma estética da violência naquilo que se refere a uma ideologia miliciana, ao bolsonarismo e ao contexto das relações políticas na Baixada Fluminense, então é preciso notar que nem sempre essa estética se manifestará a partir de sua afirmação beligerante. Por vezes, ela pode assumir também a forma de uma retórica dissimulada, de forma a reputar a violência exclusivamente aos adversários políticos. Nessa variação, saem de cena as armas em camisetas pretas e abundam as cores verde e amarelo, as mensagens referentes à família, ao bem e à paz — uma paz que pressupõe a afirmação de um *nomos* que elimine a alteridade e afirme as gramáticas da família tradicional e do poder masculino.

## CANDIDATURAS DE VEREADORES DO CAMPO DA SEGURANÇA NA BAIXADA FLUMINENSE

Coletamos e sistematizamos dados das candidaturas para vereadores no estado do Rio de Janeiro de 2004 a 2020, disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral, de modo a dimensionar a participação de atores do campo da segurança na Baixada Fluminense. De modo distinto da pesquisa do Instituto Sou da Paz, a qual nos referimos no início deste capítulo, consideramos como candidatos da segurança não somente aqueles oriundos das forças públicas de segurança, mas também os que declararam como ocupação a categoria “vigilante”. Esta escolha se deve ao fato de que é frequente que policiais exerçam a função de vigilantes e também ao fato de haver um número considerável de candidatos que informaram ser “vigilantes” no banco de dados<sup>64</sup>.

Consideramos o campo de “ocupação” do candidato e o de “nome da urna” para apurar quais os candidatos da segurança. Ainda que não seja um volume expressivo, há um conjunto de candidatos que não declara a atividade no setor da segurança no campo “ocupação”, mas utiliza patentes ou cargos policiais no nome da urna. Alguns candidatos da segurança que não conseguimos identificar foram aqueles que não declararam a ocupação nem utilizaram patentes e cargos no nome da urna, mas vieram do campo da segurança.

Há candidatos que não são oriundos das forças de segurança nem utilizaram cargos e patentes no nome da urna, mas construíram uma campanha completamente baseada na estética e na retórica da violência, como uma agenda no campo da ideologia miliciana. É importante sublinhar, dessa forma, que os dados que apresentamos a seguir são apenas um fragmento de uma realidade que possui uma magnitude mais ampla, justamente por ser um fenômeno ideológico.

Restringimos nossa análise aos candidatos a vereador porque, como vimos no capítulo anterior, a violência contra políticos na Baixada se concentra intensamente nas disputas por este cargo da municipalidade.

Tanto na Baixada quanto no restante do estado do Rio de Janeiro, há enorme predominância de vereadores homens. Na Baixada, entretanto, a predominância de homens é ligeiramente superior. Enquanto em todo o estado, entre 2004 e 2020, 90,8% dos vereadores eleitos em cinco pleitos foram homens, na Baixada foram 92,9% — ou seja, neste período, somente 7,1% foram mulheres eleitas vereadoras na região (ver Quadro 16).

Como vimos no capítulo anterior e na discussão do tópico que abriu este capítulo, estamos lidando com um terreno no qual a relação entre a política e a violência possui um caráter de afirmação do poder patriarcal e masculino. A estética da política das armas é expressão da dominação masculina. A violência armada é uma das expressões de uma vasta cadeia de violências que operam barreiras no acesso das mulheres aos espaços da política. Este processo se articula, também, com a dimensão racial, tornando a política ainda mais violenta para mulheres negras.

QUADRO 16 | VEREADORES ELEITOS POR GÊNERO<sup>65</sup> (2004 A 2020)

	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	QTD	%	QTD	%	QTD	%
BAIXADA	710	92,9%	54	7,1%	764	100%
FORA DA BAIXADA	3241	90,4%	344	9,6%	3585	100%
<b>TOTAL</b>	<b>3951</b>	<b>90,8%</b>	<b>398</b>	<b>9,2%</b>	<b>4349</b>	<b>100%</b>

FONTE: TSE. (SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NOSSA)

Em relação à raça/cor dos candidatos, os dados do TSE, infelizmente, não são satisfatórios para analisarmos, tendo em vista que a maioria dos casos não possui esta informação.

Já no que diz respeito ao grau de instrução dos candidatos a vereador eleitos, predominam o ensino superior completo e o ensino médio completo, tanto na Baixada quanto no restante do estado. A diferença é que na Baixada temos mais eleitos com ensino médio do que com ensino superior, enquanto no restante do estado é o inverso (ver Quadro 17).

QUADRO 17 | VEREADORES ELEITOS POR GRAU DE INSTRUÇÃO  
(2004 A 2020)

BAIXADA			FORA DA BAIXADA		
GRAU DE INSTRUÇÃO	QTD	%	GRAU DE INSTRUÇÃO	QTD	%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	278	36,4%	SUPERIOR COMPLETO	1092	30,5%
SUPERIOR COMPLETO	209	27,4%	ENSINO MÉDIO COMPLETO	1010	28,2%
SUPERIOR INCOMPLETO	70	9,2%	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	322	9,0%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	55	7,2%	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	283	7,9%
MÉDIO COMPLETO	49	6,4%	SUPERIOR INCOMPLETO	247	6,9%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	31	4,1%	MÉDIO COMPLETO	238	6,6%
FUNDAMENTAL COMPLETO	22	2,9%	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	120	3,3%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	22	2,9%	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	106	3,0%
FUNDAMENTAL INCOMPLETO	11	1,4%	FUNDAMENTAL COMPLETO	98	2,7%
NÃO INFORMADO	8	1,0%	MÉDIO INCOMPLETO	46	1,3%
MÉDIO INCOMPLETO	7	0,9%	LÊ E ESCREVE	21	0,6%
LÊ E ESCREVE	2	0,3%	NÃO INFORMADO	2	0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>764</b>	<b>100,0%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3585</b>	<b>100,0%</b>

FONTE: TSE. (SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NOSSA)

A participação de candidatos do campo da segurança na Baixada é maior do que no restante do estado em todos os pleitos para os quais coletamos dados. Enquanto fora da Baixada o percentual de candidatos do campo da segurança em relação ao total de candidaturas só atinge 5% em apenas um ano da série, na Baixada Fluminense este percentual só está abaixo dos 5% em um ano (2020). Apesar da maior participação proporcional de candidatos da segurança na Baixada, os dados não mostram uma ampliação dessa participação na região nos últimos anos. Enquanto o total de candidaturas em geral a vereador na Baixada aumentou 69,7%, na comparação entre 2004 e 2020, o número de candidatos da segurança aumentou apenas 14,4%. No estado como um todo, no mesmo período de comparação, o aumento de candidatos de campo da segurança foi de 40,6% (ver Quadros 18 e 19).

QUADRO 18 | CANDIDATO A VEREADOR DA SEGURANÇA (ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

	ANO												VARIÇÃO % (2004- 2020)
	2004		2008		2012		2016		2020		TOTAL		
	QTD	%											
NÃO	13624	95,7%	12584	95,0%	16909	95,5%	18532	95,6%	22680	96,4%	84329	95,7%	66,5%
SIM	606	4,3%	669	5,0%	803	4,5%	850	4,4%	852	3,6%	3780	4,3%	40,6%
<b>TOTAL</b>	<b>14230</b>	<b>100,0%</b>	<b>13253</b>	<b>100,0%</b>	<b>17712</b>	<b>100,0%</b>	<b>19382</b>	<b>100,0%</b>	<b>23532</b>	<b>100,0%</b>	<b>88109</b>	<b>100,0%</b>	<b>65,4%</b>

FORNTE: TSE. (SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NOSSA)

QUADRO 19 | CANDIDATO A VEREADOR DA SEGURANÇA (BAIXADA FLUMINENSE)

	ANO												VARIÇÃO % (2004- 2020)
	2004		2008		2012		2016		2020		TOTAL		
	QTD	%	QTD	%									
NÃO	2879	92,8%	2736	91,5%	3651	92,6%	4108	93,3%	5008	95,2%	18382	93,3%	73,9%
SIM	222	7,2%	254	8,5%	290	7,4%	293	6,7%	254	4,8%	1313	6,7%	14,4%
<b>TOTAL</b>	<b>3101</b>	<b>100,0%</b>	<b>2990</b>	<b>100,0%</b>	<b>3941</b>	<b>100,0%</b>	<b>4401</b>	<b>100,0%</b>	<b>5262</b>	<b>100,0%</b>	<b>19695</b>	<b>100,0%</b>	<b>69,7%</b>

FORNTE: TSE. (SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NOSSA)

O que observamos, portanto, na Baixada não é um aumento recente de candidatos da segurança, mas a estabilidade de um grande patamar de participação deste perfil de candidaturas em toda a série.

Se compararmos as profissões do campo da segurança com outras ocupações, temos um quadro de grande participação de policiais civis e militares, bombeiros militares e militares da reserva no estado do Rio de Janeiro que se intensifica expressivamente na Baixada Fluminense. No ranking das dez profissões com mais candidatos a vereador fora da região, os policiais ocupam a décima posição. No mesmo ranking para a Baixada Fluminense, os policiais militares sobem para a quarta posição (ver Quadros 20 e 21).

**QUADRO 20 | RANKING DAS 10 PROFISSÕES COM MAIS CANDIDATOS A VEREADOR FORA DA BAIXADA (EXCETO “OUTROS”) (2004 A 2020)**

POSIÇÃO	OCUPAÇÃO	QTD
1º	COMERCIANTE	5713
2º	SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	3251
3º	EMPRESÁRIO	2786
4º	DONA DE CASA	2629
5º	APOSENTADO (EXCETO SERVIDOR PÚBLICO)	2075
6º	ADVOGADO	2022
7º	VEREADOR	1712
8º	PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO	1105
9º	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	1073
10º	POLICIAL MILITAR	1011

FONTE: TSE. (SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NOSSA)

**QUADRO 21 | RANKING DAS 10 PROFISSÕES COM MAIS CANDIDATOS A VEREADOR NA BAIXADA (EXCETO “OUTROS”) (2004 A 2020)**

POSIÇÃO	OCUPAÇÃO	QTD.
1º	COMERCIANTE	2065
2º	EMPRESÁRIO	886
3º	DONA DE CASA	832
4º	POLICIAL MILITAR	605
5º	SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	531
6º	ADVOGADO	497
7º	VEREADOR	474
8º	APOSENTADO (EXCETO SERVIDOR PÚBLICO)	419
9º	PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO	336
10º	MOTORISTA PARTICULAR	332

FONTE: TSE. (SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NOSSA)

Considerando as dez profissões que mais elegeram vereadores fora da Baixada, os policiais militares ocupam a nona posição, enquanto na Baixada eles sobem para a quarta posição (ver Quadros 22 e 23).

**QUADRO 22 | RANKING DAS 10 PROFISSÕES COM MAIS CANDIDATOS ELEITOS PARA VEREADOR FORA DA BAIXADA (EXCETO “OUTROS”) (2004 A 2020)**

POSIÇÃO	OCUPAÇÃO	QTD.
1º	VEREADOR	920
2º	COMERCIANTE	397
3º	SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	247
4º	EMPRESÁRIO	241
5º	ADVOGADO	192
6º	SENADOR, DEPUTADO E VEREADOR	152
7º	AGRICULTOR	97
8º	MÉDICO	95
9º	POLICIAL MILITAR	80
10º	SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	77

FONTE: TSE. (SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NOSSA)

**QUADRO 23 | RANKING DAS 10 PROFISSÕES COM MAIS CANDIDATOS ELEITOS PARA VEREADOR NA BAIXADA (EXCETO “OUTROS”) (2004 A 2020)**

POSIÇÃO	OCUPAÇÃO	QTD
1º	VEREADOR	245
2º	COMERCIANTE	119
3º	EMPRESÁRIO	80
4º	POLICIAL MILITAR	47
5º	SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	37
6º	SENADOR, DEPUTADO E VEREADOR	28
7º	ADVOGADO	22
8º	SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	15
9º	ADMINISTRADOR	15
10º	MÉDICO	13

FONTE: TSE. (SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NOSSA)

Montamos os mesmos rankings de candidatos e vereadores eleitos, agrupando as ocupações de candidatos do campo da segurança (bombeiro militar, militar reformado, policial civil, policial militar e vigilante). Em relação a candidaturas, nesse agrupamento os candidatos do campo da segurança ocuparam a sexta posição fora da Baixada. Já na Baixada o campo da segurança ficou na segunda posição entre as profissões com mais candidatos, atrás apenas dos comerciantes. Em relação a candidatos eleitos, fora da Baixada o campo da segurança foi o sétimo que mais elegeu vereadores, enquanto na Baixada Fluminense foi o quarto (ver Quadros 24 a 27).

**QUADRO 24 | RANKING DAS 10 PROFISSÕES (AGRUPADO SEGURANÇA) COM MAIS CANDIDATOS A VEREADOR FORA DA BAIXADA (EXCETO “OUTROS”) (2004 A 2020)**

POSIÇÃO	OCUPAÇÃO	QTD
1º	COMERCIANTE	5713
2º	SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	3251
3º	EMPRESÁRIO	2786
4º	DONA DE CASA	2629
5º	SEGURANÇA (AGRUPADO)	2324
6º	APOSENTADO (EXCETO SERVIDOR PÚBLICO)	2075
7º	ADVOGADO	2022
8º	VEREADOR	1712
9º	PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO	1105
10º	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	1073

FONTE: TSE. (SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NOSSA)

**QUADRO 25 | RANKING DAS 10 PROFISSÕES (AGRUPADO SEGURANÇA) COM MAIS CANDIDATOS A VEREADOR NA BAIXADA (EXCETO “OUTROS”) (2004 A 2020)**

POSIÇÃO	OCUPAÇÃO	QTD
1º	COMERCIANTE	2065
2º	SEGURANÇA (AGRUPADO)	1227
3º	EMPRESÁRIO	886
4º	DONA DE CASA	832
5º	SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	531
6º	ADVOGADO	497
7º	VEREADOR	474
8º	APOSENTADO (EXCETO SERVIDOR PÚBLICO)	419
9º	PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO	336
10º	MOTORISTA PARTICULAR	332

FONTE: TSE. (SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NOSSA)

**QUADRO 26 | RANKING DAS 10 PROFISSÕES (AGRUPADO SEGURANÇA) COM MAIS CANDIDATOS ELEITOS PARA VEREADOR FORA DA BAIXADA (EXCETO “OUTROS”) (2004 A 2020)**

POSIÇÃO	OCUPAÇÃO	QTD.
1º	VEREADOR	920
2º	COMERCIANTE	397
3º	SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	247
4º	EMPRESÁRIO	241
5º	ADVOGADO	192
6º	SENADOR, DEPUTADO E VEREADOR	152
7º	SEGURANÇA (AGRUPADO)	139
8º	AGRICULTOR	97
9º	MÉDICO	95
10º	SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	77

FONTE: TSE. (SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NOSSA)

**QUADRO 27 | RANKING DAS 10 PROFISSÕES (AGRUPADO SEGURANÇA) COM MAIS CANDIDATOS ELEITOS PARA VEREADOR NA BAIXADA (EXCETO “OUTROS”) (2004 A 2020)**

POSIÇÃO	OCUPAÇÃO	QTD
1º	VEREADOR	245
2º	COMERCIANTE	119
3º	EMPRESÁRIO	80
4º	SEGURANÇA (AGRUPADO)	76
5º	SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	37
6º	SENADOR, DEPUTADO E VEREADOR	28
7º	ADVOGADO	22
8º	SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	15
9º	ADMINISTRADOR	15
10º	MÉDICO	13

FONTE: TSE. (SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NOSSA)

Os dados nos fornecem, ainda, outras métricas que demonstram uma maior participação de atores da segurança pública na Baixada do que em outras regiões do estado. A Baixada concentrou 22,4% do total das candidaturas a vereador do estado do Rio de Janeiro; entretanto, 34,7% do total de candidatos do campo da segurança se candidatou para municipalidades da Baixada nos cinco pleitos do período de 2004 a 2020. Nesta região, 6,7% do total de candidatos a vereador no período veio do campo da segurança. Já fora da Baixada os candidatos deste campo representam 3,6% do total de candidatos a vereador (ver Quadro 28).

**QUADRO 28 | PROPORÇÕES DE CANDIDATURAS A VEREADOR DO CAMPO DA SEGURANÇA DENTRO E FORA DA BAIXADA (2004 A 2020)**

	<b>% DE CANDIDATOS A VEREADOR DA SEGURANÇA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATOS</b>	<b>% CANDIDATOS A VEREADOR DA SEGURANÇA NA BAIXADA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE SEGURANÇA NO ESTADO</b>	<b>% DE CANDIDATOS A VEREADOR DA BAIXADA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATOS NO ESTADO</b>
BAIXADA	6,7%	34,7%	22,4%
FORA DA BAIXADA	3,6%		

FONTE: TSE. (SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NOSSA)

O sucesso eleitoral de candidatos da segurança na Baixada é consideravelmente maior do que em outras regiões do estado. Em relação ao total de candidatos a vereador eleitos, de 2004 a 2020, na Baixada Fluminense, 8,5% vieram do campo da segurança. Fora da Baixada esta proporção é de apenas 3,1%. Do total de candidatos do campo da segurança, 6,2% se elegeram na Baixada. Fora da Baixada, 5,7% conseguiram se eleger. Entre os candidatos que não são do campo da segurança, 5,2% se elegeram na Baixada e, fora da Baixada, 7,2% obtiveram sucesso (ver Quadro 29).

**QUADRO 29 | PROPORÇÕES DO SUCESSO ELEITORAL DE CANDIDATOS DA SEGURANÇA E OUTROS CANDIDATOS, DENTRO E FORA DA BAIXADA (2004 A 2020)**

	<b>% CANDIDATOS A VEREADOR DA SEGURANÇA ELEITOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ELEITOS</b>	<b>% DE CANDIDATOS A VEREADOR DA SEGURANÇA ELEITOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATOS DE SEGURANÇA</b>	<b>% DE CANDIDATOS A VEREADOR QUE NÃO SÃO DA SEGURANÇA ELEITOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATOS QUE NÃO SÃO DE SEGURANÇA</b>
BAIXADA	8,5%	6,2%	5,2%
FORA DA BAIXADA	3,1%	5,7%	7,2%

FONTE: TSE. (SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NOSSA)

Estes dados demonstram que não somente a participação de candidatos do campo da segurança é maior na Baixada Fluminense, como também o sucesso eleitoral deles é maior se comparado a outros campos.

Quando observamos a composição das câmaras de vereadores dos municípios da Baixada, temos três casas nas quais mais de 10% dos eleitos vieram do campo da segurança na soma dos cinco últimos pleitos: Queimados, com 17,4% do total de vereadores oriundos do campo da segurança; Japeri, com 15,1%; e Belford Roxo, com 10,7%. Apenas dois municípios tiveram menos de 5% de vereadores vindos do campo da segurança pública: Itaguaí (4,1%) e São João de Meriti (4,5%) (ver Quadro 30).

**QUADRO 30 | PERCENTUAL DE CANDIDATOS DA SEGURANÇA ELEITOS POR MUNICÍPIO DA BAIXADA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ELEITOS (2004 A 2020)**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>% DA SEGURANÇA ELEITOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ELEITOS</b>
QUEIMADOS	17,4%
JAPERI	15,1%
BELFORD ROXO	10,7%
NOVA IGUAÇU	9,1%
DUQUE DE CAXIAS	8,5%
MESQUITA	8,3%
GUAPIMIRIM	6,7%
PARACAMBI	6,7%
SEROPÉDICA	6,5%
MAGÉ	6,5%
NILÓPOLIS	5,1%
ITAGUAÍ	4,5%
SÃO JOÃO DE MERITI	4,1%

FORNTE: TSE. (SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS NOSSA)

A maior participação de agentes do campo da segurança na política municipal da Baixada expressa o peso que a agenda da violência e da segurança pública possui nesta região. O expressivo cenário de mortes violentas de atores da política na Baixada que analisamos no capítulo anterior encontra ressonância nos perfis de candidaturas e vereadores eleitos na região. O poder de matar, dessa forma, não é somente um fator de organização dos mercados eleitorais da Baixada, como também possui maior penetração no poder político municipal na região.

## NOTAS

45. RIBEIRO, Janaina. “Vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre. EXAME, 3 de setembro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3mxHaSy>. Acesso em: 3 de junho de 2021.
46. BOLSONARO FAZ GESTO DE ARMA EM MÃO DE CRIANÇA. Uol, 23 de julho de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3buLnjK>. Acesso em: 3 de junho de 2021.
47. EVENTO de Bolsonaro em BH tem criança fardada e com arma de brinquedo. G1, 30 de setembro de 2021. Disponível em: <https://glo.bo/3nObh7B>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.
48. COMITÊ DA ONU desaprova o uso de crianças fardadas em eventos políticos de Bolsonaro e pede para que presidente seja punido. G1, 5 de outubro 2021. Disponível em: <https://glo.bo/2Y0xzKj>. Acesso em: 5 de outubro de 2021.
49. Cano (1997).
50. BORGES TEIXEIRA, Lucas. Em debate, Doria promove Rota e é comparado a Paulo Maluf nas redes sociais. UOL, 16 de agosto de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3BrJKxn>. Acesso em: 3 de junho de 2021.
51. GRATIFICAÇÃO PARA policiais aumentou violência no Rio nos anos 1990. DW, 8 de setembro de 2018. Disponível em: <https://it.ly/3GGILx9>. Acesso em: 3 de junho de 2021.
52. WILSON WITZEL: ‘A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo’. VEJA, 1º de novembro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3nKMuRJ>. Acesso em: 3 de junho de 2021.  
WILSON WITZEL comemora desfecho com morte do sequestrador no Rio de Janeiro. CORREIO BRAZILIENSE, 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3BxHzZo>. Acesso em: 3 de junho de 2021.
53. Ver, por exemplo, a reflexão de SOARES (1996) sobre o tema do medo como modulador político nos anos 1990 no Rio de Janeiro.
54. Montesquieu (1973, p. 53).
55. Ver BARRETO (2010), especialmente o conto intitulado “Como o ‘homem’ chegou”.
56. Beloch (1986, p. 65).
57. Ver Del Río e Rodrigues (2021, p. 56).
58. Graeff, Souto e Angeli (s/d, p. 2).
59. Idem (s/d, p. 16).

- 60.** Não exibiremos as imagens aqui para que não haja a identificação dos personagens aos quais nos referimos. Ao descrevermos algumas imagens neste capítulo, pretendemos, além disso, nos referir a um imaginário que abarca diversos outros exemplos de uma estética da violência como plataforma política, para além dos aqui apresentados. Este imaginário é ostensivo, muito difuso e presente nas redes sociais de diversos políticos que fazem da violência seu nicho eleitoral.
- 61.** Castro (2004).
- 62.** FERNANDEZ, Leticia. Bolsonaro ensina criança a imitar arma com a mão. O GLOBO, 20 de junho de 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3Cz6T2i>. Acesso em: 3 de junho de 2021.
- 63.** Saward (2006).
- 64.** Isto é, 805 casos em todo o banco e 271 na Baixada.
- 65.** O banco de dados do TSE apresenta apenas os dados pela variável “sexo”. Renomeamos esta variável para “gênero” em nossa análise por entendermos que pode haver pessoas trans que preencheram este campo de acordo não com seu sexo biológico, mas com sua identidade de gênero.



# O PODER E SUAS FONTES

*Uma coisa é certa: esses políticos terminarão por ser derrotados por sua própria vontade de vencer a todo custo. O desejo de ser establishment os perderá assim como fizeram perder os seus predecessores.*

[ “NESTE EXÍLIO. DIÁRIO ITALIANO 1992-94”, **GIORGIO AGAMBEN** ]

O PRESENTE CAPÍTULO É DEDICADO à análise do conjunto de 20 entrevistas em profundidade, realizadas entre os meses de agosto e outubro de 2021, pela equipe de pesquisa. As entrevistas foram realizadas por meio *online* e todos os participantes consentiram a gravação em áudio de suas entrevistas, material que posteriormente foi degravado para facilitar a tabulação e a análise dos resultados. Foram entrevistados candidatos e candidatas, pessoas ligadas a movimentos sociais, ativistas, membros de partidos políticos, membros do sistema de justiça, e pesquisadores da área, todos com experiência de atuação na Baixada Fluminense.

De modo a preservar a identidade de nossos interlocutores, não serão utilizados trechos longos das entrevistas que serviram de base para a construção deste capítulo, investimento de natureza eminentemente qualitativa, focado na análise de discursos de atores posicionados naquilo que tomamos como um campo de disputas<sup>66</sup> em torno da caracterização do fenômeno da *violência política* na Baixada Fluminense.

Num primeiro momento, a partir das entrevistas, serão apresentadas percepções gerais agregadas segundo as inserções dos entrevistados e entrevistadas por área de atuação, gênero, raça/cor, religião, filiação partidária, candidatura ou experiência no exercício de função pública. Em seguida, passamos a descrever o que denominamos, para fins da presente análise, de “estratégias de hegemonia”<sup>67</sup>, que podemos caracterizar como um conjunto não exaustivo de práticas e discursos que, associados ao uso do *poder de matar*, visam a manutenção de estruturas de poder e desigualdades, orientando também as disputas intra e entre grupos políticos identificados como “hegemônicos” por comungarem desse mesmo receituário em seu engajamento com a política eleitoral.

## ELITES POLÍTICAS E PODER LOCAL

Inicialmente, é importante salientar que o perfil dos interlocutores entrevistados difere consideravelmente daquele apresentado, tanto pelas vítimas de *violência política* letal identificadas pelo nosso levantamento de mídia (ver primeiro capítulo) quanto pelo perfil das *elites políticas* que têm ocupado predominantemente os cargos eletivos na região em quase duas décadas de eleições municipais (ver segundo capítulo). Isso implica, como veremos, numa perspectiva bastante distinta dos meandros da vida política em geral, da natureza e das implicações específicas do fenômeno da *violência política*. Essa distinção possui uma dimensão que se pode dizer “intencional”, decorrente da vinculação dos entrevistados e entrevistadas a grupos ou linhas de pensamento que podem ser situados mais à esquerda do espectro político brasileiro, mas decorre também de fatores ligados propriamente à origem social e à identificação de raça, classe e gênero desses mesmos interlocutores.

Enquanto a violência intra *elites políticas* na Baixada Fluminense se exerce predominantemente entre homens brancos, nossos entrevistados e entrevistadas se identificam, em sua maioria, como pretos e pardos<sup>68</sup>, e apresentam uma substancial representatividade de mulheres<sup>69</sup>. Para as entrevistas realizadas até esse ponto, a violência contra mulheres e as desigualdades de gênero e raciais se apresentam como temáticas de grande relevância. Entrevistados homens e mulheres concordam igualmente acerca do peso das variáveis ‘gênero’ e ‘raça’ na construção de *hegemonias políticas* na região analisada, na dinâmica da violência local, e no jogo da política de um modo geral.

As mulheres sofrem violência física, psicológica, simbólica, assédio, e sofrem também com o que uma das entrevistadas chamou de “violência de silenciamento”. Nesse sentido, relatos de intimidação e distribuição desigual de oportunidades — como no caso da distribuição de financiamentos de campanha e da representação na composição de diretórios, principalmente no exercício de funções de liderança e projeção pública — apareceram de forma bastante contundente e dramática.

Uma das entrevistadas, ex-candidata à vereadora, disse não se sentir à vontade de frequentar espaços tradicionais da política do município em que reside sem a companhia de um homem. Em outra entrevista, outra ex-candidata criticou a tendência de alguns partidos de esquerda de unificarem as candidaturas de mulheres negras em torno de apenas uma figura. Segundo ela, isso não só

reduziria a representatividade de mulheres negras nos pleitos, mas seria um fator de vulnerabilidade à violência devido à concentração da reação violenta à presença dessas mulheres na política em apenas uma figura pública. Ela cita o exemplo da vereadora Marielle Franco, assassinada em 2018, caso citado por todas as demais entrevistadas que eram também ex-candidatas. O caso de Marielle suscitou medo, mas ao mesmo tempo teria também estimulado a candidatura de mulheres negras na Baixada. Os casos das três mulheres brutalmente assassinadas no município de Magé — Renata Castro, Aga Lopes e Sandra Silva —, por sua vez, foram mencionados pelas entrevistadas como fatores de intimidação de candidaturas femininas.

Uma das entrevistadas, depois de experimentar as agruras de uma campanha marcada por ameaças e escassez de recursos, afirmou estar cansada da política e que não pretende mais vir candidata, apesar do seu bom desempenho eleitoral. Como ela, muitas outras mulheres nutrem sentimentos semelhantes em relação à política, de medo, impotência e cerceamento, implicando, muitas vezes, um distanciamento da vida política institucional de seus municípios, ou a opção por outras construções políticas por vias não institucionais. As candidatas entrevistadas, por exemplo, foram as únicas a relatarem experiências de limitação de mobilidade, não só durante os pleitos, mas, posteriormente, na frequência de espaços de lazer e mesmo na casa de familiares e amigos. Esse fato constitui um indicativo forte no sentido de uma percepção de vulnerabilidade que perdura para além dos pleitos no caso das mulheres, sentimento que pode estar vinculado a todo um quadro mais amplo de “vulnerabilidades” associadas ao exercício de papéis de gênero e à condição feminina.

O perfil eminentemente branco, masculino e conservador das câmaras de vereadores dos municípios da Baixada Fluminense foi amplamente mencionado nas entrevistas. Dentre outras questões, isso explicaria o perfil diferenciado da *violência política* letal na região. Enquanto outros tipos de *violência política* tenderiam a atingir militantes de esquerda e integrantes de movimentos sociais (ameaça, intimidação, difamação etc.), na Baixada, em sua dimensão letal, esse tipo de violência seria exercido majoritariamente no interior dos próprios grupos políticos estabelecidos. Segundo os entrevistados e entrevistadas, isso se deveria exatamente à eficácia dos mecanismos de reprodução dessas *elites políticas* na exclusão de negros e mulheres da vida política institucional na Baixada Fluminense, percepção esta corroborada pela presente pesquisa.

Nesse ponto, o caso do assassinato da vereadora Marielle Franco foi citado novamente como um contraponto importante. Uma das entrevistadas, mesmo reconhecendo o papel de Marielle na projeção de candidaturas de mulheres negras, como mencionado anteriormente, afirmou que a morte da vereadora foi também um alerta que contrariou a percepção de que a *violência política* de natureza letal na Baixada Fluminense seria uma realidade distante das milícias de esquerda. “Eu achava que eles se matavam entre eles”, afirmou. O assassinato da vereadora, ainda segundo a entrevistada, teria mostrado que “as pessoas também podem ser mortas por suas ideias”, não apenas pelo envolvimento com as práticas criminosas e violentas de certos grupos políticos locais. Mas se a *violência política* de natureza letal ainda seria considerada mais distante para esses grupos, isso se daria pela eficiência e pela pervasividade cotidiana de estratégias políticas que visam minar a sua capacidade eleitoral. Foram relatados casos, por exemplo, de incentivo à pulverização de candidaturas de oposição como parte das estratégias de grupos estabelecidos para se manterem no poder. Encontramos, também, exemplos de bancos que, no período de formalização de candidaturas e aberturas de contas de campanha, estariam aplicando tratamentos diferenciados para candidatos de “oposição” e “situação” em alguns municípios da Baixada Fluminense.

Em relação ao papel de seus respectivos partidos na segurança de candidatos e candidatas, os entrevistados foram unânimes em apontar lacunas significativas. A realidade de figuras políticas mais centrais nos grupos, que acabam concentrando recursos de proteção, públicos e/ou privados, não é, de forma alguma, a realidade dos diretórios municipais, mesmo em áreas conhecidamente marcadas pela *violência política*, como a Baixada Fluminense. Identificada com grupos de direita e extrema direita, a agenda da segurança pública tenderia a ser discutida de maneira bastante periférica nas plataformas de governo. Além disso, a questão da segurança pessoal dos candidatos e candidatas, para as instâncias centrais dos partidos de esquerda, se concentraria, segundo as entrevistas, em dicas de segurança para o uso de redes sociais. Nos diretórios municipais, entretanto, encontramos relatos de iniciativas mais substanciais, focadas no fortalecimento de redes solidárias de proteção e acolhimento, procedimentos de segurança durante deslocamentos rotineiros e de campanha, além dos já citados procedimentos em relação às redes sociais. Os candidatos e candidatas entrevistados, por exemplo, afirmaram evitar uma presença mais ostensiva em redutos políticos de figuras reconhecidamente associadas a práticas políticas de natureza violenta, preferindo fazer o “corpo

a corpo” em áreas centrais, com grande circulação de pessoas, como estações de trem e áreas comerciais.

Os candidatos e candidatas a cargos eletivos em nosso conjunto de interlocutores não estavam exercendo nenhum mandato eletivo na ocasião da entrevista, o que talvez responda por uma perspectiva mais crítica, seja em relação às práticas dos *grupos políticos hegemônicos*, seja da própria capacidade dos grupos políticos a que pertenciam em alcançar uma representatividade eleitoral na região. Em suas falas, essas pessoas colocam uma distinção entre uma “política do território” e uma “política de ideias”. Seguindo essa diferenciação, cunhada por um de nossos entrevistados, a *política de ideias* faria referência a campanhas centradas na discussão de princípios organizativos da sociedade ou pautas de transformação social, na questão do acesso a direitos e políticas públicas, e no debate de planos de governo. A *política de ideias*, entretanto, se definiria principalmente em antagonismo às práticas *hegemônicas* adotadas na *política do território*, como a compra de votos, a cooptação de lideranças comunitárias e a instrumentalização do Estado por interesses privados por meio da “troca de favores”.

Além dessas práticas, como veremos a seguir, e do uso difundido do *poder de matar*, como vimos nos capítulos anteriores, os *grupos políticos hegemônicos* mais bem-sucedidos eleitoralmente na Baixada são também aqueles que conseguem arrebatar “capital econômico”, “apoio político” e “base eleitoral”, segundo os entrevistados e entrevistadas. Para garantir estas duas coisas, as *estratégias de hegemonia* analisadas a seguir aparecem como dimensões fundamentais.

## ESTRATÉGIAS DE HEGEMONIA

“Ninguém é candidata pegando trem às 6h da manhã”, assim resumiu uma de nossas entrevistadas, falando tanto da relevância do financiamento para uma campanha política bem sucedida, mas também dos recortes de raça, classe e experiências de gênero que atravessam a distribuição desses recursos, uma vez que o trem se caracteriza como um meio de transporte, não só amplamente utilizado pelas “classes populares” no Rio de Janeiro, mas que marca também uma série de hierarquias sociais nos espaços da cidade<sup>70</sup>. Quando perguntados sobre os atributos mais importantes das candidaturas que produziam mandatos

na Baixada Fluminense, os entrevistados e entrevistadas foram unânimes em colocar o fator financeiro como determinante. Prontamente responderam: “Grana!”, “Dinheiro!”. Num segundo momento, no desenvolvimento de seus argumentos, aparece a questão que podemos chamar de “apoio político”, seguida pela construção de “bases de votação” ou “redutos eleitorais”.

Nossos interlocutores relataram, ainda, uma série de estratégias aplicadas por *grupos políticos hegemônicos* na Baixada Fluminense no sentido de reunir esses três fatores fundamentais para garantir seu sucesso eleitoral, mas também para as disputas internas a essa hegemonia, entre facções ou mesmo entre diferentes “famílias políticas”<sup>71</sup> que se constituem historicamente na região. Pervasiva a estas *estratégias de hegemonia* encontra-se uma “ideia de Estado”<sup>72</sup> que serve não só à reprodução política da sociedade, de sua estrutura de classes e hierarquias de poder, mas também como meio de reprodução material da política, enquanto um meio de vida<sup>73</sup>. No caso da Baixada, com base na análise das entrevistas, foi possível delinear um conjunto não exaustivo dessas estratégias, que passamos a detalhar na sequência. Muito embora separadas para fins analíticos, estas estratégias são integrais e se relacionam de forma muito mais complexa.

## O funcionamento de “esquemas”

Nos relatos sobre as mortes de figuras relacionadas à política na Baixada Fluminense analisados pela presente pesquisa, a exploração das redes de relações das vítimas nos dossiês (ver Nota Metodológica) e as próprias investigações sobre os casos acabam revelando, em muitos casos, a operação de algum tipo de “esquema”, que podemos definir como uma rede de atores públicos e privados organizados em torno da exploração econômica e particularizada de um bem público ou ente de direito coletivo. Essa prática não é, de maneira alguma, desconhecida da sociedade “patrimonialista” brasileira, e constitui um de seus princípios formativos (Faoro, 2008). Na visão dos entrevistados e entrevistadas, os *esquemas* associados aos casos analisados encontram-se pervasivamente instalados em secretarias e órgãos públicos e são fundamentais para a perpetuação de *grupos políticos hegemônicos* na Baixada. Os *esquemas* podem se articular a partir do conluio de múltiplas agências governamentais (no Legislativo, no Judiciário, e na própria polícia), dependendo do seu “tamanho”, ou seja, do volume de dinheiro que circula por estas redes e da extensão da rede de pessoas que articula.

A participação do que se pode chamar de “empresariado local”, para se referir às elites econômicas locais, também é vista como fundamental para o funcionamento dos *esquemas*. E essa ‘classe empresária’ se aproxima, em muitas dimensões, da própria ‘classe política’ baixadense, seja em termos de perfil socioeconômico, inclinações ideológicas, ou do próprio interesse e atuação na vida política local. Essa atuação pode se dar de forma ‘direta’, por meio do exercício de cargos públicos e oferecimento de candidaturas, ou ‘indireta’, por meio do financiamento de campanhas políticas, da participação em conselhos e outros órgãos consultivos de governo, e do engajamento em processos licitatórios das municipalidades. Muito embora, para a operacionalização desses *esquemas*, todas essas dimensões sejam relevantes, são os processos de concorrência pública e licitações que aparecem como principal plataforma para negociações espúrias entre interesses públicos e privados. Nesse sentido, a secretaria ou o órgão público que “encabeça” o *esquema* tenderia a ser considerada estratégica para a cadeia econômica de alguma atividade extrativa ou de prestação de serviço, principalmente no que se refere aos tipos de autorizações, concessões e alvarás que porventura venha a precisar para o seu funcionamento.

Podemos citar os exemplos das vítimas Rafael 39, de Seropédica, e Uilian Chaveiro, que desenvolvia sua atuação política em Belford Roxo. Rafael, inicialmente, compunha o grupo político que exercia sua *hegemonia* no ano de sua execução. Ele era empresário, os materiais provenientes da imprensa sobre a vítima apontavam sua relação com o ramo de extração e transporte de minerais. Rafael 39, como já indicamos no primeiro capítulo, foi executado poucos meses depois de uma ruptura de alianças políticas. Miguelzinho Seropédica afirmou que Rafael era um “arquivo vivo”, que ele sabia dos esquemas e das irregularidades e por isso teria sido executado.

Já a morte de Uilian Chaveiro evidencia essas correlações por outro ângulo. Sua execução ocorreu apenas 20 dias após sua nomeação a um cargo de confiança. Os fatos e alianças que poderiam ter culminado na execução de Uilian Chaveiro não nos apontaram um panorama tão definido quanto o caso do Rafael 39. A despeito disso, alguns fatos chamam atenção em relação à pasta a qual a vítima foi vinculada antes de sua execução. Em 2017, o Ministério Público estadual havia proferido decisão que versava sobre o mau uso do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica)<sup>74</sup>, fundo gerido, no nível municipal, pela pasta na qual Uilian atuava. Cerca de quatro meses depois da execução de Uilian, a Polícia Civil realizou operação

pela Delegacia de Defraudações — cumprindo mandados de busca e apreensão, inclusive na sede da prefeitura —, que investigava o desvio de R\$ 1 milhão do Fundeb<sup>75</sup>.

Como ilustrado pelos casos acima, uma importante dimensão da capitalização política dos *esquemas* é a figura da “denúncia”. Grupos hegemônicos rivais — ou seja, que comungam das mesmas práticas e ideologias políticas, mas se situam em *famílias políticas* opostas — constantemente lançam mão da *denúncia* como estratégia política na Baixada Fluminense. Nas entrevistas, essa dimensão foi também apontada por membros do sistema de justiça, que afirmaram se sentirem pressionados pelo jogo da política denunciata praticada por esses grupos. Segundo esses interlocutores, não há interesse, por parte dessas pessoas, na tramitação geral dos processos e no seu resultado, exceção feita aos casos em que uma decisão judicial, mesmo que parcial, tenha o potencial de gerar danos políticos ao grupo adversário.

O caso de Seropédica é ilustrativo nesse sentido. As disputas, por vezes, envolveram o sistema de justiça e denúncias sobre irregularidades na gestão. O episódio mais emblemático dessa disputa, em se tratando de mecanismos jurídicos, foi quando o presidente da câmara, vereador Waguinho do Emiliano (PRB), assumiu a gestão, em 2015, em função do afastamento do prefeito à época, Martinazzo (PSB)<sup>76</sup>. O afastamento do prefeito, entretanto, durou apenas 10 dias, tendo o Ministério Público julgado improcedente o afastamento, uma vez que Waguinho teria se beneficiado do processo. Houve, ainda, um segundo afastamento, meses depois do retorno do prefeito ao cargo<sup>77</sup>. Esse embate é emblemático da disputa política em Seropédica, mas não o único. A cidade acumula cerca de três interrupções efetivas nas gestões da prefeitura, bem como diversas tentativas de interrupções e acusações que recorrentemente versam sobre irregularidades em contratos da prefeitura.

Por fim, segundo as entrevistas, a operacionalização desses *esquemas* nos territórios é fator crítico para muitos desses empreendimentos espúrios, que lançam mão de estratégias como a cooptação de lideranças comunitárias, a corrupção e a conivência de agentes fiscalizatórios, podendo contar também, como vimos, com o apoio de organizações criminosas e grupos armados, como a *milícia* e o *tráfico de drogas*, para sua viabilização material e capitalização política. Isso pode ser observado no contexto da exploração das “bicas”, que apresentamos no primeiro capítulo. Nos levantamentos, foi possível identificar denúncias e casos que envolviam as cidades de Magé, Seropédica e Duque

de Caxias, entre outras — tendo sido Duque de Caxias uma das cidades em que o conflito mais gerou vítimas entre os candidatos e pré-candidatos, bem como onde foi possível encontrar o envolvimento de políticos que conquistaram mandato, efetivamente.

O mercado das “bicas” é motivo de intensos conflitos armados pela disputa do controle dos furtos. Recorrentemente associado a figuras políticas que conquistaram mandatos na Câmara de Vereadores, o caso dos furtos de combustíveis gerou em nosso escopo analítico uma série de evidências que referendaram a centralidade do capital financeiro. Não obstante, esse capital financeiro seria mobilizado para a obtenção de capital político, passando também pela chave do que temos destacado como *política do território*. Entretanto, os modos pelos quais o uso da violência armada e letal na Baixada é capaz de incidir sobre esses mercados econômicos e seus rendimentos políticos não se restringem apenas a arranjos ou conflitos estritamente locais. As articulações ou as pugnas podem envolver frações políticas e criminosas atuantes em níveis de competência que estão para além dos limites de determinadas cidades ou da própria Baixada como região. Acordos podem ser costurados e disputas podem emergir entre grupos pertencentes a cidades diferentes, mas com interesses e objetivos comuns capazes de conjugar a expansão de zonas de influência política e o controle armado ostensivo sobre determinadas localidades.

## Exploração de ilegalismos e poder local

Na presente seção, nos dedicaremos a descrever as características daquilo que um de nossos entrevistados chamou de “política do território”, referindo-se à lógica de atuação local de *grupos políticos hegemônicos* para a construção de “bases eleitorais” que, conjuntamente com o “capital econômico” e o “apoio político”, aparecem como elementos essenciais para a sua reprodução política e material na vida institucional da Baixada Fluminense, segundo as entrevistas. Entretanto, dado o caráter delicado e multifacetado do fenômeno, é imperativo que iniciemos essa conversa fazendo alguns esclarecimentos.

O primeiro deles, de ordem metodológica, se refere aos sentidos atribuídos no presente capítulo à categoria “território”. Em um primeiro plano de análise, a categoria *território* será utilizada em seu sentido “nativo”, ou seja, seguindo a terminologia e os contextos de uso aplicados pelos interlocutores durante

as interações com a equipe de pesquisa. Conscientemente ou não, nessas ocasiões, a categoria *território* foi amplamente utilizada quase como sinônimo de áreas de favela e periferia, ou que sabidamente encontravam-se sob domínio de algum grupo armado criminoso, como o *tráfico de drogas* e as *milícias*.

Fora do contexto das entrevistas, entretanto, enquanto categoria analítica, “território” é um conceito que entendemos pelo prisma definido por Milton Santos, enquanto um espaço dinâmico onde a vida social acontece em constante movimento, no seu sentido espacial e político<sup>78</sup>.

Um segundo esclarecimento importante, de ordem ética e política, segue no sentido de deixar claro para os leitores e leitoras desta publicação que quando tratamos da *política do território* estamos nos referindo a uma forma específica do fazer político de base local na Baixada Fluminense. De maneira alguma isso significa dizer que toda a política de base territorial na região se dá nesses termos. Nosso objetivo aqui é enfatizar que há, dentre as muitas formas de se fazer política na Baixada, uma forma hegemônica da *política do território*, que é fruto das relações políticas historicamente construídas no lugar<sup>79</sup>.

Dito isso, uma dimensão importante do que chamamos aqui de *política do território* para identificar uma maneira característica do fazer político clientelista brasileiro<sup>80</sup>, amplamente aplicada, mas de forma alguma restrita à realidade da Baixada Fluminense, é a exploração econômica e política da “precariedade”<sup>81</sup> e dos trânsitos diversos entre o “legal” e o “ilegal”<sup>82</sup> sob a perspectiva de uma “troca” entre a sociedade e o Estado<sup>83</sup>.

Pode-se dizer que essa prática é caracterizada nas entrevistas como a “política da troca de favores”. E qual é o “procedimento” dessa forma de fazer política? A sua forma de operação nos “territórios”? Com base nas entrevistas, podemos dizer que essa prática envolve dimensões que passam pela indicação para um tratamento no posto de saúde local, pela “colocação de asfalto”, pela construção de uma unidade de saúde (ou na exploração dessa “promessa”), ou, ainda, pela distribuição de títulos de propriedade e regularização fundiária. Traço amplamente debatido da cultura política brasileira<sup>84</sup>, a prática da *troca de favores* persegue um princípio de desigualdade e diferenciação social em que o direito de certos segmentos da população é transacionado como uma “benesse” ou um “privilégio”, adicionado de um certo “oportunismo eleitoral” que busca implicar o posicionamento político de moradores e moradoras do local.

Foram comuns nas entrevistas, por exemplo, casos de apoiadores que declinaram de “levar a bandeira”<sup>85</sup> de candidaturas em seus *territórios* porque temiam que parentes fossem penalizados com a perda de “benefícios concedidos por políticos”, como o pagamento de auxílios financeiros da prefeitura, o registro dos filhos na escola mais próxima da residência, ou a realização de cirurgias na rede pública. Com base no seu núcleo de apoiadores locais, a figura política que pratica a *política do território* buscava sempre dimensionar “quantas pessoas votam com ela”, procedimento que é comum aos partidos políticos em geral, para o entendimento de suas bases eleitorais. Nesse sentido, pode-se dizer que a prática da “compra de voto”, muito embora oficialmente seja registrada apenas durante a realização de pleitos, aparece aqui fortemente conectada à *política da troca de favores*. Diz-se que nos *territórios* “todo mundo tem um lado”, em especial durante as eleições. Nessa lógica, se os/as candidatos/as buscariam saber quem votou para definir sua “clientela”, os moradores, por sua vez, também buscariam “apoiar candidaturas”, mesmo que de forma discreta ou omissa, não levando nenhuma outra bandeira política no *território*.

Essa prática, como fica claro, dificulta a consolidação de outras vias político-ideológicas nessas áreas, principalmente quando essas estratégias de hegemonia autoritária e clientelista da população são acompanhadas de perto por formas violentas de domínio local, como o tráfico, as milícias e os grupos de extermínio. Quando engajados politicamente — e na atuação das *milícias* isso ganha muito mais destaque, como algo integral ao seu *modus operandi* —, esses atores buscariam estabelecer uma espécie de monopólio violento de exploração eleitoral dos *territórios*, impedindo a realização de campanhas de outros/as candidatos/as que não aqueles/as referendados/as pela hierarquia do grupo criminoso<sup>86</sup>. Nesse contexto, o ambiente tensionado e extremamente rumoroso das relações políticas *territoriais* pode se tornar realmente perigoso para moradores e moradoras. Alguns dos candidatos e candidatas entrevistados, moradores de áreas com domínio desses grupos criminosos, afirmaram que não se sentiam seguros em fazer qualquer tipo de propaganda política nos próprios *territórios* em que residiam. Além de casos extremos de atentados e ameaças abertas por criminosos armados, os entrevistados relataram casos de parentes e amigos que foram coagidos por andarem portando bótoms ou dirigirem carros com adesivos de campanha. Algumas dessas pessoas precisaram deixar suas áreas de moradia, pelo menos até o encerramento dos pleitos.

Essa situação é ainda mais grave para aquelas pessoas identificadas como ativistas ou “lideranças comunitárias”, como membros de associações de moradores, responsáveis por projetos sociais e líderes religiosos. Estas pessoas são consideradas estratégicas para a *política do território* por seu potencial na conversão do capital social acumulado por meio da *troca de favores* em capital político-eleitoral, traduzido na “quantidade de pessoas que votam com a liderança”. Elas são permanentemente assediadas pelos grupos políticos e tendem a possuir uma visão bastante pragmática em relação a essas lógicas, operando no sentido de ampliar sua capacidade de obter “melhorias” para o lugar em que moram. Nesse sentido, se a *liderança* não manifesta (ou até que manifeste) seu apoio a algum grupo político ou alguma candidatura, ela é vista com desconfiança e apreensão por aqueles engajados na *política do território*, podendo ser objeto de ameaças. Importante destacar que, apesar de tudo isso, as *lideranças comunitárias* de diversos bairros continuam a desenvolver atividades essenciais para os moradores e moradoras de sua localidade. Principalmente no período pandêmico, sua atuação foi fundamental.

Em uma das entrevistas, foi mencionado o caso de um rapaz, considerado uma *liderança* em seu *território*, que recebeu ameaças de apoiadores locais de um político por distribuir cestas básicas aos moradores durante a pandemia de COVID-19. Essas pessoas — agindo de forma aparentemente autônoma, mas sempre “em nome de alguém” — teriam visto como uma ameaça o desempenho do rapaz na distribuição das cestas, atuando, assim, no sentido de evitar que o episódio fosse capitalizado politicamente por grupos rivais, tendo em vista a proximidade do período eleitoral. Em outra entrevista, uma *liderança* local nos falou das agruras de sua atuação “na defesa da sua região”, afirmando não poder “reclamar de um buraco na rua” sem ser enquadrada no jogo político do *território*, sem “tomar um lado”, mesmo que involuntariamente, por estar expondo falhas na gestão da prefeitura do município em que mora.

Os candidatos e candidatas entrevistados pela pesquisa, por exemplo, sabiam quais localidades poderiam e quais não poderiam visitar durante a campanha. Em todas estas localidades, afirmaram, havia candidatos que estavam “fechados” com grupos criminosos dominantes. Neste contexto, é importante observar que o termo “fechar” pode significar tanto a existência de acordos entre determinados atores políticos e facções do *tráfico* ou grupos *milicianos*, quanto a tentativa dos próprios membros desses grupos criminosos ingressarem ou darem prosseguimento a carreiras políticas. Relatos como esses nos indicam muito claramente que, na Baixada, aqueles candidatos ligados a ou que são

representantes diretos de grupos criminosos possuem condições privilegiadas na arena eleitoral, justamente porque conseguem articular a violência a recursos econômicos e políticos na disputa pelo mercado político nos *territórios*. Nessas circunstâncias, a violência letal emerge como um instrumento último de regulação de mercado justamente nas ocasiões em que alguma lei implícita ou acordo é desrespeitado ou rompido.

## Capitalização política do medo e a política da (in)segurança

Em um cenário de descrença da população na capacidade do Estado de prover segurança, emerge um discurso segundo o qual as áreas “dominadas” por grupos criminosos padeceriam de uma espécie de “falta de Estado”. Trata-se de um imaginário de “ausência” há muito difundido e igualmente criticado, mas que ganha centralidade em período relativamente recente com a ideia de “retomada de territórios para o Estado” durante a chamada “política de pacificação” (2008-2017). Espetacularizado no episódio que fica então conhecido com a “retomada do Complexo do Alemão”<sup>87</sup>, ocorrida em 2010, esse discurso afirmava que a “resposta do Estado” ao domínio desses grupos, uma vez colocada em termos de “soberania”, “disputa de territórios” ou “áreas conflagradas”, deveria ser contundente e, de certa maneira, “excepcional”<sup>88</sup>.

O sucesso eleitoral dessa construção político-ideológica do “problema da segurança pública” no Rio de Janeiro — que emplaca três gestões consecutivas no Governo do Estado — e seu posterior ocaso, com a prisão de seus principais expoentes políticos, sinalizam para um movimento de reorganização geral das formas de controle *territorial* armado na cidade, com reflexos também na sua Região Metropolitana no que se refere à exploração econômica e político-eleitoral desses territórios. Entre o fim do *projeto de pacificação* e o contexto atual, identifica-se uma expansão da atuação de *grupos milicianos*<sup>89</sup>, mas principalmente a manifestação de formas extremas de “militarização” da segurança pública para o período democrático recente. Promovidas pelo próprio Estado, como no caso das operações GLO (Garantia da Lei e da Ordem) e da intervenção federal na segurança pública<sup>90</sup>, esse cenário de *militarização* promove uma série de figuras políticas ligadas ao campo da extrema direita brasileira, como Jair Bolsonaro e Wilson Witzel<sup>91</sup>. Lastreado pelos resultados propalados pelo então Gabinete da Intervenção Federal<sup>92</sup>, ganha visibilidade também o argumento falacioso<sup>93</sup> de que o aumento expressivo da letalidade

policial seria responsável pela tendência de queda nos homicídios verificada entre os anos de 2018 e 2020. De janeiro a novembro de 2018, período de duração da intervenção federal, 1.444 pessoas perderam a vida em ações policiais no Rio de Janeiro, uma média de quatro mortes por dia. Em 2019, 1.810 pessoas foram mortas pela polícia, um aumento de 18% em relação ao ano anterior. Neste período, as polícias foram responsáveis por 30% dos homicídios que ocorreram no estado do Rio de Janeiro.

Na vida política da Baixada Fluminense, para o mesmo período, nossos entrevistados e entrevistadas identificaram fenômeno bastante semelhante, a que se referiram como o ato de “surfear na onda do bolsonarismo”. Esse movimento, por um lado, significaria a busca de alianças e apoio político — em nível local, regional e nacional — lastreados em posicionamentos públicos de natureza “conservadora”, mas, principalmente, o tratamento dos problemas de violência e criminalidade nas localidades como questões de “soberania territorial” do Estado, enquanto oportunidades para demonstrações de força e poderio bélico por parte das agências estatais. Nas entrevistas, foram recorrentes também as menções a uma população “cansada de ser assaltada às 5h da manhã a caminho do trabalho”, ou aterrorizada pelas práticas violentas de domínio *territorial* exercidas por grupos criminosos. No passado, esse descontentamento se via refletido na proliferação dos chamados “grupos de extermínio”<sup>94</sup>, eufemicamente referidos nas entrevistas como “o pessoal que ‘limpava’ o bairro”, eliminando figuras indesejadas, como ladrões, estupradores e usuários de drogas. No presente, estas formas históricas, além de ecoarem a promessa de uma suposta “pax miliciana”, se imiscuem perigosamente a práticas violentas de produção do próprio Estado, por meio de uma política de ocupação militarizada de territórios, mobilizada através da articulação de incentivos de produtividade e da letalidade das operações policiais<sup>95</sup>. Nesse ponto, se mostra crucial o tema da capitalização do *medo* como elemento central nas disputas pelos mercados econômicos e políticos locais a partir da articulação e implementação de políticas públicas de segurança.

Nesse sentido, a inauguração do primeiro Destacamento de Polícia Militar do 39º Batalhão no Bairro do Roseiral, em Belford Roxo, foi citada como exemplar, no sentido de demonstrar a forma como determinadas figuras políticas mobilizam o tema do *medo* também por uma chave de proteção aos “vulnerabilizados”. Requisitado por políticos influentes de Belford Roxo ao governador Cláudio Castro, o destacamento pretende deslocar ao todo 125 policiais dos 379 hoje existentes no 39º Batalhão, que deverá ter seu contingente

aumentado para 504 policiais, conforme noticiado por um portal de notícias local<sup>96</sup>. Anteriormente, a pedido do mesmo grupo político, Belford Roxo recebeu o Programa Segurança Presente nos bairros do Centro, Lote XV, Itaipu e Nova Aurora. Foram designados 60 policiais para o programa, sendo 40 no Centro do município e 20 no bairro Lote XV.

No que diz respeito especificamente ao destacamento, o requerimento por parte de lideranças políticas da cidade ao governador pela medida coincide temporalmente com um caso de grande repercussão midiática em todo o país: o desaparecimento de três crianças em outra região da cidade de Belford Roxo, o bairro do Castelar. No dia 27 de dezembro de 2020, Lucas Matheus (8 anos), o primo dele, Alexandre da Silva (10 anos), e Fernando Henrique (11 anos) desapareceram após saírem de casa para ir a um campo de futebol. À época, as famílias dos meninos disseram que eles estavam acostumados a brincar sozinhos, mas sempre retornavam para casa. Um vídeo encontrado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), revelado apenas em março de 2021 — portanto, meses após o início das investigações —, mostra o último registro dos meninos em uma rua, ainda no bairro onde moravam. O trecho do vídeo foi encontrado em material que já estava em posse da DHBF, mas que foi ignorado, o que levantou suspeitas por parte do MP sobre o trabalho da Polícia Civil. Familiares e ativistas também já haviam se queixado sobre a morosidade das investigações e a falta de respostas por parte da polícia. Em janeiro de 2021, moradores chegaram a queimar um ônibus em frente à sede da DHBF como forma de protesto para chamar atenção para o caso.

No hiato entre o desaparecimento das crianças e a divulgação das primeiras hipóteses de elucidação do caso, ocorreu a implantação do destacamento do Roseiral. E, embora os eventos não estivessem interligados e tenham ocorrido em bairros distintos, a justificativa da urgência de solução do caso se confundia com o argumento sobre a necessidade da pacificação e do enfrentamento à rede varejista do tráfico de drogas e armas na cidade.

Nesse contexto, no dia 11 de janeiro de 2021, uma verdadeira operação de guerra foi planejada para preparar a entrada da polícia na região. Foram mobilizados armamentos pesados, veículos blindados, dezenas de policiais militares e diferentes grupos táticos, como o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), o Batalhão de Ações com Cães (BAC) e o Batalhão de Choque (BPChq). Tudo isso em meio à vigência da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635, que determina que operações policiais sejam realizadas durante a pandemia de COVID-19 apenas em casos de excepcionalidade

mediante comunicação e apresentação de justificativa por escrito ao Ministério Público. De acordo com relatório publicado pela Iniciativa de Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR)<sup>97</sup>, foram mais de três meses de operações policiais sucessivas (26 ao todo) que tiveram um saldo de 28 tiroteios e três chacinas registrados, que resultaram em mais de 30 pessoas assassinadas.

Em julho, policiais militares prenderam um homem suspeito de ter envolvimento com o desaparecimento das crianças. Conhecido como Rabicó, ele seria integrante do grupo varejista do tráfico que atuaria no Castelar. Embora não houvesse nenhum indício da participação do homem em questão, conforme apurado pelo portal de notícias G1<sup>98</sup>, a principal linha de investigação sobre o caso continuou orientada a imputar a autoria do crime a traficantes locais. Dois meses depois, em setembro, o secretário de Polícia Civil, Allan Turnowski, já admitindo que o caso se tratava não mais de um desaparecimento, mas de um homicídio, confirmou de maneira contundente esta hipótese. O suposto motivo da morte teria sido o furto de passarinhos. Até hoje os corpos dos meninos não foram encontrados e a investigação não foi concluída.

Embora na região do Roseiral exista a atuação de ao menos um grupo miliciano, as operações policiais se concentraram nas áreas sob o domínio do Comando Vermelho. Em artigo escrito para a Folha de S. Paulo, o sociólogo José Cláudio Souza Alves<sup>99</sup>, que estuda as dinâmicas da violência na Baixada há mais de 20 anos, afirma que as sucessivas incursões policiais e a implantação de um destacamento militar na região poderiam ser vistas como um movimento na geopolítica de expansão das milícias. O desmantelamento do domínio territorial do Comando Vermelho viria ao encontro dos interesses de grupos milicianos que há décadas dominam bairros vizinhos, como o São Bento e o Pilar, situados além dos limites de Belford Roxo, em Duque de Caxias. No já referido relatório produzido acerca das operações policiais ocorridas na Baixada Fluminense neste ano, a IDMJR apontou, a partir de relatos de moradores, que tão logo a primeira incursão policial ocorreu, grupos milicianos procuraram avançar e ocupar algumas localidades e que, desde a implementação do destacamento, esta investida não tem cessado.

A vinculação entre a ocupação militar do Roseiral e as ambições de facções milicianas também foi aventada por dois de nossos entrevistados. Um deles chegou a falar na existência de um “grande projeto” em curso que envolveria uma robusta articulação entre milícia e Estado, este representado não apenas por frações políticas de Belford Roxo, mas também por autoridades políticas de Duque de Caxias e do governo estadual. Em jogo, do ponto de

vista econômico, as possibilidades de exploração de atividades das mais variadas, da venda de gás aos depósitos de bebidas, passando pelo controle dos transportes alternativos e de serviços como internet e TV a cabo. No que diz respeito aos dividendos políticos, a chance da criação e/ou da expansão de zonas de influência ou currais eleitorais e de propagandear certa “pacificação” de uma região considerada violenta.

O recurso à violência como instrumento de poder importante na organização das relações sociais e políticas pode ser percebida em mais uma de suas formas, desta vez através da operacionalização de uma ocupação militarizada que passa a compor efetiva e diariamente não só a vida dos moradores — nesse caso, do Roseiral —, mas também as agendas políticas municipal e estadual. Embora, como estudos<sup>100</sup> têm demonstrado, a presença ostensiva da força policial seja insuficiente para a resolução de conflitos sociais, a ideia de uma “paz armada” é por si só passível de ser capitalizada por determinados atores políticos como uma medida de combate à violência e à criminalidade. Como vimos até aqui, não são poucos os atores que na Baixada mobilizam o tema e se propagandeam através de uma estética da violência, dando ênfase ao armamentismo em suas propagandas eleitorais, bem como de promessas de aplicação e intensificação de um padrão militarizado de intervenção na segurança pública.

Segundo um de nossos entrevistados, a implantação do destacamento policial no Roseiral provocou uma mudança no bairro, a instalação de “um outro sistema”. Neste novo sistema, “os moradores poderiam andar com segurança [pelas ruas] (...) porque geralmente tem polícia em todas as esquinas”. Mas, em contrapartida, mesmo com o controle do tráfico abalado, teria se imposto certa “lei do silêncio” sobre os moradores da comunidade, que estariam sendo coagidos a se calar sobre os abusos e crimes cometidos por policiais, como execuções, agressões e até a proibição de bailes funk. De acordo com este mesmo entrevistado, ainda que em diversos bairros vizinhos a violência persista como um problema, o Roseiral teria a sua imagem vendida como um “lugar de paz”, um cartão-postal que serviria à maximização do capital político dos responsáveis pela implementação do projeto.

Nessa intrincada teia de relações de poder, onde violência e recursos econômicos e políticos são mobilizados de forma a se potencializarem mutuamente, uma vez mais vemos a vida como um bem que pode ser negociado e o medo como um ativo que pode ser capitalizado a depender dos interesses envolvidos. Esses são mecanismos capazes de fazer com que sejam produzidas e reproduzidas carreiras de sucesso no contexto da Baixada Fluminense.

## NOTAS

66. Bourdieu (1983; 1989).
67. Inspirado por Antonio Gramsci — na série “Cadernos do Cárcere” (escrita entre 1926 e 1937) e em seus “Escritos Políticos” (os dois volumes escritos entre os anos de 1910 e 1926) — e sua percepção de que os estados europeus do entreguerras, pós-Revolução Russa, transitavam de um Estado-Força, de natureza autoritária, para um Estado Hegemônico, ou seja, lastreado na construção de estratégias de legitimidade junto à sociedade civil para governar com base numa “hegemonia”. Para Gramsci, a *hegemonia* pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a *hegemonia* tem a ver com entrechoques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política (De Moraes, 2010, p. 55). Essas alianças, no contexto brasileiro, se constroem com base em relações patrimonialistas, com toques da violência coronelista, na construção de uma *hegemonia* que utiliza a força e o medo como instrumentos da política, para minar a produção de uma sociedade civil e produzir reflexos eleitorais de base local, que se projetam em nível estadual e federal. Em segundo lugar, em sua dimensão estratégica, fazemos referência a Michel de Certeau (2001) e sua distinção entre “tática” e “estratégia”, sendo esta última um privilégio daqueles que adotam uma visão panorâmica do teatro de operações, que são os senhores dos recursos disponíveis e os dispõem no terreno de forma previsível.
68. As definições de raça utilizadas aqui foram baseadas na autodeclaração de entrevistados e entrevistadas durante as entrevistas.
69. Todos os entrevistados e entrevistadas se identificaram como homens e mulheres “cis”.
70. Brum (2016); Pires (2011; 2019); Nóbrega e Oliveira (2009); Santini, Albergaria e Santarém (2021).
71. No sentido de grupos familiares recorrentes, historicamente, no campo político brasileiro que conseguem firmar seu poder atravessando instituições do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. O domínio desses grupos de parentesco, de sangue ou por afinidade, ao mesmo tempo que é impulsionado pelas próprias transformações decorrentes da sociedade contemporânea, traz consigo resquícios de relações tradicionais de poder, assumindo feições de familismos e nepotismos, descumprindo, muitas vezes, os limites impostos pelo ordenamento jurídico formal (De Oliveira et al, 2017, p. 168).
72. Abrams (1988).
73. Weber (2004).
74. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/46104>. Acesso em: 28 de outubro de 2021.

75. POLÍCIA realiza operação contra desvio de verbas na Prefeitura de Belford Roxo. R7, 18 de outubro de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3o2uYZB>. Acesso em: 3 de junho de 2021.
76. PAIVA, Fabiana. Justiça determina que Martinazzo volte à Prefeitura de Seropédica. Extra, 20 de julho de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3o2uYZB>. Acesso em: 3 de junho de 2021.
77. PREFEITO de Seropédica, RJ é afastado do cargo pela segunda vez. G1, 24 de agosto de 2015. Disponível em: <https://glo.bo/3nHSKd3>. Acesso em: 5 de outubro de 2021.
78. Santos (2012).
79. E que poderiam ser sintetizadas no seguinte apontamento de Barreto (2004, p. 50): “A região tem como marca, desde o início de sua ocupação e administração, a constituição de um aparato repressivo ora vinculado ao Estado, ora privatizado por particulares — empresários, políticos, comerciantes etc. A violência advinda inicialmente das disputas pela terra — que vinha sempre acompanhada pelos jagunços e capatazes das fazendas — foi posteriormente marcada pela associação entre uma máquina política que se utilizava rotineiramente da coerção física e moral a quem a ela se opusesse e alguns grupos paramilitares que dominou, e de alguma forma ainda domina, o cenário local”.
80. Carvalho (1997).
81. Pires (2017a; 2017b). Para o autor, essa característica do sistema legal brasileiro envolve a institucionalização do preconceito dirigido às populações subalternas que, no contexto colonial brasileiro, se sedimentou na pretensa cientificidade do racismo que localizava no negro e nos mestiços o objeto de sua desconsideração. Para Pires, a maneira como o Estado busca administrar o cotidiano recorre à memória institucionalizada com que se protege o patrimônio pertencente aos grupos oligárquicos, em detrimento da vida e dos interesses de populações numerosas. Tal preconceito se cristaliza no persistente impedimento do acesso à propriedade, estabelecendo resistência à conformação de um mercado de bens imóveis que possibilite créditos mais duradouros, dentro de uma perspectiva liberal clássica. A desacreditação desses sujeitos se transmuta em descrédito de sua substância moral para participar plenamente da vida política civil. Consequentemente, se observa a ameaça permanente à integridade física dos estratos mais pobres, que ganha materialidade com o padrão de violência dirigido àqueles que vivem em condições de vida consideradas “precárias”.
82. Hirata, Pires e Maldonado (2020).
83. O que Michel Misse (2008; 2010) caracterizou como a busca de “mercadorias políticas” na barganha, por exemplo, do poder de polícia e da outorga estatal da violência em transações cotidianas que visam a obtenção de benefícios econômicos derivados da “aplicação da lei”, ou sua omissão.
84. De Lima (2001); DaMatta (1980); De Carvalho (2021).

85. A categoria “levar a bandeira do político” foi explorada por Albernaz (2018), em sua tese de doutorado, para o contexto do Morro do Palácio em Niterói, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.
86. Fenômeno amplamente relatado na literatura sobre o tema, como em Duarte e Cano (2012) e Alves (2008), dentre outras referências.
87. Dois livros são fundamentais para a tentativa de consolidação dessa narrativa triunfalista do Estado sobre o “poder paralelo” no período entre 2008 e 2017: “Liberdade para o Alemão: O Resgate de Canudos”, de Mário Sérgio Duarte (2012), e “Todo dia é segunda-feira”, de José Mariano Beltrame (2014). O primeiro, escrito pelo coronel do BOPE e comandante da PMERJ à época da operação no Complexo do Alemão e Vila Cruzeiro para a instalação da UPP do Alemão (Unidades de Polícia Pacificadora); o segundo, escrito pelo então secretário de Segurança, responsável pela política de pacificação de favelas no Rio de Janeiro.
88. “Excepcional” num sentido inspirado pelos trabalhos sobre biopolítica de Michel Foucault (1979, 1984, 2001, 2007) e pelas leituras de Giorgio Agamben (2014, 2020) sobre a existência de um “poder nu”, sem limites, que se exerce sobre corpos e territórios representados como estando fora dos limites da soberania, para além da cobertura da cidadania e do direito, em um regime de gestão de populações que inclui a “excepcionalidade” como regra e rotina burocrática. E ao poder do Estado soberano de “deixar morrer” soma-se, então, o de “fazer morrer”, como aponta Achille Mbembe para o caso Africano (2021).
89. Ver relatório de pesquisa organizada pelas equipes do Grupo de Estudos dos Novos llegalismos (GENI/UFF) e pelo Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ), “A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados”, de outubro de 2020. Disponível em: [https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-Parcial\\_A-expansao-das-milicias-no-Rio-de-Janeiro\\_FINAL.pdf](https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-Parcial_A-expansao-das-milicias-no-Rio-de-Janeiro_FINAL.pdf). Acesso em: 1º de novembro de 2021.
90. O Rio de Janeiro recebeu 17 das 44 GLOs realizadas entre os anos de 2010 e 2018, ano em foi decretada a intervenção federal na segurança pública, entre os meses de março e novembro. Para maiores informações sobre o período, ver relatório de pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) “A Intervenção Federal no Rio de Janeiro e as Organizações da Sociedade Civil” — Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8695-182358intervencaoafederalrio.pdf>. Acesso em 1º de novembro de 2021 —, bem como os relatórios elaborados pelo Observatório da Intervenção. Disponível em: <http://www.observatoriodaintervencao.com.br/>. Acesso em: 1º de novembro de 2021. Para o caso específico da ocupação do exército na Maré, ver relatório da organização Redes da Maré, “A Ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro: percepções de moradores sobre a ocupação das forças armadas na Maré”. Disponível em: [https://www.redesdamare.org.br/media/livros/Livro\\_Pesquisa\\_ExercitoMare\\_Maio2017.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/livros/Livro_Pesquisa_ExercitoMare_Maio2017.pdf). Acesso em: 1º de novembro de 2021.

- 91.** Exemplo disso foi a política do “tiro na cabecinha” de Witzel, responsável por elevar os índices de letalidade policial no Rio de Janeiro a patamares históricos. Mesmo durante a vigência da ADPF 635 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), que limita a realização de operações policiais em áreas de favelas durante a pandemia, os governos de Wilson Witzel e de seu sucessor, Cláudio Castro, continuaram a investir contra a vida da população que vive nessas áreas. O maior exemplo foi a operação realizada pela Polícia Civil no Jacarezinho, em maio de 2021, responsável por ceifar a vida de 28 pessoas, incluindo um policial civil. A operação “Exceptis”, que significa “exceção” em latim, é considerada a mais letal ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. Sobre a realização de operações policiais durante a vigência da ADPF 635, ver relatório do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF) “Operações policiais e violência letal no Rio de Janeiro: Os impactos da ADPF 635 na defesa da vida”, de março de 2021. Disponível em: [http://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/04/Relatorio-audiencia\\_balanco\\_final\\_22\\_03\\_2021-1.pdf](http://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/04/Relatorio-audiencia_balanco_final_22_03_2021-1.pdf). Acesso em: 1º de novembro de 2021. Sobre o episódio da operação Exceptis, que também ficou conhecido como “Chacina do Jacarezinho”, ver o informe final do relatório “Execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais na Favela do Jacarezinho, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil”, realizado pela Justiça Global. Disponível em: [http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Informe-Chacina-Jacarezinho\\_final.pdf](http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Informe-Chacina-Jacarezinho_final.pdf). Acesso em: 1º de novembro de 2021.
- 92.** Durante a cerimônia de encerramento dos dez meses de vigência da intervenção federal, o general Braga Neto anunciou uma redução de 13,6% dos homicídios dolosos, de 34% do crime de latrocínio, e 19% de roubos em geral. Já o número de mortes em confronto com a polícia apresentou um aumento expressivo de 40%.  
INTERVENÇÃO FEDERAL na segurança pública do Rio chega ao fim após dez meses. G1, 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3nHSKd3>. Acesso em: 1º de novembro de 2021.
- 93.** Exercícios econométricos elaborados por Monteiro e Fagundes (2019) que utilizam uma série de dados longa, cobrindo desde janeiro de 2003 a julho de 2019, corroboram que, historicamente, o aumento de mortes por agentes do Estado não está associado a uma redução subsequente de homicídios dolosos no Rio de Janeiro. O mesmo tipo de exercício também indica que o aumento da letalidade policial não está relacionado à redução de crimes patrimoniais, sejam eles roubos de veículos, roubos de rua ou roubos de carga. Estas análises sugerem, portanto, que o aumento do uso da força pela polícia não está associado a um menor índice de crimes contra o patrimônio e contra a vida no estado. Sobre esse debate, ver também Hirata et al (2020).
- 94.** Alves (2003).
- 95.** Albernaz (2018, 2020).

96. PM começa ocupação na comunidade do Roseiral para implantação do destacamento com 125 policiais. Notícias Belford Roxo, 11 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3q0yzK3>. Acesso em: 1º de novembro de 2021.
97. 100 DIAS DE OPERAÇÕES POLICIAIS EM BELFORD ROXO. IDMJR Racial, 21 de abril de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3pVIMsl>. Acesso em: 1º de novembro de 2021.
98. MENINOS DE BELFORD Roxo: a cronologia do caso das crianças sumidas há quase 9 meses. G1, 11 de setembro de 2021. Disponível em: <https://glo.bo/3BDqBbU>. Acesso em: 1º de novembro de 2021.
99. Alves (2021).
100. Sobre essa discussão, é possível apropriar o núcleo das análises sobre militarização do cotidiano, muito explorado a partir das análises sobre UPP. Salvaguardadas as particularidades entre os distintos territórios e programas policiais, o néctar da análise sobre gestão policial dos conflitos sociais pode ser explorado no contexto em questão. Ver, por exemplo, Brito e Oliveira (2003) e Vieira (2016).



**POLÍTICAS  
DA VIOLÊNCIA:  
AÇÃO POLÍTICA E  
PODER DE MATAR**

*Etimologicamente, “violência” vem do latim vis, força, e significa: 1. tudo o que age contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2. todo ato de força para ir contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3. todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4. todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito (é espoliar ou a injustiça deliberada); 5. conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência é a presença da ferocidade nas relações com o outro enquanto outro ou por ser um outro, sua manifestação mais evidente se encontra na prática do genocídio e na do apartheid. É o oposto da coragem e da valentia porque é o exercício da crueldade.*

[ “SOBRE A VIOLÊNCIA”, **MARILENA CHAUI** ]

PELO QUE DESCREVEMOS ATÉ AQUI sobre as relações entre política e violência na Baixada Fluminense, é possível indicar que os assassinatos de atores políticos consistem na manifestação mais contundente de uma cadeia de relações que tem o poder de matar como uma de suas fontes. Em um estudo anterior<sup>101</sup>, indicamos que uma das chaves para se compreender a política na Baixada é a observação da existência do que chamamos de *clientelismo homicida*, ou seja, “uma forma de controle territorial que visa produzir uma rede de favores privados para a apropriação da coisa pública, mas que tem o assassinato como o seu recurso primário e imediato de poder”<sup>102</sup>.

O poder de matar engendra, assim, uma série de relações que organiza mercados criminosos, eleitorais e políticos<sup>103</sup>. O poder de matar é a credencial de base para o ingresso e a participação nesses mercados. Existe um processo de conversão do poder de matar em poder local. Quem dispõe das armas ou do capital para contratar quem as possui, pode traçar fronteiras que definem seus domínios de mercados econômicos e políticos. As disputas entre e intra

elites políticas na Baixada que produzem a maioria das mortes aqui analisadas são o retrato do topo de uma economia política da morte matada. Se as elites políticas lançam mão do poder armado para organizar suas disputas é porque também exercem cotidianamente e em maior escala este poder na conquista dos mercados econômicos e políticos que gerem.

O exercício do poder de matar como instrumento do poder econômico e do poder político é um fator que explica, portanto, a lógica dos homicídios e dos desaparecimentos forçados de pessoas negras, jovens e periféricas na Baixada. Essas mortes são funcionais para a acumulação do capital político e econômico pelos grupos hegemônicos<sup>104</sup>. O que ouvimos de um dos interlocutores que entrevistamos é que a aliança entre os mercados criminosos e políticos na Baixada se exerce de modo intenso, numa relação entre siameses: onde há crime, há política. Esta pessoa que entrevistamos nos disse que é possível que não se saiba exatamente qual grupo criminoso domina determinado território na Baixada, mas o que é plenamente conhecido é que sempre haverá algum político a quem todas as forças locais precisam prestar contas.

A morte matada é, portanto, um elemento que sustenta capitais econômicos e políticos. É possível, assim, delinear um fio no qual o cotidiano dos homicídios na Baixada Fluminense está conectado a traços de permanência do coronelismo<sup>105</sup>, que, por sua vez, representou a constância de elementos do colonialismo na formação republicana brasileira. Este fio explica o exercício do poder de matar como um instrumento de poder de elites brancas e patriarcais na Baixada. O que ficou evidente no perfil das mortes de atores das elites políticas que descrevemos no primeiro capítulo.

Em sistemas políticos que são fruto da construção de arranjos sociais hierárquicos e desiguais, é fundamental que as práticas políticas e seus horizontes sejam pensados considerando a violência como um fenômeno da ordem. É comum que analistas políticos e jornalistas ao comentar a violência urbana no Brasil a descrevam como uma manifestação do desvio, de forças estranhas à ordem, da barbárie ou da irracionalidade. O problema dessas perspectivas é que elas tomam como parâmetro da ordem o monopólio do uso legítimo da força, a racionalidade e a responsabilidade do Estado de direito. Deixam, por isso, de enxergar o quanto os fenômenos violentos e a criminalidade podem possuir relações de solidariedade e cooperação com o poder — muitas vezes sendo exercidos oficialmente pelo próprio Estado que usa e abusa do uso ilegal da força — e podem ser exercidos em nome da ordem e de seus grupos

dominantes. Ao descreverem, dessa forma, a violência e o crime exclusivamente como desviantes, deixam de focar as racionalidades e as lógicas de mercados econômicos e políticos que estão a eles vinculados.

Quando lidamos com a violência letal, é preciso que tentemos um passo além de colecionar estatísticas e apontar o quanto expandem seus patamares e aprofundam a brutalidade na direção dos perfis prioritariamente atingidos: negros, mulheres, pessoas periféricas, povos originários e tradicionais e pessoas LGBTQIA+. É importante que busquemos não apenas mapear o horror, mas também desvelar a ordem que dele se alimenta. Sem isso, enquanto o sangue escorre nas ruas, há nos salões e gabinetes os que erguem as bandeiras da moralidade, da família e dos cidadãos de bem e fazem crer que nada têm a ver com isso.

A violência para os horizontes da política que se faz para o bem público e o bem-estar possui, como indica Hannah Arendt (2008), um caráter corrosivo. Mas não podemos perder de vista que, enquanto estes horizontes não se realizam, há modos políticos que reproduzem relações de poder baseadas na violência como força positiva, ou seja, que pode ser intercambiada em poder econômico e poder político. Estar atentos para o modo pelo qual a violência e, especificamente, o poder de matar constituem modos de organização da vida pública e estabelecem efeitos para a construção de moralidades, padrões sociais e institucionalidades, é uma tarefa prioritária se quisermos evitar uma interpretação insuficiente dos papéis desempenhados pela violência na política<sup>106</sup>.

Nos casos que analisamos e nas entrevistas que realizamos, há diversos quadros nos quais a violência opera como um modulador da ação política. Desde execuções decorrentes de disputas por mercados ou em retaliação por descumprimento ou rompimento de acordos políticos, até tomadas de decisão que se baseiam nas expectativas provocadas pelo medo de morrer ou sofrer uma agressão, a violência penetra no cotidiano da política.

## ZONAS DE FRONTEIRA

“Qualquer 50 votos retirado do pessoal, você vai incomodar”. Foi assim que uma candidata à câmara municipal de um município da Baixada que entrevistamos disse ter sido advertida por um familiar quando pensou em se candidatar. A preocupação prioritária de seu parente não era com a agenda, as propostas, os horizontes políticos que ela trazia em sua candidatura, mas com a possibilidade dela “incomodar” o “pessoal” caso realmente tivesse chances de se eleger, retirando os “50 votos” de alguém.

Quando entrevistamos pessoas que haviam sido candidatos e candidatas a cargos eletivos nas municipalidades da Baixada, procuramos apurar quais seriam os fatores decisivos para que estes atores políticos se sentissem em risco ou efetivamente sofressem ameaças e agressões concretas. O que obtivemos de nossos interlocutores a este respeito foi a percepção de que por mais contra-hegemônica que uma candidatura fosse, havia a preocupação e o medo, mas estes só se tornavam mais palpáveis e agudos, em vista das chances concretas de disputar votos.

Todos os atores políticos que entrevistamos narraram táticas e preocupações sobre como, quando e onde circular em campanha eleitoral. Uma das entrevistadas disse sobre isso: “Não precisa ter placa de proibição. Você sabe onde não pode entrar.” Alguns relataram que não faziam campanha em seus bairros de residência, outros que só iam a determinados lugares acompanhados de moradores, ou só iam para as casas de pessoas conhecidas, sem circular nas ruas em campanha. Não publicar nada nas redes sociais antecipadamente ou quando estivessem nos locais, avisar pares e correligionários sobre seus trajetos e não mostrar material de campanha em determinadas áreas foram outras precauções que nossos interlocutores relataram. Mas o medo e as preocupações só foram descritos como mais agudos, ou narrados diante de situações concretas de ameaças ou agressões, quando estes relatam chances reais de eleições. Os tais “50 votos retirados do pessoal” parecem ser o fator decisivo para que candidatos e candidatas entrem no radar do poder de matar. Foi recorrente entre nossos interlocutores dois cenários: ou descrevem circunstâncias de ameaças ou agressões sofridas, por parte de campanhas que “incomodaram”; ou falam de certa percepção de estarem fora de risco, tendo em vista suas chances diminutas de eleição, para as campanhas que “não incomodaram”. A este respeito, um dos relatos que obtivemos nas entrevistas conta

uma situação na qual um político da Baixada teria zombado de um adversário político que o teria denunciado por atividades criminosas associadas à milícia, dizendo que não havia por que se preocupar, já que o denunciante só tinha recebido uma pequena quantidade de votos nas eleições.

Essa zona de fronteira do risco de morte que separa quem “incomoda” de quem “não incomoda” expressa com precisão a presença do poder de matar como instrumento organizador dos mercados eleitorais pelos grupos hegemônicos. Cruzar a linha das chances reais de disputa eleitoral teria como consequência estar sujeito ao risco de morte. Ouvimos, repetidamente, em nossas entrevistas discursos que manifestavam um alívio por não ganhar a eleição, porque vencer poderia significar não estar vivo. A violência<sup>107</sup> atravessa a política e promove certo sequestro das estruturas institucionais, formalmente estabelecidas de acordo com parâmetros jurídicos e políticos democráticos, mas manejadas concretamente pelo uso da força.

Uma das entrevistadas nos relatou que desistiu de concorrer ao cargo de vereadora em sua cidade justamente porque tinha boas chances de receber uma boa votação. Outros relatos que coletamos dão conta de situações de atores políticos que preferiram se candidatar a cargos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro ou a cargos federais porque assim não comprometeriam o mercado eleitoral local e estariam mais seguros. Mesmo antes da perpetração de ameaças, intimidações, agressões, atentados, ou execuções, o desempenho latente da violência define rumos de ação política. A decisão de se candidatar, a escolha do cargo, os modos de atuação na campanha, as redes de apoio político... tudo está submetido a diversos interditos impostos pelo risco potencial de ser vítima fatal do exercício do poder por aqueles que possuem as armas ou podem contratar para matar em seus nomes.

## OPERAÇÕES POLÍTICAS

Como vimos na parte inicial deste trabalho, o expediente mais visível e extremo dos usos políticos da violência consiste nas execuções que visam eliminar adversários políticos ou punir aliados que romperam acordos. As execuções em abordagens em locais que as vítimas frequentam em seu dia a dia — muitas vezes, à luz do dia —, é um *modus operandi* recorrente. Em alguns casos, há um histórico mais visível de conflitos, disputas, tensões e acusações mútuas.

Em outros, encontramos apenas a execução do ator político — muitas vezes, com grande quantidade de disparos de arma de fogo.

Há dois eixos distintos nas vinculações entre o exercício do poder de matar e a atuação política:

- grupos que exercem o poder de matar e buscam convertê-lo em capital político e econômico;
- grupos que possuem capital econômico e político e contratam matadores, capangas, grupos de extermínio, traficantes ou milicianos para que o poder de matar seja uma ferramenta de estabilização e reprodução de seus domínios políticos e empresariais.

É possível descrever, ainda, dois eixos que distinguem as inserções locais de grupos em disputa:

- grupos tradicionais que são formados por verdadeiras dinastias políticas — estes, em geral, não exercem diretamente o poder de matar e atuam através da contratação daqueles que o exercem cotidianamente;
- grupos emergentes que, muitas vezes, estão em processo recente ou em curso de conversão do poder de matar em poder político.

As lógicas de operação das redes criminosas na Baixada estão em intensa articulação com os processos de construção de mercados políticos e com as tensões, interesses, disputas, conflitos e negociações que estão atravessados por esses eixos de atuação das elites políticas.

Esse mesmo poder que constrange adversários e elimina a concorrência também é utilizado para promover seus candidatos. Ouvimos de nossos interlocutores diversos casos de uso ostensivo da força em situações de campanha por parte de grupos que dominam determinadas áreas. Enquanto algumas candidaturas são eliminadas ou estrangidas, outras são compulsoriamente promovidas. Um dos relatos narra uma situação na qual uma pessoa com certa popularidade por suas atividades no bairro teria sido estrangida a sair como candidata para garantir os votos de legenda para o candidato a prefeito naquela localidade. Outra estratégia que nos foi narrada é a promoção de candidaturas de fachada, articuladas por determinados candidatos, só para dividir votos e esvaziar campanhas de adversários. No pano de fundo dessas negociações está sempre presente a impossibilidade de negar estes “convites” e “convocações”, sob o risco de sofrer retaliações violentas. Em geral, os personagens que promovem estes quadros narrados por nossos entrevistados são políticos

que possuem notória fama de desempenharem o poder de matar como aspecto de base de suas atuações políticas.

Além da eliminação de candidatos e da promoção de candidaturas forçadas, o poder das armas pretende exercer controle sobre o voto. Uma das pessoas que entrevistamos contou ter visto cabos eleitorais armados em campanha nas ruas de seu município. Há outros relatos de homens com sacos de dinheiro comprando votos em dias de eleições e políticos que possuem relações criminosas promovendo, ilegalmente, churrascos e festas em localidades próximas a zonas eleitorais. Pode parecer que estas duas estratégias sejam apenas expressão do abuso do poder econômico ou do exercício de crimes eleitorais por meios não violentos. Mas não é disso que se trata, porque o elemento de base que permite o cometimento de crimes eleitorais à luz do dia é o acesso às armas. Só os candidatos que controlam pela força determinadas áreas podem desempenhar a compra ostensiva de votos. Esta também é a condição de base para o controle de ferramentas mais sofisticadas de compra de voto que passam pelo controle de serviços e equipamentos públicos. Uma das candidatas que entrevistamos conta que em seu município a gestão de muitos equipamentos públicos é controlada por chefes políticos. Eles negociam, assim, atendimento médico por voto. Esta entrevistada nos contou que uma pessoa de seu convívio havia dito que não votaria nela porque precisava votar no candidato que havia “arranjado” um procedimento médico para ela em um equipamento de saúde da cidade.

Os relatos dos nossos interlocutores descrevem, ainda, situações nas quais as ameaças são apresentadas sem a presença explícita de armas. Uma candidata nos contou que durante sua campanha percebeu um carro desconhecido que ficava estacionado sempre próximo de sua casa. Outra nos narrou uma situação semelhante, mas na qual o veículo estacionava em frente a um estabelecimento que ela costumava frequentar. Houve, também, o relato de que o carro de som do candidato adversário sempre aumentava o som quando passava em frente a um local onde ela estava.

Outros casos mostram manifestações mais contundentes de ameaças contra atores da política, mas com a exibição de armas. Alguns candidatos e atores políticos que entrevistamos relataram ter sido ameaçados abertamente por pessoas armadas. Essas abordagens ocorreram nas ruas ou mesmo em situações com invasões de domicílios ou espaços de trabalho. Uma das entrevistadas contou que foi intimidada em campanha por um candidato que panfletava próximo a ela vestindo uma camisa com uma arma estampada.

As afinidades entre o desempenho de atividades criminais e o acesso ao poder político na Baixada também se expressam pelo fato de que algumas forças políticas, por vezes, conforme aparece em algumas entrevistas, lançam mão do expediente de acusarem seus adversários de desempenharem as práticas por elas mesmas praticadas. Um ator do sistema de justiça que entrevistamos nos relatou que ocorre de políticos de campos opostos se acusarem mutuamente de serem milicianos. Ele nos relatou, inclusive, que algumas vezes as denúncias mais robustas e bem documentadas emanam desses processos. Em outra situação que nos foi relatada, associados de um candidato que praticava compra de votos em determinada área ventilaram o boato de que era uma pessoa associada a outro candidato que estaria desempenhando este tipo de prática. Este boato compôs um amplo repertório de ameaças e intimidações sofridas por esta pessoa.

Apesar do caráter cotidiano das relações entre violência e política na Baixada (ou, talvez, justamente por isso), são rarefeitos os horizontes para sua contenção, investigação e responsabilização. Os atores do sistema de justiça que entrevistamos apontam poucas saídas e parecem desguarnecidos de estruturas para lidar com o problema. Uma das pessoas que entrevistamos nesse campo contou que os processos judiciais que envolvem políticos como vítimas ou autores de atos criminais são precariamente documentados, ao ponto de sequer ser possível identificar pela documentação que há uma circunstância política implicada. Muitas vezes, caso o agente da justiça não conheça o cotidiano político da região e seus personagens, só tem como saber que se trata de uma vítima ou de um agressor com perfil político nas etapas mais avançadas de instrução do processo. No caso das vítimas de homicídios, este relato (somado às declarações que as polícias costumam dar à imprensa sobre os casos<sup>108</sup>) sugere que, a despeito da recorrência das mortes de políticos na Baixada, as investigações policiais produzem pouco material sobre a natureza política das circunstâncias, motivações e autorias dos casos.

Considerando a profusão de execuções de políticos na Baixada, em articulação com as percepções de nossos entrevistados sobre a política na região, aprofundamos a compreensão sobre os processos e as dinâmicas que ocasionaram estas mortes. Esta perspectiva de análise reitera, portanto, a importância da análise social da questão para além dos parâmetros da criminologia, da investigação policial, da atuação jurídica e da cobertura jornalística.

## NOTAS

- 101.** Rodrigues et. al. (2018).
- 102.** Ibid., p. 14.
- 103.** Dialogamos aqui com a noção de “mercadorias políticas” definida por Misse (2011, p. 23).
- 104.** A análise desenvolvida pelos trabalhos seminais de Alves (2003), Beloch (1986) e Monteiro (2007) demonstra por caminhos diversos o modo pelo qual a violência é um fator que sustenta padrões autoritários de poder por parte das elites políticas na Baixada. Monteiro, entretanto, registra a existência histórica de estratégias de construção de cidadania por parte das classes proletárias da Baixada. Este trabalho não pretende ignorar ou ocultar o rico terreno das lutas populares na Baixada, mas nossa expectativa é oferecer um retrato da atuação das elites políticas na região.
- 105.** Leal (1976).
- 106.** Para uma abordagem sobre os papéis sociais do fazer morrer, ver o estudo de Thomas (1983).
- 107.** Como já deve ter ficado explícito a este ponto, existem diversas camadas da violência política no contexto que estudamos. As desigualdades de acesso a recursos para disputas eleitorais, a exclusão de mulheres, negros e pessoas LGBTQIA+ e as múltiplas violências simbólicas contra grupos periféricos ou contra-hegemônicos estão em cena. Neste trabalho, nosso enfoque é, contudo, o poder das armas, o poder de matar.
- 108.** Rodrigues et. al. (2018, p. 85).

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Se é assim, é também mais ou menos óbvio que, entre os dominados, só os tolos se comprometem com a “ordem” que os subjuga. Aos lúcidos, como sugeriu um pensador do século passado, tudo seria permitido.*

[ “A CORRENTE DO ESFORÇO HUMANO”, **RADUAN NASSAR** ]

ESTE ESTUDO PROCUROU ANALISAR UM TEMA ÁRIDO, complexo e doloroso. Lidamos com um material de campo sensível e explosivo. A cada caso que procurávamos analisar, vários nomes emergiam, diversos laços políticos se delineavam. Muitas acusações, especulações, pouca investigação policial e responsabilização dos autores. A cada entrevista realizada, uma profusão de delicadezas, riscos, preocupações em não expor nossos interlocutores. A escrita, portanto, deste estudo demandou um árduo trabalho de reflexão coletiva.

Esperamos que os resultados e as análises aqui apresentados tenham servido para oferecer contribuições mínimas para a reflexão de um fenômeno de longa duração que já possui longa trajetória de análises e debates em trabalhos com os quais procuramos dialogar. Acreditamos, contudo, ter atingido pelo menos uma entrega satisfatória: a proposta de não apenas dimensionar a magnitude da incidência da violência letal contra atores políticos na Baixada Fluminense, mas também apurar o modo pelo qual esta violência opera como instrumento da política.

Partimos da descrição dos casos que levantamos. A partir dessa perspectiva, identificamos que não apenas o fenômeno do assassinato de políticos na Baixada é brutalmente recorrente, como está a serviço dos modos violentos de conquista e reprodução de poder de setores das elites políticas na região. Mostramos, além disso, que o poder de matar se converte em capital político e

financeiro e que há uma zona de confluência entre negócios criminosos, elites empresariais e mercados eleitorais. Já neste primeiro momento, descrevemos algo que atravessou as análises de todas as etapas da pesquisa: o vínculo entre poder de matar e política é uma ferramenta de um poder patriarcal e branco, que violenta e veta da participação política, de modo mais intenso, mulheres negras. Vimos, ainda, nos casos que analisamos, que o poder de matar é um ativo de alto valor para mercados criminosos e políticos.

Em seguida, analisamos o modo pelo qual a violência apresenta suas armas não somente na consumação das mortes, mas na afirmação ideológica e estética que considera o poder de matar como um valor positivo, associado ao bem — à “gente de bem” —, à ordem e a uma moralidade conservadora. Mostramos, portanto, em que medida a articulação entre violência e política é um fenômeno que extrapola as fronteiras da Baixada e é relativo ao que chamamos de ideologia miliciana. O poder de matar não é somente um instrumento de poder local, mas uma bandeira ideológica de grande impacto na política nacional. A grande presença de candidaturas associadas ao tema da segurança pública é, assim, um indicador da força dessa ideologia na Baixada. Mais uma vez, os aspectos simbólicos e estéticos da afirmação dessas bandeiras se assinalam pela semântica de uma masculinidade violenta. As forças policiais e as guardas municipais se convertem em esferas de produção de quadros e em palanques eleitorais.

Analisamos, também, a partir das entrevistas que realizamos, em diálogo com o material documental que reunimos nos casos de vítimas de violência letal contra atores políticos, como operam setores das elites políticas na Baixada: seus modos de disputa, suas forças de afirmação e reprodução do poder local e, principalmente, a maneira pela qual o poder de matar lhes é instrumental. Estas análises se articularam em torno das noções de *políticas de território* e *clientelismo homicida*.

Esperamos, além disso, ter mostrado que os assassinatos contra atores da política na Baixada Fluminense são o topo de uma cadeia violenta que organiza uma verdadeira economia política da morte matada. A violência que se exerce, portanto, entre e intra elites políticas é expressão do modo violento pelo qual estas forças administram seus poderes locais. Esta, talvez, seja a perspectiva adequada para se buscar uma compreensão mais profunda da brutalidade que se exerce contra baixadenses moradores de áreas pobres, em sua maioria negros e negras. É na esteira dessa brutalidade que são contadas

as muitas chacinas, a atuação de grupos de extermínio e das complexas redes criminosas que agora se atualizam e metamorfoseiam no espectro das milícias, produtos da violência policial e do Estado. Nas atualizações das formas de matar desses mercados criminosos e eleitorais, como nos mostraram alguns de nossos entrevistados, o desaparecimento forçado tem emergido como uma forma recorrente de fazer morrer. Esta é uma história da afirmação do poder de matar como ferramenta e fundamento do poder político e do poder econômico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the state. *Journal of Historical Sociology*, v. 1, n. 1, 1988, p. 58–89.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção e genealogia do poder. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.108, 2014, p. 21-40.

\_\_\_\_\_. *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford University Press, 2020.

ALBERNAZ, Elizabete. *Palácios sem reis, democracias sem cidadãos: política, cotidiano e a formação de mercados da exclusão em dois contextos do “sul-global”*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF). Niterói, 2018.

\_\_\_\_\_. Economias-Políticas Marginais: Produtividade Policial, Vizinhos Radicais e a (Re) Produção Cotidiana das Desigualdades em uma Favela de Niterói-RJ. *Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 50, 2020.

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio; Uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH; CLIO, 2003.

\_\_\_\_\_. Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL (org.). *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008, p. 33-36.

\_\_\_\_\_. Morte de Ecko fortalece a expansão política miliciana. *Folha de S. Paulo*, 25 de junho de 2021. Disponível em: <https://facesdaviolencia.blogfolha.uol.com.br/2021/06/25/morte-de-ecko-fortalece-a-expansao-politica-miliciana/>. Acesso em: 1º de novembro de 2021.

ARENDT, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo; ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Contos completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 89-94.

\_\_\_\_\_. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 59-73.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha. *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRUM, Jean Lucas da Silva. *Nos Trens da Central: o caminho enquanto lugar*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

CANO, Ignacio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser, 1997.

\_\_\_\_\_; DUARTE, Thais. No sapatinho; A evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]. Rio de Janeiro: LAV-Uerj; Fundação Heinrich Böll, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, n. 40, v. 2, 1997.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHAUÍ, Marilena. O mito da não violência brasileira. In: CHAUÍ, Marilena. *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DAMATTA, Roberto. Você Sabe Com Quem Está Falando? Um Ensaio sobre a Distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil. In: *Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 139-193.

DEL RÍO, Andrés; RODRIGUES, André. *O pior de nós: Reflexões sobre política, militares, direitas e pandemia nos dois primeiros anos do bolsonarismo no poder*. Curitiba: CRV, 2021.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2008 (originalmente publicado em 1958).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução: Maria Theresa da Costa Albuquerque; J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Territory, Security, Population: Lectures at the Collège De France 1977–1978*. Tradução: Graham Burchell. Londres: Palgrave Macmillan, 2007.

GRAEFF, Beatriz; SOUTO, Carolina; ANGELI, Felipe. *Policialismo: Novo fenômeno político brasileiro?*. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Decreto nº 21.753*, de 8 de novembro de 1995.

HIRATA, Daniel et al. Operações policiais e ocorrências criminais: por um debate público qualificado. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Reflexões na Pandemia (seção excepcional), 2020, p. 1-19.

LAURIS, Élida; HASHIZUME, Maurício. *Violência política e eleitoral no Brasil: Panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020*. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LIMA, Roberto Kant de. Administração de conflitos, espaço público e cidadania: uma perspectiva comparada. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v.1, n. 2, 2001, p. 11-16.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2021

MISSE, Michel. *Malandros, Marginais e Vagabundos & A Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Sociologia no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 8, n. 3, 2008, p. 371–385.

\_\_\_\_\_. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. *Revista Anuário Antropológico*. Dossiê Segurança Pública, 2010.

\_\_\_\_\_. Crime comum e crime organizado no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 40, outubro de 2011, p. 13-25.

MONTEIRO, Linderval Augusto. *Retratos em movimento: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense*. Tese de Doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MONTEIRO, Joana; FAGUNDES, Eduardo; GUERRA, Júlia. Letalidade policial e criminalidade violenta. *Revista de Administração Pública* n. 54, 2020, p. 1772-1783.

MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. São Paulo: Abril, 1973.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, v. 4, n. 1, 2010, p. 54.

NÓBREGA, Nelson; OLIVEIRA, Márcio Piñon. *150 anos de Subúrbio Carioca*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina; EDUFF, 2009, p. 240.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de et al. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 5, n. 11, 2017, p. 165-198.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº 13.964*, de 24 de dezembro de 2019.

PIRES, Lenin. *Esculhamba, mas não esculacha! Uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil* [online]. Niterói: EDUFF, 2011.

\_\_\_\_\_. Precários e perigosos: possíveis relações entre formalidade e informalidade em processos de administração de conflitos no Rio de Janeiro. In: GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano (eds.). *Disputas em torno do espaço urbano: processos de [re] produção/construção e apropriação da cidade*. Salvador: EDUFBA, 2017a.

\_\_\_\_\_. Limites e Desafios de um mundo sob o signo da precariedade. *Antropolítica* [online], n. 43, 2017b, p. 283–293. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2017.0i43.a41770>. Acesso em: 31 de agosto de 2021.

\_\_\_\_\_. Transportes públicos, cidadania e política: Grandes eventos e “globalização” no Rio de Janeiro. *Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 8, n. 3, 2019, p. 11–28.

\_\_\_\_\_; HIRATA, Daniel Veloso; MALDONADO, Salvador Aranda. Mercados populares, ilegalismos e suas regulações pela violência. *Antropolítica* [online], n. 50, 2020.

RODRIGUES, André et al. *Homicídios na Baixada Fluminense: Estado, mercado, criminalidade e poder*. Rio de Janeiro: ISER, 2018.

ROMÁN, Luis Manuel Díaz. La violencia en Colombia y México. Vínculos con los sistemas políticos. *Revista Universidad y Sociedad*, v. 12, n. 6, 2020.

SANTINI, Daniel; ALBERGARIA, Rafaela; SANTARÉM, Paíque Duques (orgs.) *Mobilidade Antirracista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

SAWARD, Michael. *The Representative Claim*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. Rio de Janeiro, 1993: a tríplice ferida simbólica e a desordem como espetáculo. In: SOARES, Luiz Eduardo et. al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER; Relume Dumará, 1996.

THOMAS, Louis-Vincent. *Antropología de la muerte*. Ciudad de México: FCE, 1983.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

VIEIRA, Rafael Barros. Sobre o regime empresarial-militar de ocupação das favelas do Rio de Janeiro: Uma análise (crítica) das UPPs. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 15, 2016, p. 284-339.

## NOTÍCIAS DE JORNAIS E OUTROS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO

“BONDE do Tanderá” aterroriza moradores da Baixada Fluminense. *R7*, 5 de julho de 2019. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/cidade-alerta-rj/videos/bonde-do-tandera-terroriza-moradores-da-baixada-fluminense-18022020>. Acesso em: 21 de julho de 2021; 03 de junho de 2021.

100 DIAS DE OPERAÇÕES POLICIAIS EM BELFORD ROXO. *DM Racial*, 21 de abril de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3pVIMsl>. Acesso em: 1º de novembro de 2021; 30 de setembro de 2021.

APURAÇÃO – Duque de Caxias (RJ). *Folha Online*, 4 de outubro de 2004. Disponível em: <http://eleicoes.folha.uol.com.br/folha/especial/2004/eleicoes/58335v-2.html>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

AQUINO, Rai. Quem matou Paulinho P-9?. *Meia Hora*, 21 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/amp/geral/policia/2019/05/5644920-quem-matou-paulinho-p-9.html>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

ARAÚJO, Vera. Candidato ameaçado de morte só anda de carro blindado em Seropédica. *O Globo*, 28 de outubro de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/candidato-ameacado-de-morte-so-anda-de-carro-blindado-em-seropedica-20191336>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

ARAÚJO, Vera; OTÁVIO, Chico. Rio tem 300 currais eleitorais do tráfico ou milícia. *O Globo*, 9 de setembro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/rio-tem-300-currais-eleitorais-do-trafico-ou-milicia-23052750>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

AREIAS, Karilayn. Homem é morto a tiros em bar em Seropédica. *O Dia*, 13 de outubro de 2017. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-10-13/homem-e-morto-a-tiros-em-bar-em-seropedica.html>. Acesso em: 17 de junho de 2021.

ASCOM. SEPOL realiza operação para desarticular quadrilha comandada por deputado estadual. *Polícia Civil*, 21 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.policiacivilrj.net.br/noticias.php?id=4216>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

ATIVISTA político morto em Seropédica também denunciava milicianos. *G1*, 12 de novembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/12/ativista-politico-morto-em-seropedica-tambem-denunciava-milicianos.ghtml>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

BARREIRA, Gabriel. Morte de pré-candidata no Rio pode ter sido execução, diz polícia. *G1*, 13 de julho de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/morte-de-pre-candidata-do-rj-pode-ter-sido-execucao-diz-policia.html>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

BERNARDES, Luanna. Polícia faz operação contra deputado. *Band News*, Brasil. 21 de maio de 2019. Disponível em: <https://bandnewsfmrio.com.br/editorias-detalhes/policia-faz-operacao-contra-deputado>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

BOLSONARO FAZ GESTO DE ARMA EM MÃO DE CRIANÇA. *Uol*, 23 de julho de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3buLnjk>. Acesso em: 3 de junho de 2021.

BORGES TEIXEIRA, Lucas. Em debate, Doria promove Rota e é comparado a Paulo Maluf nas redes sociais. *Uol*, 16 de agosto de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3BrJKxn>. Acesso em: 7 de junho de 2021.

CAMILO, Sarah. Ex-Prefeito é assassinado em Nilópolis. *Nilópolis Online*, 18 de agosto de 2016. Disponível em: <https://nilopolisonline.com.br/2016/08/18/ex-prefeito-e-assassinado-em-nilopolis/>. Acesso em: 9 de junho de 2021.

CANDIDATO a vereador é morto a tiros em bar em Nova Iguaçu. *Extra*, 11 de outubro de 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/candidato-vereador-morto-tiros-em-bar-de-nova-iguacu-24687804.html>. Acesso em: 1º de julho de 2021.

CANDIDATO a vereador é assassinado na Baixada Fluminense. *R7*, 2 de outubro de 2020. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/balanco-geral-manha-rj/videos/candidato-a-vereador-e-assassinado-na-baixada-fluminense-02102020>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

CARDOSO, Lucas; DOSSARES, Thuany. PF diz que esquema de desvios na Saúde em Magé existia desde 2016. *O Dia*, 24 de setembro de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/09/5994680-pf-diz-que-esquema-de-desvios-no-sus-em-mage-existia-desde-2016.html>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

CHEFE de milícia alugou mansão para se refugiar da polícia. *Terra*, 29 de agosto de 2009. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/chefe-de-milicia-alugou-mansao-para-se-refugiar-da-policia,b05e6ce675e4b310Vq-nCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 24 de junho de 2021.

COELHO, Henrique. Polícia investiga motivação política em morte de cabo eleitoral da família Cozzolino em 2020. *G1*, 27 de agosto de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/27/policia-faz-operacao-em-investigacao-sobre-morte-de-cabo-eleitoral-da-familia-cozzolino-em-2020.ghtml>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

COELHO, Henrique. Polícia prende homem que confessou assassinato de pré-candidata a vereadora em Magé, RJ. *G1*, 6 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/06/policia-prende-homem-que-confessou-assassinato-de-pre-candidata-a-vereadora-em-mage-rj.ghtml>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

COELHO, Henrique. Portal dos Procurados divulga cartaz pedindo informações sobre candidato a vereador morto a tiros no RJ. *G1*, 11 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/11/portal-dos-procurados-divulga-cartaz-pedindo-informacoes-sobre-morte-de-candidato-a-vereador-morto-a-tiros-no-rj.ghtml>. Acesso em: 1º de julho de 2021.

COMITÊ da ONU desaprova o uso de crianças fardadas em eventos políticos de Bolsonaro e pede para que presidente seja punido. *G1*, 5 de outubro de 2021. Disponível em: <https://glo.bo/2Y0xzKj>. Acesso em: 5 de outubro de 2021.

DE injustiçado a inocentado. *Hora H*, 17 de agosto de 2017. Disponível em: <https://jornalhorah.com.br/de-injustificado-a-inocentado>. Acesso em: 7 de julho de 2021.

DEPUTADO estadual é um dos alvos de operação que mira grupo de extermínio. *O Dia*, 22 de maio de 2019. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/05/5644667-deputado-estadual-e-um-dos-alvos-de-operacao-que-mira-grupo-de-extermio.html>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

DHBF faz operação para localizar provas sobre participação da milícia de Ecco na morte de candidato a vereador na Baixada. *Hora H*, 7 de novembro de 2020. Disponível em: <https://jornalhorah.com.br/dhbf-faz-operacao-para-localizar-provas-sobre-participacao-da-milicia-de-ecco-na-morte-de-candidato-a-vereador-na-baixada>. Acesso em: 1º de julho de 2021.

DORNELLES, Camille. Suplente de vereador é morto a tiros no RJ. Milícia é suspeita. *Plenos News*, 26 de outubro de 2018. Disponível em: <https://pleno.news/brasil/cidades/suplente-de-vereador-e-morto-a-tiros-no-rj-milicia-e-suspeita.html>. Acesso em: 17 de junho de 2021.

DOSSARES, Thuany. Lucro de extorsão ‘financiou’ fazenda de miliciano na Baixada. *O Dia*, 22 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/02/6083965-lucro-de-extorsao-financiou-fazenda-de-miliciano-na-baixada.html>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

DOSSARES, Thuany. Polícia Civil prende miliciano suspeito de homicídio na Baixada Fluminense. *O Dia*, 6 de abril de 2021. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/04/6120269-policia-civil-prende-miliciano-suspeito-de-homicidio-na-baixada-fluminense.html>. Acesso em: 2 de julho de 2021.

ELEIÇÕES 2008: Nilópolis. *SRzd*, 31 de julho de 2008. Disponível em: <https://www.srzd.com/geral/eleicoes-2008-nilopolis/>. Acesso em: 9 de junho de 2021.

EM eleição marcada pela violência, Washington Reis vence em Duque de Caxias. *Uol*, 30 de outubro de 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2016/noticias/2016/10/30/em-eleicao-marcada-pela-violencia-washington-reis-vence-em-duque-de-caxias.htm>. Acesso em: 29 de julho de 2021.

EMPRESÁRIO é encontrado morto na Baixada Fluminense. *R7*, 25 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/cidade-alerta-rj/videos/empresario-e-encontrado-morto-na-baixada-fluminense-25022020>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

ENTRE URNAS E BALAS: BAIXADA FLUMINENSE CONCENTRA 76% DOS POLÍTICOS BALEADOS EM QUASE 5 ANOS. *Fogo Cruzado*, 29 de novembro de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3EyWuUZ>. Acesso em: 5 de janeiro de 2021.

EVENTO de Bolsonaro em BH tem criança fardada e com arma de brinquedo. *G1*, 30 de setembro de 2021. Disponível em: <https://glo.bo/3nobh7b>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

EX-VEREADOR DE DUQUE DE CAXIAS É ASSASSINADO. *Hora H*, 5 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://jornalhorah.com.br/ex-vereador-de-duque-de-caxias-e-assassinado>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

FERNANDES, Leticia. Bolsonaro ensina criança a imitar arma com a mão. *O Globo*, 20 de junho de 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3Cz6T2i>. Acesso em: 3 de junho de 2021.

FIGUEIREDO, Pedro. Cabo eleitoral morta em Magé entregou à PF denúncia contra ex-secretária municipal de saúde Carine Tavares. *G1*, RJ2, 30 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/30/cabo-eleitoral-morta-em-mage-entregou-a-pf-denuncia-contr-ex-secretaria-municipal-de-saude-carine-tavares.ghtml>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

FILHO, Herculano Barreto. RJ: aliado da Liga da Justiça, PM da ativa chefiava milícia na baixada. *Uol*, 2 de julho de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/02/rj-operacao-de-combate-a-milicia.htm>. Acesso em: 5 de julho de 2021.

FILHO, Herculano Barreto. RJ: MP apura se plano de poder de Bonde do Ecko motivou morte de candidato. *Uol*, 1º de novembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/01/rj-mp-investiga-se-plano-de-poder-de-milicia-motivou-morte-de-candidato.htm>. Acesso em: 1º de julho de 2021.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Operação policial mata 12 supostos milicianos no Rio de Janeiro. *El País*, Brasil, 16 de outubro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-16/operacao-policial-mata-12-supostos-milicianos-no-rio.html>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

GOULART, Gustavo; NASCIMENTO, Rafael. Execução de líder comunitária em Magé pode ter motivação política. *O Globo*, 13 de julho de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/execucao-de-lider-comunitaria-em-mage-pode-ter-motivacao-politica-19700096>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

GRATIFICAÇÃO para policiais aumentou violência no Rio nos anos 1990. *DW*, Brasil, 8 de setembro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3GGILx9>. Acesso em: 3 de junho de 2021.

HOMEM é morto a tiros dentro de bar na Baixada Fluminense. *Extra*, 13 de outubro de 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/homem-morto-tiros-dentro-de-bar-na-baixada-fluminense-21943227.html>. Acesso em: 17 de junho de 2021.

INTERVENÇÃO federal na segurança pública do Rio chega ao fim após dez meses. *G1*, 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3nHSKd3>. Acesso em: 1º de novembro de 2021

LEMOS, Marcela. Polícia prende suspeito de matar pré-candidata a vereadora em Magé (RJ). *Uol*, 7 de outubro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/10/07/policia-prende-suspeito-de-matar-pre-candidata-a-vereadora-em-mage-rj.htm>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

\_\_\_\_\_. RJ: Operação da polícia busca relação da milícia com morte de candidato. *Uol*, 6 de novembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/06/rj-policia-faz-operacao-para-apurar-atuacao-das-milicias-na-eleicao.htm>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

LOBO, Ryan. Envolvidos na morte de empresário são procurados na Baixada Fluminense. *Band News*, 27 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.bandnewsfmrio.com.br/editorias-detalhes/envolvidos-na-morte-de-empresario-sao-procura>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

LOBO, Thais. Dois políticos de Seropédica são assassinados em menos de três semanas. *Mais Goiás*, 11 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.maisgoias.com.br/dois-politicos-de-seropedica-sao-assassinados-em-menos-de-tres-semanas/>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

MARTÍN, María. Os traficantes do ‘ouro’ da Petrobras. *El País*, Brasil, 19 de setembro de 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/15/politica/1473968249\\_487430.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/15/politica/1473968249_487430.html). Acesso em: 29 de julho de 2021.

MENDES, Marlos. Sargento PM candidato a vereador em Seropédica é assassinado a tiros. *O Dia*, 20 de agosto de 2016. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-08-20/sargento-pm-candidato-a-vereador-em-seropedica-e-assassinado.html>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

MENINOS de Belford Roxo: a cronologia do caso das crianças sumidas há quase 9 meses. *G1*, 11 de setembro de 2021. Disponível em: <https://glo.bo/3BDqBbU>. Acesso em: 1º de novembro de 2021.

MILICIANO da Baixada e Zona Oeste é procurado. *Jornal de Hoje*, 23 de setembro de 2016. Disponível em: <https://jornalhoje.inf.br/wp/?p=32333>. Acesso em: 2 de julho de 2021.

MILITANTE da família Cozzolino foi assassinada no dia do aniversário da filha. *O Dia*, 30 de outubro de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/mage/2020/10/6018210-militante-da-familia-cozzolino-foi-assassinada-no-dia-do-aniversario-da-filha.html>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

MONKEN, Mario Hugo. Milícia que contaria com PMs atua há quase uma década em Xerém. *Eu, Rio*, 27 de setembro de 2019. Disponível em: <https://eurio.com.br/noticia/9723/milicia-que-contaria-com-pms-atua-ha-quase-uma-decada-em-xerem.html>. Acesso em: 30 de julho de 2021.

MORRE mulher de pré-candidato a vereador na Baixada Fluminense. *Extra*, 11 de julho de 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/morre-mulher-de-pre-candidato-vereador-na-baixada-fluminense-19685925.html>. Acesso em: 3 de junho de 2021.

MORRE mulher de segurança assassinado na saída de shopping em Caxias. *R7*, 11 de julho de 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-no-ar/videos/morre-mulher-de-seguranca-assassinado-na-saida-de-shopping-em-caxias-11072016>. Acesso em: 3 de junho de 2021.

MORTES de políticos da Baixada Fluminense têm ligação com máfia dos combustíveis. *Diário do Grande ABC*, 8 de setembro de 2016. Disponível em: [https://www.dgabc.com.br/\(X\(1\)S\(0lr2ook2qm4mymwhysnvdynv\)\)/Noticia/2284522/mortes-de-politicos-da-baixada-fluminense-tem-ligacao-com-mafia-dos-combustiveis](https://www.dgabc.com.br/(X(1)S(0lr2ook2qm4mymwhysnvdynv))/Noticia/2284522/mortes-de-politicos-da-baixada-fluminense-tem-ligacao-com-mafia-dos-combustiveis). Acesso em: 29 de julho de 2021.

MPRJ obtém decretação de prisão preventiva de milicianos de Caxias. *Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, 24 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/58305>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

MPRJ participa de operação, que cumpre mandados de busca e apreensão em investigação do assassinato de candidato a vereador de Duque de Caxias. *Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, 17 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/76803>. Acesso em: 29 de julho de 2021.

NASCIMENTO, Rafael. Política da bala. *Meia Hora*, 9 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/geral/policia/2019/05/5641019-politica-da-bala.html#foto=1>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

NOVE meses depois justiça libera arma e dinheiro apreendidos na residência de suplente de vereador em Nova Iguaçu. *elizeupires.com*, 27 de junho de 2017. Disponível em: <https://elizeupires.com/artigos/geral/3628-justica-libera-arma-e-dinheiro-apreendidos-na-residencia-de-suplente-de-vereador-em-nova-iguacu/>. Acesso em: 7 de julho de 2021.

NUNES, Marcos. Candidato a vereador assassinado em Nova Iguaçu já havia sido preso por porte ilegal de arma. *Extra*, 1º de outubro de 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/candidato-vereador-assassinado-em-nova-iguacu-ja-havia-sido-preso-por-porte-ilegal-de-arma-24671370.html>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

OPERAÇÃO da Polícia Civil mira suspeitos de assassinato; um dos alvos é deputado estadual. O *Globo*, 21 de maio de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/operacao-da-policia-civil-mira-suspeitos-de-assassinato-um-dos-alvos-deputado-estadual-23681161>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

PAI de um dos meninos de Belford Roxo entra para o tráfico para tentar vingar a morte do filho, diz polícia. *G1*, 30 de outubro de 2021. Disponível em: <https://glo.bo/3pXxJO3>. Acesso em: 1º de novembro de 2021.

PAIVA, Fabiana. Justiça determina que Martinazzo volte à Prefeitura de Seropédica. *Extra*, 20 de julho de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3o2uYZB>. Acesso em: 3 de junho de 2021.

PELO menos quatro pessoas morreram em chacina no Rio de Janeiro. NSC Total, 25 de outubro de 2010. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/pelo-menos-quatro-pessoas-morreram-em-chacina-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 24 de junho de 2021.

PM começa ocupação na comunidade do Roseiral para implantação do destacamento com 125 policiais. *Notícias Belford Roxo*, 11 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3q0yzK3>. Acesso em: 1º de novembro de 2021.

PM preso no Rio é apontado como responsável pela expansão das milícias no estado. *Jornal da Record*, 3 de julho de 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9K1\\_ssJLpoA](https://www.youtube.com/watch?v=9K1_ssJLpoA). Acesso em: 22 de julho de 2021.

PM que comanda milícia da Baixada já foi acusado de fazer parte de grupo de extermínio. *Extra*, 20 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/pm-que-comanda-milicia-da-baixada-ja-foi-acusado-de-fazer-parte-de-grupo-de-exterminio-24805209.html>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

POLÍCIA Civil cumpre 10 mandados de busca e apreensão contra milicianos de Nova Iguaçu. *Nova Iguaçu online*, 6 de novembro de 2020. Disponível em: <https://novaiguassuonline.com.br/policia-civil-cumpre-10-mandados-de-busca-e-apreensao-contr-milicianos-que-estariam-envolvidos-na-morte-morte-do-candidato-a-vereador-de-nova-iguacu-domingos-barbosa-cabral/>. Acesso em: 1º de julho de 2021.

POLÍCIA Civil prende homem acusado de matar pré-candidata a vereadora na Baixada. *O Globo*, 6 de outubro de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/policia-civil-prende-homem-acusado-de-matar-pre-candidata-vereadora-na-baixada-24679748>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

POLÍCIA Civil prende um dos envolvidos na morte de candidata a vereadora de Magé. *O Dia*, 6 de outubro de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/mage/2020/10/6002213-policia-civil-prende-um-dos-envolvidos-na-morte-de-candidata-a-vereadora-de-mage.html>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

POLÍCIA encontra mansão de miliciano em Seropédica. *R7*, 26 de junho de 2018. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/cidade-alerta-rj/videos/policia-encontra-mansao-de-miliciano-em-seropedica-18022020>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

POLÍCIA faz operação contra milícia e suspeitos do assassinato de candidato a vereador em Nova Iguaçu. *Meia Hora*, 6 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/geral/2020/11/6022709-policia-faz-operacao-contr-milicia-e-suspeitos-do-assassinato-de-candidato-a-vereador-em-nova-iguacu.html>. Acesso em: 2 de junho de 2021.

POLÍCIA investiga morte de empresário em São João de Meriti. *O Globo*, 26 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/policia-investiga-morte-de-empresario-em-sao-joao-de-meriti-24272385>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

POLÍCIA investiga morte de empresário que estava desaparecido na Baixada. *O Dia*, 26 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/02/5873820-policia-investiga-morte-de-empresario-que-estava-desaparecido-na-baixada.html>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

POLÍCIA prende suspeito de integrar milícia em Nova Iguaçu; homem é filho de candidato morto em 2020. *G1*, 6 de abril de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/06/policia-prende-suspeito-de-integrar-milicia-em-nova-iguacu-homem-e-filho-de-candidato-morto-em-2020.ghtml>. Acesso em: 2 de julho de 2021.

POLÍCIA realiza operação contra desvio de verbas na Prefeitura de Belford Roxo. *R7*, Cidade Alerta/RJ, 18 de outubro de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3o2uYZB>. Acesso em: 3 de junho 2021.

POLICIAL candidato a vereador é morto na Baixada Fluminense. *R7*, 22 de agosto de 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-no-ar/videos/policial-candidato-a-vereador-e-morto-na-baixada-fluminense-22082016>. Acesso em: 18 de junho de 2021.

PRÉ-candidato a vereador executado em Xerém. *Jornal de Hoje*, 10 de junho de 2016. Disponível em: <https://jornalhoje.inf.br/wp/?p=25976>. Acesso em: 29 de julho de 2021.

PREFEITO de Seropédica, RJ é afastado do cargo pela segunda vez. *G1*, 24 de agosto de 2015. Disponível em: <https://glo.bo/3nHSKd3>. Acesso em: 5 de outubro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS. Página inicial. Disponível em: <http://nilopolis.rj.gov.br/site/>. Acesso em: 9 de junho de 2021.

RAMALHO, Sergio. Witzel defende investigar deputado de sua base suspeito de encomendar morte. *BOL Notícias*, 22 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/05/22/witzel-defende-investigar-deputado-de-sua-base-suspeito-de-encomendar-morte.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

RIANELLI, Erick. Polícia faz operação contra a milícia e suspeitos do assassinato de vereador de Nova Iguaçu. *G1*, 6 de novembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/06/policia-civil-faz-operacao-contr-a-milicia.ghtml>. Acesso em: 1º de julho de 2021.

\_\_\_\_\_. Polícia procura suspeitos de mandar matar vereador de Nilópolis, RJ; presidente da Câmara está preso. *G1*, 10 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/10/policia-procura-suspeitos-de-mandar-matar-vereador-de-nilopolis-rj-presidente-da-camara-esta-preso.ghtml>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

RIBEIRO, Janaína. “Vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre. Exame, 3 de setembro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3mxHaSy>. Acesso em: 3 de junho de 2021.

RJ: candidato a vereador é executado a tiros em Nova Iguaçu. *SBT News*, 5 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/primeiro-impacto/150770-rj-candidato-a-vereador-e-executado-a-tiros-em-nova-iguacu>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

RJ: polícia investiga milícia de Xerém responsável por morte de ex PM. *R7*, 27 de setembro de 2019. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/balanco-geral-rj/videos/rj-policia-investiga-milicia-de-xerem-responsavel-por-morte-de-ex-pm-18022020>. Acesso em: 30 de julho de 2021.

ROUVENAT, Fernanda; COELHO, Henrique; SCHMIDT, Larissa. Polícia mata 12 suspeitos em operação contra a milícia em Itaguaí. *G1*, 16 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/16/tiro-teio-com-milicianos-deixa-12-mortos-na-regiao-de-itaguaui-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

SADOK, Marcus. Operação para combater crimes políticos termina com confronto e morte de cinco suspeitos. *Band News*, 15 de outubro de 2020. Disponível em: <https://bandnewsfmrio.com.br/editorias-detalhes/operacao-para-combater-crimes-politicos-termi>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

SANDRO Gordo, ex-vereador de Duque de Caxias, é assassinado no RJ. *G1*, 5 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/ex-vereador-de-duque-de-caxias-morre-no-rj.ghtml>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

SOARES, Rafael. Justiça proíbe chefe de milícia preso de voltar a trabalhar por suspeita de fraude em folhas de ponto. *Extra*, 17 de setembro de 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/justica-proibe-chefe-de-milicia-preso-de-voltar-trabalhar-por-suspeita-de-fraude-em-folhas-de-ponto-24644269.html>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

SOARES, Rafael. Prefeitura de Belford Roxo de cargo a miliciano condenado a 26 anos de prisão. *Extra*, 7 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/prefeitura-de-belford-roxo-deu-cargo-miliciano-condenado-26-anos-de-prisao-rv1-1-24174828.html>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

SOUSA, Rafael Nascimento de; GUERRA, Rayanderson. Crime político é a principal linha de investigação para execução de aliada dos Cozzolino em Magé. *Extra*, 30 de outubro de 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/crime-politico-a-principal-linha-de-investigacao-para-execucao-de-aliada-dos-cozzolino-em-mage-24720610.html>. Acesso em: 6 de julho de 2021.

SUSPEITO de contratar matador por R\$200 mil contra vereador de Nilópolis é preso. *O Dia*, 21 de abril de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/04/5903311-suspeito-de-contratar-matador-por-r--200-mil-contravereador-de-nilopolis-e-preso.html>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Página inicial. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/>. Acesso em: 8 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Gabriel. Maior milícia do Rio se expande na Baixada e investe em política. *Folha de S. Paulo*, 6 de setembro de 2016. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1810689-maior-milicia-do-rio-se-expande-na-baixada-e-investe-em-politica.shtml?origin=folha>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

VEREADOR de Seropédica é executado. *Bom Dia Rio*, 16 de novembro de 2015. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4610754/>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

WILSON Witzel: 'A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo'. *Veja*, 1ª de novembro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3nKMuRJ>. Acesso em: 3 de junho de 2021.

WILSON Witzel comemora desfecho com morte do sequestrador no Rio de Janeiro. *Correio Braziliense*, 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/08/20/interna-brasil,778167/wilson-witzel-comemora-desfecho-com-morte-do-sequestrador-no-rio-de-ja.shtml>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

## ANEXO

### Roteiro de entrevista

Termo de consentimento livre e esclarecido: “Esta entrevista é um subsídio para uma pesquisa sobre violência política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande. Trata-se de pesquisa realizada por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, do Observatório de Favelas e da Universidade Witwatersrand - WITS (África do Sul), que busca monitorar e analisar casos de violências cometidas contra lideranças, representantes, ativistas e gestores políticos nas referidas regiões do Rio de Janeiro, onde temos observado, desde 2016, um acirramento deste tipo de violência. Será garantido o sigilo de sua entrevista. Todos/as os/as entrevistados/as serão mantidos/as anônimos/as e asseguramos que não serão identificados/as em nenhuma hipótese nas publicações que decorrerem da pesquisa, como artigos, relatórios, livros etc. Você concorda em nos conceder esta entrevista?”

#### 1 | PERFIL E TRAJETÓRIA

Nome

Idade

Local onde mora

Com qual gênero você se identifica

Raça/cor

[ SE O LOCAL ONDE MORA ATUALMENTE NÃO FICA NA BAIXADA ] Já foi morador da Baixada? Qual bairro e município?

Religião

Atividade profissional que desempenha atualmente

Trajetória profissional

Possui filiação político-partidária?

Já foi candidato a cargo político ou exerceu cargo de confiança na administração pública?

## 2 | ATUAÇÃO POLÍTICA/ESTATAL/SOCIAL E VIOLÊNCIA

Como foi que entrou para a política/ativismo/associativismo/militância/Estado? Quais motivações? Quais redes?

[ **PARA CANDIDATOS/AS** ] Você recebeu apoio de algum político já eleito para a sua campanha?

[ **PARA CANDIDATOS/AS** ] Poderia falar mais sobre como foi a campanha?

[ **PARA CANDIDATOS/AS** ] Havia bairros em que não podia fazer campanha? Se sim, por quê?

[ **PARA CANDIDATOS/AS** ] Sentia medo durante a campanha? Por quê?

Sofreu constrangimentos ou ameaças durante a campanha / exercício das suas funções/atividades? Descreva.

Sofreu algum tipo de violência durante a campanha / exercício das suas funções/atividades? Descreva.

Alguém da sua equipe ou entre seus correligionários/companheiros já foi vítima de violência por sua atuação política na Baixada?

Alguém da sua família já foi vítima de violência por sua atuação na Baixada?

Quais grupos políticos ou redes criminosas você considera que possam estar implicados nessas violências relatadas?

[ **PARA CANDIDATOS/AS** ] Em sua opinião, o que fez ou poderia fazer mais diferença para que fosse eleito?

Qual balanço você faz dessa experiência na política/militância? [ **TENTAR APURAR RAZÕES PARA PROSSEGUIR OU DESISTIR DA POLÍTICA** ]

### 3 | PERCEPÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA

Quais formas de violência observa no cotidiano na Baixada Fluminense?

Quais grupos e redes criminosas estão implicados nessas violências?

Em sua percepção, mudou alguma coisa nessas violências e na atuação das redes criminosas nos últimos anos na Baixada? Descreva.

Já foi vítima de alguma violência na Baixada? Quais? Descreva.

Conhece pessoas que foram vítimas de violência na Baixada? Quais? Descreva.

Como descreveria a atuação policial na Baixada Fluminense?

### 4 | PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICA NA BAIXADA

Em sua opinião, quais fatores contribuem para a construção de carreiras políticas que conquistam mandatos e vencem eleições na Baixada de modo predominante? [ **O QUE LEVA UM POLÍTICO A TER SUCESSO ELEITORAL NA BAIXADA?** ]

No seu município existem grupos que vencem eleições repetidamente? A que você atribui isso? Poderia descrever um pouco a trajetória desses grupos políticos?

Já ouviu falar de envolvimento de políticos da Baixada com redes criminosas? Quais?

Já ouviu falar de casos de políticos da Baixada que foram vítimas de violência ou foram mortos? Pode falar de alguns desses casos?

Conhece algum político que foi vítima de violência? Quais?

Já ouviu falar de casos de políticos que tenham sido apontados como autores de violência? Pode falar de alguns desses casos?

Tem observado uma ampliação de policiais e profissionais de segurança pública na política na Baixada? O que pensa disso?

Esses policiais e agentes de segurança pública possuem relação com redes criminosas? Quais?

REALIZAÇÃO:



LEPOV

LABORATÓRIO DE  
ESTUDOS SOBRE  
POLÍTICA E VIOLÊNCIA



APOIO:

HEINRICH BÖLL STIFTUNG  
21 ANOS no BRASIL